



CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JULIANA PANTOJA MACHADO

MULHERES NA PANDEMIA: A EXPOSIÇÃO DAS MARGENS

Belém - PA

2021

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO PARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM DIREITO
MESTRADO EM DIREITOS HUMANOS, POLÍTICAS PÚBLICAS E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL

JULIANA PANTOJA MACHADO

MULHERES NA PANDEMIA: A EXPOSIÇÃO DAS MARGENS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, do Centro Universitário do Pará (CESUPA), para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury.

Co-orientadora: Profa. Dra. Loiane Prado Verbicaro

Belém - PA

2021

JULIANA PANTOJA MACHADO

MULHERES NA PANDEMIA: A EXPOSIÇÃO DAS MARGENS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, do Centro Universitário do Pará (CESUPA), para obtenção do título de mestre em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Profa. Dra. Suzy Elizabeth Cavalcante Koury.

Co-orientadora: Profa. Dra. Loiane Prado Verbicaro

Banca avaliadora:

Prof.^a Dr.^a Suzy Elizabeth Cavalcante Koury - Orientadora
(Programa de Pós-Graduação em Direito/CESUPA)

Prof.^a Dr.^a Loiane Prado Verbicaro – Co-orientadora
(Programa de Pós-Graduação em Filosofia/UFPA)

Examinadora

Examinadora

Belém - PA

2021

AGRADECIMENTOS

Não seria possível iniciar qualquer agradecimento pela elaboração deste trabalho sem fazê-lo primeiramente à minha orientadora, Profa. Dra. Suzy Koury, que trilhou esse longo caminho ao meu lado, acreditando sempre no sucesso dessa jornada. Serei eternamente grata à sua disposição e suporte.

Também, qualquer reconhecimento não faria sentido sem mencionar a minha co-orientadora Profa. Dra. Loiane Verbicaro, além de mestre nessa vida, é uma grande amiga, sempre presente, incentivando não apenas a minha vida profissional, como também, participando nas demais escolhas e momentos vividos.

Outras três pessoas essenciais para a perseverança na conclusão desse estudo, são meu marido e meus filhos, os pilares da minha vida, aqueles com quem eu divido meus sonhos, partilho a casa, os melhores momentos e as conquistas. Meu amor por vocês é incalculável.

Meu eterno agradecimento aos meus pais e irmãos, as quatro estações do meu ano e os meus pontos cardeais na estrada da vida. Vocês são o melhor presente que eu poderia ter recebido.

Preciso agradecer ainda as mulheres que não apenas me inspiram, mas dividem a jornada acadêmica comigo, tudo que foi construído aqui tem uma parte de vocês e da coletividade que somos. Vocês são incríveis, indispensáveis, parte muito importante de mim e da minha existência.

Sou grata também aos grupos de pesquisa de que participo – FilPED e TND – onde aprendo muito além das filósofas, pensadoras, críticas e afins. Compartilhamos desconstrução, crescimento e aprimoramento humano nesses espaços.

Por último, mas não menos importante, meu agradecimento especialíssimo às fotógrafas e mulheres retratadas que aceitaram participar desse projeto, cedendo as suas narrativas visuais, seu trabalho, suas vivências e interpretações para que esse estudo pudesse fazer sentido. Sem vocês o trabalho perderia o significado. Vocês são exemplos incríveis de luta e resistência.

“(...) eu me dei conta de que a reprodução de seres humanos é o fundamento de todo sistema político e econômico, e que a imensa quantidade de trabalho doméstico remunerado e não remunerado, realizado por mulheres dentro de casa, é o que mantém o mundo em movimento”.

(FEDERICI, 2019, p.17)

RESUMO

O presente trabalho objetiva examinar, usando a formação da imagem social enquanto ferramenta de interpretação narrativa visual, como as mulheres, em específico as mulheres negras, são precarizadas no sistema capitalista neoliberal, sofrendo, de forma ainda mais profunda durante a crise social e econômica causada pela pandemia do novo coronavírus no Brasil. Como hipótese, sustenta-se que as mulheres são mantidas à margem na imagem social vigente no período pandêmico brasileiro e para além dele, de forma metodológica e histórica, desenvolvida pelo sistema para que ele possa se sustentar do trabalho não remunerado, racializado e precarizado feito por essas mulheres, razão pela qual, há necessidade de se expor tal realidade, que no período de crise do surto viral ganha contornos próprios. A fim de alcançarmos esse desígnio, investigaremos da primeira a última seções, como o desenvolvimento capitalista brasileiro passou da composição liberal para a neoliberal, usando a divisão sexual do trabalho como pilar, colocando as mulheres em determinados espaços e as responsabilizando pelo trabalho reprodutivo não pago, ao mesmo tempo em que usufruiu de construções racistas e classistas para sustentar a sua formação, levando as mulheres negras a figurarem o topo das explorações e a base da pirâmide social, o que, em tempos pandêmicos, significa estar mais exposta aos malefícios da crise e às consequências exploratórias e subalternizantes dela. A pesquisa utiliza abordagem metodológica qualitativa, com análise procedimental bibliográfica e documental e método dedutivo. Trata-se de um estudo relevante, revestido de amplo relevo social, vez que é fundamental discutir e compreender essa realidade social, a fim de que se possam pensar mudanças para este registro.

Palavras-chave: Capitalismo; Mulheres; Trabalho Reprodutivo não remunerado; Pandemia no Brasil; Racismo; Sexismo; Classismo; Imagem social.

ABSTRACT

The present work aims to examine, using the formation of the social image as a visual narrative interpretation tool, how women, specifically black women, are precarious in the neoliberal capitalist system, suffering even more deeply during the social and economic crisis caused by the pandemic of the new coronavirus in Brazil. As a hypothesis, it is argued that women are kept on the sidelines of the current social image in the Brazilian pandemic period and beyond, in a methodological and historical way, developed by the system so that it can support itself from the unpaid, racialized and precarious work done for these women, which is why there is a need to expose this reality, which in the period of crisis of the viral outbreak takes on its own contours. In order to achieve this goal, we will investigate, from the first to the last sections, how Brazilian capitalist development moved from liberal to neoliberal composition, using the sexual division of labor as a pillar, placing women in certain spaces and making them responsible for unpaid reproductive work, at the same time that it took advantage of racist and classist constructions to support its education, leading black women to figure at the top of the exploitations and the base of the social pyramid, which, in pandemic times, means being more exposed to the harms of the crisis and its exploratory and subalternizing consequences. The research uses a qualitative methodological approach, with procedural bibliographic and documental analysis and a deductive method. This is a relevant study, covered with broad social relevance, since it is essential to discuss and understand this social reality, so that changes can be thought of for this record.

Keywords: Capitalism; Women; Unpaid Reproductive work; Brazilian Pandemic; Sexism; Racism; Classism; Social Image.

LISTA DE ABREVIATURAS

CEDEPLAR	Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Rurais Negras
	EUA Estados Unidos da América
FEBRAC	Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação
GEMAA	Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MPT	Ministério Público do Trabalho
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU Mulheres	Organização das Nações Unidas para as Mulheres
PIB	Produto Interno Bruto
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio
PNADC	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua
SINDILIMPEZA	Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga
UFBA	Universidade Federal da Bahia

LISTA DE IMAGENS

Figura 1 – Mercado do ver-o-peso, 05:40 da manhã, dia 16 de setembro de 2020, Célia assiste o dia amanhecer na barraca em que vende comida na feira; a pandemia de covid-19 continua a todo vapor, ela não está mais recebendo auxílio emergencial e é mãe solo.	30
Figura 2 – Ivânia, levada pela polícia no dia 07 de abril de 2021, quando tentava defender a escolinha do cerrado da ocupação CCBB, em Brasília; 34 famílias catadoras de materiais recicláveis foram retiradas desse local em que residiam há anos, infringindo a Lei 6657/2020 que proíbe o despejo durante a pandemia do novo coronavírus.	34
Figura 3 – Dona Catita	37
Figura 4 – Ivânia, mulher negra, derrubada ao chão pela força policial do Estado, durante o despejo ilegal do CCBB em Brasília, por defender a sua comunidade.....	39
Figura 5 – Região Norte, ferida aberta pelo progresso	41
Figura 6 – Corpo negro no ver-o-peso	43
Figura 7 – Dona Angélica, mulher, negra, periférica, centro da imagem registrada	47
Figura 8 – A mulher como protagonista da história da cabanagem	49
Figura 9 – Esperança pela cura da covid-19	52
Figura 10 – Trabalhadora do ver-o-peso ao amanhecer durante a pandemia.....	53
Figura 11 – Família de Isis Abena	55
Figura 12 – Carlla executando trabalho reprodutivo com a sua família durante a pandemia..	57
Figura 13 – Mulher, negra, defendendo a comunidade do CCBB em Brasília do despejo executado durante a pandemia de Covid-19, em 2021.....	58
Figura 14 – Carlla executando trabalho reprodutivo durante a pandemia em 2021	60
Figura 15 – Mulher, nortista, feirante, trabalhando durante o surto de Covid-19 em 2020, sem o auxílio emergencial	62
Figura 16 – Luisa Brandão trabalhando enquanto cuida da filha durante a pandemia do novo coronavírus.....	66
Figura 17 – Casal trabalhando na feira do açaí durante a crise pandêmica, em 2020.....	70
Figura 18 – Isis Abena	74
Figura 22 – Dona de casa e ajudante do marido na feira, imagem capturada durante a pandemia, em 2020.....	77
Figura 19 – Luisa Brandão com sua filha, durante a pandemia	83

Figura 20 – Espaço de venda de mercadoria na Feira do aAçaí, dominado pela presença masculina, local onde as trocas monetárias são executadas.....	84
Figura 21 – Mãe, avó, responsável pelo trabalho reprodutivo em casa que não pôde parar de trabalhar na feira durante a pandemia pois precisava sustentar a família; foi infectada com o vírus trabalhando, comemora o fato de estar viva.....	89
Figura 23 – Roseli Monteiro, trabalha há mais de 30 anos como castanheira, teve que colocar as filhas para trabalhar junto com ela na feira, pois as cria sozinha	101
Figura 24 – Enfermeira preparando-se para aplicar a vacina contra Covid-19.....	105
Figura 25 – Vacinação contra o novo coronavírus.....	106
Figura 26 – Enfermeira atuando na linha de frente contra a Covid-19.....	114
Figura 27 – Chegando para o trabalho às 05:00 da manhã, durante a pandemia de Covid-19, no ano de 2020, sem receber auxílio-emergencial	117
Figura 28 – Ivânia, hostilizada pela polícia por lutar por sua comunidade no despejo ilegal do CCBB em Brasília.....	124
Figura 29 – Beatriz White	127
Figura 30 – Nazareth White	145
Figura 31 - Ana Lu Rocha em autorretrato	147
Figura 32 – Mary Rocha	149
Figura 33 – Elizeth Rocha.....	152
Figura 34 – Elizeth Rocha.....	161

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 CAPITALISMO: DO LIBERALISMO À REVELAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL INSTITUCIONALIZADA	20
2.1 A EVOLUÇÃO DO ÂNGULO DE VISÃO CAPITALISTA	21
2.2 NEOLIBERALISMO: A EMPRESA COMO MODELO DE SUBJETIVAÇÃO	25
2.3 A COMPOSIÇÃO LIBERAL BRASILEIRA	31
2.4 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA.....	34
2.5 O CAPITALISMO COMO ORDEM SOCIAL INSTITUCIONALIZADA	44
3 O NEOLIBERALISMO E A GRADUAÇÃO FOCAL DA ORDEM DE GÊNERO DESIGUAL: A SUPRESSÃO DAS MARGENS	51
3.1 O CAPITALISMO FINANCEIRO E A ACENTUAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO.....	54
3.2 A EXCLUSÃO DAS MULHERES DA ESFERA PÚBLICA	63
4 REPRODUÇÃO SOCIAL: O PLANO DE FUNDO DA IMAGEM HEGEMÔNICA, EM TEMPOS DE PANDEMIA	76
4.1 A REPRODUÇÃO SOCIAL: O TRABALHO NÃO PAGO	79
4.2 COVID-19: OS IMPACTOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	94
5 MULHERES NEGRAS E O PESO DA CADEIA SOCIAL: A OPRESSÃO EM MÚLTIPLAS EXPOSIÇÕES	119
5.1 O CONTROLE DOS CORPOS NEGROS COMO EXPRESSÃO DE PODER.....	128
5.2 RACISMO, SEXISMO E CLASSISMO NO BRASIL	137
5.3 A REVELAÇÃO ESTATÍSTICA DOS EFEITOS DA PANDEMIA PARA AS MULHERES NEGRAS	150
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS	171
ANEXOS	181
Anexo 01	182
Anexo 02	187

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre a posição das mulheres na sociedade capitalista neoliberal, mais especificamente no contexto pandêmico brasileiro, leva-nos a relacionar o social a uma imagem sistematicamente pensada para compor determinadas regras estabelecidas como padrão. Para além disso, impulsiona-nos a questionar os parâmetros de formação dessas regras que geram a imagem social. Quem possui destaque e compõe o centro nessa representação? Por que apenas alguns sujeitos ocupam as margens? O que determinou às margens o desfoque da sua importância na imagem social imposta?

Esses questionamentos nos conduzem a uma investigação acerca da imagem social a ser ilustrada, a partir da percepção de que a composição de uma fotografia da sociedade só pode ser real se não desfocar todos os sujeitos que a formam e se compreender que as mulheres, em especial, são relegadas a figurar nas bordas, sob a métrica do apagamento. Perpetua-se a regra do foco central, destacando-se aos nossos olhos um único elemento, historicamente posicionado para sobressair como parâmetro de relevância, disposto enquanto diretriz de um retrato limitado a desperdiçar o contexto em que se insere. Perde-se, com essa ótica, a pluralidade, a complexidade e a profundidade do todo.

Para alcançar tal complexidade, trilharemos um caminho composto pela crítica à narrativa visual hegemônica proposta na organização política, social e econômica, intimamente conectada com a formação e sustentação do sistema capitalista neoliberal. Por serem historicamente excluídas dos espaços de poder, as mulheres carregaram o fardo da exploração e essa situação se mostrou ainda mais intensa no decorrer da crise pandêmica.

Propomos, neste estudo, uma interpretação que conecta as subalternizações reproduzidas nesse modelo de sociedade, colocando gênero, raça e classe como ferramentas essenciais à análise do espaço e do poder ocupados por determinados sujeitos que se utilizam do capitalismo, do patriarcado e do racismo, para a manutenção dos seus próprios privilégios.

Nesse sentido, a fim de demonstrar como as opressões presentes nesse sistema se manifestam normativamente, nas instituições, no mercado de trabalho, em todos os espaços de poder e na edificação e na sustentação de toda a estrutura capitalista, discutiremos os mecanismos utilizados para estereotipar as mulheres ao campo reprodutivo, mantendo-as restritas a determinadas tarefas e espaços.

No entanto, estudar mulheres, em suas diversidades e multiplicidades, é, em primeiro lugar, compreender os seus contextos, a sua multiculturalidade e as suas diferenças. Mas é também aprender que a marginalização da sua existência e das suas vulnerabilidades permeia

as mais diferentes vivências femininas. É, ainda, ser confrontada com a secundarização dos seus conflitos.

Por esse motivo, não utilizaremos uma abordagem que universalize as mulheres, pois, se assim o fizéssemos, estaríamos alimentando o mesmo aparelho opressivo que é injusto com as mais prejudicadas por esse modelo de sociedade. Dessa forma, partimos também do entendimento de que mulheres negras se encontram na base da pirâmide social, tornando-se os corpos mais maquinizados, desumanizados e explorados nessa narrativa.

É por meio da escolha dos marcos teóricos e críticos feministas, atentos ao racismo, sexismo e classismo interseccionados, que trazemos, como instrumento de reflexão, a imagem, pois como nos aponta o Manifesto do coletivo de fotógrafas (ANEXO 01), “[...] a possibilidade de registrar e criar imagens era predominantemente e irrestritamente dominada por homens. Fotografar era, sobretudo, poder. Poder institucionalizado de quem detinha não só capital, mas também passe livre na esfera pública”. Isso define a formação da imagem social como um reflexo da sociedade em si, centralizada em um olhar sexista, machista, excludente, assentado em uma ordem patriarcal.

Essa imagem é construída, ainda segundo o Manifesto (ANEXO 01), por meio de um olhar “[...] responsável, pouco a pouco, por criar um outro ser a partir daquele que se encontrava na frente da câmera. Ele fabricaria o ser mulher, enfiando goela abaixo uma imagem já saturada de tão velha”. Essas imagens de controle, discutidas na seção 5 desse trabalho, são essenciais para “[...] conseguir apagar tudo de mais subjetivo que levamos por dentro e por fora para imitar a imagem que não somos, que não nos é e que sequer existe”. A imagem desenhada pelo neoliberalismo é plastificada, engessada, estereotipada e incompatível com a realidade exprimida na vivência das mulheres de forma plural.

Portanto, como na arte fotográfica, uma boa imagem não é necessariamente aquela a dar importância apenas ao assunto centralizado. A fotografia amplia “[...] o enorme reino do visível” (SONTAG, 2004, p. 67), fornece ferramentas para retratar a realidade e delinear um cenário ou acontecimento em todas as suas dimensões. É necessário imergir no entorno para que a percepção do todo sobressaia.

Contrastar o lugar da margem enquadrada para as mulheres nesse retrato social distorcido perpassa, então, pelo entendimento de que, às margens, cabe a tarefa de sustentar a imagem, fornecendo-lhe toda a métrica, beleza, inspiração e formação estrutural. Isso porque, o que fica fora do centro garante as ferramentas para o assunto principal existir. Viabiliza vida, cor e textura ao todo.

Olhar para o centro dessa imagem sem compreender o seu nascimento na periferia é o mesmo que creditar a beleza de uma foto unicamente ao seu destaque, ignorando a composição de fundo. Não se sustenta esteticamente. Não se sustenta socialmente. Depender de múltiplos elementos para transpor o explícito vai além das regras visuais expostas, traz a percepção de que “[...] uma foto não é um acidente, é um conceito” (SONTAG 2004, p. 113), levando-nos, então, a enxergar a imagem social como aquela a privilegiar o centro e, assim, a transcender a metáfora, tornando-se, em princípio, um desenho fiel das regras de estruturação hierárquica presente nas sociedades capitalistas neoliberais.

Logo, não é possível falar-se em autonomia, nem em liberdade, se não houver o entendimento de que existem dependência e conexão nas relações humanas. Não é possível ancorar cidadania e democracia em uma autossuficiência inexistente, em um foco único de interesses que é segregador. As instituições refletem as relações dos indivíduos nas sociedades, as quais perpassam pela necessidade do cuidado, enquanto característica de sustentação fundamental do corpo social.

Dessa maneira, desconstruir os parâmetros, questionar as regras, repensar a ótica e usar novas lentes para enxergar as dimensões presentes na imagem social, em tempos de pandemia, é necessário, pois essa análise “[...] proporciona um sistema especial de revelação: que nos mostra a realidade como não a víamos antes” (SONTAG, 2004, p. 69). Precisamos considerar o todo como a boa arte visual busca fazer, desmontando as fronteiras da imagem e as definições rígidas de distância focal que deixam a maior parte dela distorcida.

O Manifesto contra as referências, do coletivo de mulheres na fotografia – Mamana Coletiva (ANEXO 02), chama atenção para o fato de que, na imagem homogênea, sustentada pela percepção centrista, retira-se “[...] a possibilidade de quem não teve acesso às mesmas oportunidades, institucionaliza-se o discurso e a produção imagética, perpetuando um olhar colonizador, viciado e violento”. A relação de poder presente na estrutura integra-se ao olhar também do registro imagético, “[...] que reforça estereótipos, romantiza a pobreza, expõe uma população/território em uma história única. E as histórias únicas não são mais bem-vindas porque congelam grupos e pessoas a caricaturas que não correspondem à realidade diversa” e complexa. Os indivíduos a quem só restou a margem são mais do que a fantasia do imaginário excludente.

É importante mergulhar na luz que permite dar ênfase ao originalmente marginalizado, reparar o que historicamente foi estruturado como não centro. É preciso descolonizar o olhar e a imagem, compreendendo-a como o lugar de encontro que ela é, ampliando as vozes e as experiências reveladas. É necessário expor as margens.

Nesse modelo de sociedade, em que os lugares são definidos e as ocupações dependem da elaboração do *status* social, utilizam-se todas as ferramentas do sistema para suprimir as margens, onde figuram os subalternos, os expropriáveis, aqueles que não detêm o poder sistemático de compor a centralidade da fotografia social. Há uma simbiose na constituição simétrica dessa imagem, que funciona por meio da exploração.

Estabelecidas essas premissas, ressaltamos que o trabalho busca averiguar o caminho desenhado para que as mulheres, em especial as negras, sejam objetificadas, subalternizadas e precarizadas tanto na ocupação do espaço público, quanto no mercado de trabalho, na esfera social e nos demais campos da vida em sociedade, sofrendo de forma ainda mais aguda durante o *apartheid* social vivido no período da pandemia do novo coronavírus, no Brasil.

Portanto, como hipótese, sustenta-se que as mulheres são mantidas à margem na imagem social vigente, o que se revelou de maneira mais intensa no período pandêmico brasileiro, de forma metodológica e histórica, desenvolvida pelo sistema para que ele possa se sustentar do trabalho não remunerado, racializado e precarizado feito por essas mulheres, razão pela qual, há necessidade de se expor tal realidade, que, no período de crise do surto viral, ganha contornos próprios.

Dessa forma, a fim de compreender mais profundamente como todo esse cenário se desenha, na segunda seção desse estudo, intitulada “Capitalismo: do liberalismo à revelação de uma nova ordem social institucionalizada”, discutiremos como o capitalismo evoluiu para moldar a empresa como ordem de subjetivação humana, usando estereótipos de gênero e a divisão sexual do trabalho enquanto instrumentos para construir, inclusive, a composição neoliberal brasileira.

É imperioso ressaltar que, em todas as seções do trabalho, termos fotográficos, tais como: revelação, gradação focal, plano de fundo e múltiplas exposições, são utilizados para descrever, de maneira híbrida e conjunta, as situações sociais que moldam o agir econômico, social, público, normativo e, também, o da construção da imagem e da ocupação de espaços. Isso porque a dinâmica do estudo envolve essa confluência de análises, colocando a formação da imagem como mais um instrumento em favor da construção crítica.

Nesse seguimento, a terceira seção, denominada “O neoliberalismo e a gradação focal da ordem de gênero desigual: a supressão das margens”, concentra-se em analisar como ocorre o apagamento das margens a partir da racionalidade neoliberal, acentuando as diferenças de tratamento dispensadas aos sujeitos sociais a depender do gênero no qual são enquadrados, moldando, assim, a exclusão das mulheres da esfera pública, a reprodução social como trabalho não pago e o desenvolvimento do capitalismo financeiro atrelado à necessidade da feminização

reprodutiva. Todas essas discussões são travadas tendo, como pano de fundo, as consequências da crise sanitária, econômica e social causada pela pandemia de COVID-19 no Brasil.

Para tanto, investiga-se por que a força de trabalho é vista como o sustentáculo central da sociedade capitalista, a qual, porém, ignora o trabalho das mulheres para a manutenção e reprodução da vida, priorizando-se, no núcleo da imagem vigente, a financeirização das relações.

A sociedade neoliberal é marcada por um padrão de subjetividade humana que ganha novos contornos diante da proeminência da competitividade e do individualismo em detrimento da coletividade. Essa subjetivação contábil e financeira coloca o indivíduo como valor da sua própria produção, revelando, também, uma nova ótica política e econômica, segundo a qual os comportamentos passam a observar uma racionalidade de financeirização do capitalismo, respondendo a métodos operacionais regidos pelo princípio da concorrência generalizada (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ilustra-se esse fato com a busca incessante por tornar-se o elemento principal da imagem social, usufruindo da margem unicamente enquanto meio para se chegar a determinado fim, o que nos proporciona a visualização de uma característica da formação neoliberal. Não há um exercício de equilíbrio, ou mesmo, uma tentativa de imersão no cenário à volta. O que se alimenta é a competição pelo mesmo espaço, o qual uns poucos conseguem ocupar.

A desmobilização e a dessimbolização política, provenientes dessa compreensão do indivíduo como empreendedor de si mesmo, funcionam enquanto ferramentas de articulação para a promoção da lógica de competição dos mercados financeiros. Nessa movimentação, a subjugação dos sujeitos é conferida por técnicas de poder atuantes sobre as condutas e as subjetividades constituídas pela racionalidade neoliberal.

Essa estrutura é sustentada pela ordem social institucionalizada, a qual usufrui de um jogo de forças histórico e hierarquizante. O estímulo para a acumulação de capital, por meio da banalidade do economicismo, ignora os custos humanos viabilizadores do sustento do sistema. Paradigmas como o da reprodução social, do reconhecimento da diversidade e dos direitos democráticos são menosprezados, motivando crises políticas e econômicas que levam a fissuras sociais ainda mais fortes (FRASER; JAEGGI, 2020).

A fotografia social divide-se, então, em duas perspectivas. Os sujeitos do fundo não estão mais apenas desfocados, mas se encontram dentro de um espaço negativo, preenchido por um grande vazio, voltado para as bordas da imagem. A intenção é isolar o elemento central, dissipando as margens. Descarta-se o compreendido como não importante no primeiro plano da imagem.

Essa imagem corresponde ao contexto neoliberal, em que impera a irrelevância do ser humano através da “[...] demonização do social e do político” (BROWN, 2019, p. 15). Nele, a servidão feminina é intensificada e as mulheres são colocadas à disposição do sistema capitalista quando recrutadas para as tarefas com menor reconhecimento social, além de serem as que mais sofrem o impacto do desemprego. A pandemia intensificou algo que é estrutural. Esse cenário resta evidenciado especialmente na conjuntura da pandemia vivida desde final de 2019 e que se projeta pelo ano de 2021.

É por esse motivo que, na quarta seção do estudo, designada “Reprodução social: o plano de fundo da imagem hegemônica, em tempos de pandemia”, investigamos de que forma a imposição da reprodução social às mulheres compõe o contexto de precarização e subalternização do trabalho feminino na sociedade, em tempos de crise pandêmica, colocando-as em situação de desvantagem no mercado de trabalho.

Ao pesquisarmos as prescrições sistemáticas colocadas às mulheres, compreendemos que algumas são mais prejudicadas do que outras, em razão de um desenvolvimento histórico pautado na exploração de grupos de mulheres específicos, como as negras, as quais são prejudicadas em dinâmicas opressivas próprias, subjugadas e expropriadas em diferentes níveis, perpassando o material, cultural, físico e demais categorias de diferenciação disponíveis.

Assim, na quinta e última seção deste trabalho, intitulada “Mulheres negras e o peso da cadeia social: a opressão em múltiplas exposições”, enfrentamos o controle dos corpos negros como expressão de poder, trabalhando com o conceito de imagens de controle, a construção de estereótipos subalternizantes, o emprego do racismo, classismo e sexismo no registro brasileiro e, por fim, analisando dados estatísticos colhidos durante a pandemia para esse grupo de mulheres, o qual nos mostra, de maneira dura e forte, o quanto esse grupo de pessoas é violentamente oprimido, desumanizado e destinado à ocupação dos lugares mais precarizados, disponibilizados pelo sistema.

Associamos à essa busca as imagens dispostas no decorrer da pesquisa como forma de reivindicar a formação do registro social, colocando à disposição interpretativa um aparato narrativo, que como descreve Sontag (2004, p. 196), tem a capacidade de transformar a realidade, vez que “[...] os poderes da fotografia, de fato, têm desplatonizado nossa compreensão da realidade, tornando cada vez menos plausível refletir nossa experiência à luz da distinção entre imagens e coisas, entre cópias e originais”. Enquadrava-se com a atitude depreciativa de Platão, no tocante às imagens, “[...] combiná-las a sombras – transitórias, minimamente informativas, imateriais, impotentes copresenças das coisas reais que as projetam. Mas a força das imagens fotográficas provém de serem elas realidades materiais por

si mesmas”, são viveiros abundantemente informativos, “[...] deixados no rastro do que quer que as tenha emitido, meios poderosos de tomar o lugar da realidade – ao transformar a realidade numa sombra. As imagens são mais reais do que qualquer um poderia supor”.

Porém, frisamos que não apenas as imagens funcionam como impressão da realidade visualizada; muito da representação narrativa está em quem as constrói. Por esse motivo, tão importante quanto a imagem em si, é a vivência de quem a retratou, ocupando o espaço não apenas descritivo da imagem social, mas também transformativo. Por ser, nessa pesquisa, ocupado por mulheres, com respeito às suas pluralidades, firma-se como resistência a formação hegemônica branca, masculina, onipresente no decorrer da formação da ordem social institucionalizada capitalista.

A construção do debate aqui pretendido parte de pesquisa bibliográfica e de análise documental, utilizando abordagem metodológica qualitativa, com método dedutivo, levantamento de dados e indicadores sociais junto a órgãos governamentais, ONGS, pesquisas nacionais e órgãos internacionais, tais como o Relatório de Vulnerabilidade das Trabalhadoras Domésticas – IPEA, Relatório Perfil do Professor da Educação Básica – INEP, Relatório das Desigualdades de Raça, Classe e Gênero – GEMAA, Nota Mercado de Trabalho e Pandemia da COVID-19: Ampliação das Desigualdades – IPEA, Pesquisa Sem Parar: Trabalho e Vida das Mulheres na Pandemia – GÊNERO E NÚMERO, Orçamentos Sensíveis a Gênero – ONU MULHERES, Mulheres Negras e Pandemia: Reflexões Sobre Raça e Gênero – OXFAM, Análise de Dados Profissionais de Enfermagem – COFEN, A Inserção das Mulheres no Mercado de Trabalho – DIEESE, Economia e Trabalho – THINK OLGA, Nota de Política Econômica – MADE CENTRO DE PESQUISA EM MACROECONOMIA DAS DESIGUALDADES USP, 2020: O Ano da Pandemia e Impacto nas Mulheres, Pessoas Negras e LGBTQ+ - GÊNERO E NÚMERO, Síntese de Indicadores Sociais – IBGE, Care of Work and Care Jobs for the Future of Decent Work – OIT, Tempo de Cuidar: o Trabalho de Cuidado Não Remunerado e Mal pago e a Crise da Desigualdade – OXFAM INTERNACIONAL, Informação e Dados Estatísticos Sobre as Eleições de 2020 – TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL, visando construir um aparato crítico consistente.

O trabalho também busca articular o pensamento de autoras mulheres, partindo de uma perspectiva crítica, feminista, anti-capitalista, de análise interseccional, a fim de revelar que a composição de uma visão clássica da sociedade distancia as mulheres do centro principal da imagem social, visão contra a qual se opõem estudos feministas e de gênero, pois argumentam a necessidade de se levar em consideração a reprodução quando da análise da vivência social e econômica. Ainda, a importância dessa epistemologia é imprescindível pois se baseia na

concepção primária de que as mulheres devem ocupar o plano principal da categoria de estudo, uma vez que sofrem com a segregação construída para sustentar o sujeito masculino e branco como elementar e principal, reduzindo, assim, as reivindicações de gênero e raça a pautas identitárias.

Nesse sentido, a pesquisa adequa-se aos objetivos do Programa de Pós-Graduação em Direito do Centro Universitário do Estado do Pará (CESUPA) e de sua linha de pesquisa em Direitos Humanos, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, vez que se volta à análise e questionamento de instrumentos sociais-normativos estruturalmente desiguais e de seus impactos sobre as mulheres no momento pandêmico experienciado. Também entendemos o estudo como adequado à referida linha por trazer, como proposta principal, a problematização da exploração e da expropriação das mulheres nas esferas pública e privada, a partir da crítica aos pressupostos e estereótipos que refletem certa leitura da sociedade e dos papéis designados aos indivíduos que a integram, o que por sua vez, serve como base para o desenvolvimento das condutas humanas que antecedem e elaboram o direito e as possíveis desigualdades provenientes da aplicação deste.

Buscamos, dessa forma, contribuir para a produção acadêmica crítica do PPGD-CESUPA e, no âmbito da otimização política e social, para o desenvolvimento dos direitos humanos das mulheres, sujeitos centrais de nosso trabalho.

Trata-se, portanto, de um estudo necessário, de grande relevo social, vez que é fundamental discutir e compreender como a formação da imagem social acontece, sustentando, em tempos tão críticos, a hierarquização humana de maneira profundamente desigual, submetendo as mulheres, continuamente, à impossibilidade de viver plenamente suas capacidades e motivações em uma sociedade mais igualitária e, assim, podendo ocupar todo e qualquer espaço social disponível.

2 CAPITALISMO: DO LIBERALISMO À REVELAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM SOCIAL INSTITUCIONALIZADA

Para introduzir o assunto, nas linhas que seguem, faremos uma breve evolução histórica do capitalismo, não com o intuito de aprofundar o tema, mas com a intenção de situar a discussão na fase desse desenvolvimento que nos interessa, a neoliberal, e que necessita ser estabelecida em uma linha do tempo, pois o desenvolvimento histórico do capitalismo esclarece a chegada na fase financeirizada atual e as nuances de que trataremos neste trabalho.

Portanto, de forma sintética e objetiva, discorreremos sobre o capitalismo liberal, como pensado por Adam Smith (2013), seus posteriores momentos de crise, que inspiraram a introdução do bem-estar social, por meio do *New Deal*, plano embasado nas ideias Keynesianas, que objetiva a superação da crise decorrente da queda da Bolsa de Nova York, em 1929, cujas diretrizes, após o término das grandes guerras mundiais, possibilitaram os chamados “anos de ouro do capitalismo”¹, seguidos, a partir de meados dos anos 1970, do neoliberalismo, a fim de localizar a discussão sem, no entanto, nos afastarmos do objetivo desse estudo (PIKETTY, 2014).

Em um segundo momento, passaremos a situar o Brasil no plano capitalista mundial, como um país subdesenvolvido e periférico², destacando bases e acontecimentos históricos que refletem o jogo das potências do capital de uma forma mais violenta e desigual. Deixar-se-á

¹ Período referente à expansão econômica ocorrida no pós-segunda guerra mundial em que houve prosperidade financeira e social, principalmente em países ocidentais, entre 1945 e 1970 (BARBOSA; KOURY, 2018).

² Diz-se que o capitalismo, no Brasil, foi tardio porque o processo de industrialização do país só iniciou a partir de 1930, quando os EUA e grande parte dos Estados Europeus já haviam superado a fase da segunda Revolução Industrial. A propagação desigual do progresso técnico (que é visto como a essência do desenvolvimento econômico) se traduz, portanto, na conformação de uma determinada estrutura da economia mundial, de uma certa divisão internacional do trabalho: de um lado, o centro, que compreende o conjunto das economias industrializadas, estruturas produtivas diversificadas e tecnicamente homogêneas; de outro, a periferia, integrada por economias exportadoras de produtos primários, alimentos e matérias-primas aos países centrais, estruturas produtivas altamente especializadas e duais. A dinâmica da economia mundial tende, portanto, a aprofundar o desenvolvimento desigual (cuja expressão imediata é o desnível de produtividade média e de renda entre centro e periferia), porque o centro é capaz de conservar seus incrementos de produtividade e, ainda, de se apropriar de parte dos resultados do progresso técnico introduzido na periferia. Em outras palavras, há uma tendência à concentração dos frutos do progresso técnico nas economias centrais, e o mecanismo pelo qual isto se dá é a deterioração das relações de troca. A industrialização periférica esbarra, ademais, no desequilíbrio entre as técnicas importadas e a relativa fragilidade da demanda. Isto posto, o surgimento das economias exportadoras organizadas com trabalho assalariado deve ser entendido como o nascimento do capitalismo na América Latina. Não, é certo, do modo especificamente capitalista de produção, desde que não se constituem, simultaneamente, forças produtivas capitalistas, isto é, desde que a reprodução das relações sociais de produção capitalistas não está assegurada endogenamente, quer dizer, no âmbito das próprias economias latino-americanas (MELO, 2009, p. 18-26).

claro que, enquanto nação, empurra para as margens determinados sujeitos e delimita os papéis a serem desempenhados fora do eixo considerado central.

2.1 A EVOLUÇÃO DO ÂNGULO DE VISÃO CAPITALISTA

É importante destacar que algumas das características do liberalismo são a defesa da não intervenção do Estado na economia, a livre concorrência, o câmbio livre e a proteção da propriedade privada. Adam Smith (2013), quando refletiu sobre a realidade social e as mudanças econômicas que considerava necessárias para a superação do mercantilismo, defendeu que o mercado funcionaria por meio da autorregulação - a mão invisível³ - que se moveria diante dos interesses e das necessidades de todos aqueles que o compõem e seria capaz de regular o seu funcionamento. O único agente econômico seria, então, o indivíduo, e o Estado, por sua vez, não deveria interferir nas atividades econômicas. A máxima a reger o mercado era a lei da oferta e da procura – Lei de Say⁴ –, consoante a qual, quanto mais um produto ou serviço é ofertado, mais barato ele ficará. Por outro lado, quando muitas pessoas procuram um produto ou serviço, cuja oferta for insuficiente, mais caro ele se tornará.

A expressão em francês *laissez faire, laissez passer*⁵ resume um princípio importante para os que defendiam o liberalismo, conforme o qual a livre concorrência engloba a liberdade para o mercado produzir sem interferências, para fixar os preços e controlar a qualidade da produção, o que proporciona o ajuste entre a demanda e o valor a ser fixado às mercadorias, sem interferência estatal.

Em meados de 1820, na Europa, o liberalismo tornou-se sinônimo de mercado de trabalho, padrão-ouro⁶ e livre comércio (POLANYI, 2012). Naquele momento, o incentivo era para que cada nação se especializasse somente nos artigos que tivesse a capacidade de produzir

³ Smith (2013) é que os ricos não conseguem consumir toda a riqueza que possuem. Ao usá-la para seus próprios interesses, parte dessa riqueza é redistribuída a população, essa seria a mão invisível, proporcionadora de um equilíbrio da economia.

⁴ A Lei de Say defende que toda renda é igual ao gasto, o que equivale a afirmar que não existe insuficiência de demanda, isto é, toda vez em que não se consumir bens de consumo se consumirá bens de capital (significando que poupança – parte da renda não consumida - é igual ao investimento). Nessa situação, salvo por interferências externas (leia-se impedimento ao mecanismo supracitado), a oferta criará sua própria demanda (CONCEIÇÃO, 2012).

⁵ Expressão que significa “deixar fazer, deixar passar”, representando, portanto, uma das principais ideias da economia liberal defendida por Smith (2013).

⁶ O padrão-ouro, por definição, foi um sistema monetário estabelecido do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, ou seja, em um período anterior à globalização. Esse sistema era baseado na teoria quantitativa da moeda no qual o regime cambial é fixo. Dessa forma, os países firmavam um compromisso de fixar o valor de sua moeda mediante uma determinada quantidade concreta de ouro, de modo que a quantidade de reservas de ouro de um país definia a sua oferta monetária (TORRES FILHO, 2019).

com vantagem, em comparação com outros estados. Seria uma espécie de divisão internacional do trabalho, com cada país mantendo a tradição produtiva que lhe coubesse, estimulando as colônias a fornecer, especificamente, produtos agrícolas, enquanto os países colonizadores competiriam para levar ao mercado os bens industrializados.

Com a conquista política das classes médias⁷, a constituição do mercado de trabalho foi facilitada pela abolição das leis que regulamentavam a assistência material aos mais vulneráveis economicamente. Ao mesmo tempo, o liberalismo iniciou a passagem da esfera da produção para a da troca, havendo a necessidade de um meio circulante sólido, o que era garantido pelo padrão-ouro. A isto se uniu o livre comércio porque, para o liberalismo, estes três aspectos tinham que estar necessariamente juntos, ou a sua nova proposta de um sistema global de mercado fracassaria (POLANYI, 2012).

No decorrer do século XIX, protecionismo e liberalismo diferiram, revelando um conflito em que a política e a economia se tornaram ferramentas para sustentar a luta entre os diferentes interesses defendidos pelas classes trabalhadoras e pelos detentores dos meios de produção. Isso acontecia em razão dos problemas derivados da autorregulação do mercado, pois, como “[...] a sociedade se organizara em conformidade com o mecanismo do mercado, as imperfeições no funcionamento desse mecanismo geravam tensões cumulativas no corpo social” (POLANYI, 2012, p. 397).

Nesse sistema, no início do século XX, as grandes potências da Europa e os EUA tentavam expandir a sua atuação política e econômica, transformando a economia capitalista por meio do impulso industrial, o qual criou monopólios que necessitavam expandir seu capital em outros espaços do mundo, inaugurando uma fase do capitalismo conhecida como imperialista. A deflagração dos conflitos vividos na Primeira Guerra Mundial, os quais eram ligados aos fenômenos de investimento do capital no estrangeiro e do domínio econômico de alguns países sobre outros, foi fruto desse momento e resultou na disputa de diversos países por novas colônias. Essa colonização foi violenta, desigual e baseada em um forte racismo e etnocentrismo, principalmente em continentes como a África, mas se espalhando à exploração da Ásia e da América Latina (POLANYI, 2012).

⁷ A ascensão da burguesia, após as conquistas da Revolução Inglesa e, principalmente, Francesa, determinou deliberações políticas que trouxeram direitos mais amplos aos comerciantes e aos proprietários de terra, apesar de terem sido sustentadas pela aliança destes com os trabalhadores urbanos e os camponeses, parcelas sociais mais baixas do Terceiro Estado. Essa conquista proporcionou a formatação do modelo de Estado baseado no ideário liberal, o qual serviu para a satisfazer os anseios da classe burguesa, sem, no entanto, realizar o desejo de elaborar algum tipo de justiça social almejado pelos menos favorecidos, causando a pauperização ascendente e profunda das massas, sempre reforçada em cada ciclo de crise do sistema capitalista implementado (POLANYI, 2012).

Após a Primeira Guerra Mundial, o cenário econômico internacional foi marcado pela superação do processo de hegemonia do capitalismo europeu, especialmente do inglês, colocando os EUA na dianteira do crescimento econômico. No que se refere às sociedades capitalistas periféricas, alguns programas de industrialização foram criados na tentativa de se sobressair e se sustentar no contexto em questão. Porém, o alargamento da economia capitalista ocorrido nesse período não foi suficiente para evitar uma grande crise na economia mundial, conhecida como II Grande Depressão de 1930, na qual o mercado diminuiu e a concorrência entre os estados se acirrou, na medida em que os países devastados pela guerra retomavam, gradativamente, a produção agrícola e industrial. Passo a passo, foi montada a conjuntura geradora da crise provocada pela superprodução e pela especulação (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Cada concepção social esquadrinhou uma saída para a crise da década de 1930. Os recursos propostos para a crise incidiram inspirados em três vertentes ideológicas, o programa centralizado com alicerce no pensamento marxista-leninista; a administração estatal da macroeconomia com base na renda nacional, centrada nas formulações Keynesianas e a vertente nazifascista que busca, de forma centralizada, o pleno emprego e a industrialização (BRESSER-PEREIRA, 2019).

As crises de produção e o desemprego enfrentados pelo sistema capitalista liberal ensejaram uma inflexão no liberalismo, com o advento do keynesianismo, que propunha a reorganização e a regulação da economia, por meio do Estado, em um contexto mundial no qual se buscava a recuperação das nações após a Segunda Grande Guerra. A reconstrução econômica e social do mundo pós Segunda Guerra Mundial foi o marco para o desenvolvimento do estado de bem-estar, pois o processo de industrialização desse período, lançado pela Grã-Bretanha implementou uma série de providências para a ampliação dos serviços sociais, assim como, passou a intervir contundentemente na economia, regulamentando as atividades produtivas, com a finalidade de assegurar a diminuição das discrepâncias sociais e o aumento de riquezas (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Nesse cenário, a intervenção do Estado nas ordens econômica e social de um país, parte também da compreensão de que é necessária uma redistribuição mínima de renda para que a sociedade funcione. O Estado, então, assume deveres com seus cidadãos e é responsável por oferecer benefícios aos trabalhadores tais como: seguro-saúde, seguro-desemprego, salário-mínimo e férias remuneradas. É através do keynesianismo que surge o reconhecimento do bem-estar social (BRESSER-PEREIRA, 2019).

A defesa de um Estado de bem-estar social, nessa escola de pensamento, está conectada à garantia dos direitos dos cidadãos à saúde, à educação e à previdência. Desta maneira, o Estado de bem-estar social defende a estatização de empresas em setores estratégicos, a criação de serviços públicos gratuitos e de qualidade e a construção de obras públicas, a fim de gerar emprego e renda (BRESSER-PEREIRA, 2019).

Essa vertente de pensamento opõe-se ao liberalismo e à regulação da economia. Ademais, caberia ao Estado, também, o papel de incentivar a economia por meio de investimentos, participar da atividade econômica por intermédio das empresas estatais, criar leis de regulação comercial e afins.

Esse foi um período marcado pelo estímulo à geração de empregos e pelo aumento do consumo em razão do assalariamento de um maior número de trabalhadores. Buscava-se fomentar um círculo virtuoso de desenvolvimento econômico por meio desses mecanismos (FERRARI FILHO, 2016). No entanto, na década de 60, o aumento das desigualdades sociais, da inflação e do desemprego, nos Estados Unidos e na Europa, suscitara diversas críticas por parte dos liberais ao pensamento keynesiano.

Ao final dos anos 1970 e durante a década de 1980, houve um “[...] rompimento com o ‘welfarismo’ da social-democracia e a implementação de novas políticas que supostamente poderiam superar a inflação galopante, a queda dos lucros e a desaceleração do crescimento”, com a criação de uma política neoliberal como uma resposta política “[...] à crise econômica e social do regime ‘fordista’ de acumulação do capital” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 189). Os governos conservadores desse período desconstruíram a regulação econômica Keynesiana, assim como a propriedade pública das empresas, o sistema de proteção social, os direitos trabalhistas e tudo aquilo que envolvia a representação dos assalariados.

A compreensão existente naquele momento era a de “[...] se o ‘compromisso social-democrata’ era sinônimo de intervencionismo do Estado, o ‘compromisso neoliberal’ era sinônimo de livre mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 191). Portanto, a transformação ocorrida na década de 1970 e 1980 movimentou a mudança determinada pela racionalidade neoliberal que conduziu ao desmantelamento do Estado social e à privatização das empresas públicas.

Assim, com o avançar do contexto de globalização e a abertura do mercado internacional, surgiu o neoliberalismo, promovendo uma ruptura ainda mais dura com os cânones do modelo social e econômico de bem-estar, sobre o qual passamos a discorrer.

2.2 NEOLIBERALISMO: A EMPRESA COMO MODELO DE SUBJETIVAÇÃO

O capitalismo neoliberal desenvolveu-se ao longo da história social moderna de duas maneiras. A primeira, abrange as características universais e globais desse sistema que promove um modelo de vida metodologicamente desenhado para os integrantes da sociedade, o qual engloba a concepção das subjetividades intrínsecas dele. A segunda diz respeito aos formatos nacionais de desenvolvimento que se misturam com as especificidades dos contextos sociais daqueles Estados, expandindo maneiras particulares de atuar, de acordo com a localização geopolítica deles (BROWN, 2019).

Toda essa lógica complexa sustenta o capitalismo financeirizado e se ancora em um processo que compartilha características universais de formação, apesar de funcionar de maneira distinta, a depender do contexto. Nesse sentido, o modelo de neoliberalismo norte-americano irrompe atrelado a movimentos que influenciam diversas nações e seus funcionamentos, como o Brasil. Por esse motivo, utilizaremos a análise de algumas de suas características para pensar os aspectos que interferem tanto econômica, como socialmente na sociedade brasileira, pois esses atributos também influenciam na formação capitalista neoliberal do país, apesar de esta última ser dotada de especificidades próprias, adquiridas em razão da sua construção histórica e política, que serão explicadas posteriormente.

O neoliberalismo norte-americano desenvolveu-se a partir da oposição a três relevantes elementos históricos e sociais que ditaram as ações do Estado e da sociedade e formaram a compreensão estadunidense de liberalismo, a qual não se limita a uma opção econômica e política. A reação à política Keynesiana, aos pactos sociais do pós-guerra e ao crescimento da administração federal por meio de programas econômicos e sociais construiu o caminho para que o liberalismo, nos Estados Unidos, se tornasse “[...] toda uma maneira de ser e de pensar” (FOUCAULT, 2004, p. 301).

O liberalismo funcionou, nesse sentido, como um “[...] fundador e legitimador do Estado” (FOUCAULT, 2004, p. 300), trazendo para as disputas políticas uma concepção mais profunda do que apenas o questionamento de disponibilidade e de distribuição de serviços públicos, na medida em que “[...] o contencioso nos Estados Unidos entre o indivíduo e o governo adquire ao contrário o aspecto do problema das liberdades” (FOUCAULT, 2004, p. 301). Esse fato transforma a relação entre governantes e governados e marca o neoliberalismo norte-americano como um “[...] método de pensamento, uma grade de análise econômica e sociológica” (FOUCAULT, 2004, p. 301).

De acordo com o fundamento neoliberal norte-americano, descrito por Foucault (2004), há a incursão da análise econômica no campo do trabalho, transformando o trabalhador em sujeito econômico ativo. Nesse prisma, a economia funciona para além da “[...] lógica histórica de processo, é a análise da racionalidade interna, da programação estratégica da atividade dos indivíduos” (FOUCAULT, 2004, p. 307). Essa construção leva o indivíduo a ser indissociável da sua aptidão.

Nasce, dessa lógica imposta, a racionalidade neoliberal, que compõe as subjetividades dos indivíduos inseridos nesse modelo social e econômico. Foucault (2004, p. 310) conclui:

[...] a ideia de que a análise econômica deve encontrar como elemento de base dessas decifrações, não tanto o indivíduo, não tanto os processos, ou mecanismos, mas empresas. Uma economia feita de unidades-empresas, uma sociedade feita de unidades-empresas: é isso que é, ao mesmo tempo, o princípio da decifração ligado ao liberalismo e sua programação para a racionalização tanto de uma sociedade como de uma economia.

Há, então, uma conexão do sujeito neoliberal ao *homo economicus* enquanto um homem de consumo, que produz o seu próprio contentamento e que é “[...] um empresário de si mesmo, sendo ele próprio o seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de sua renda” (FOUCAULT, 2004, p. 311). Nesse modelo social, o ser humano confunde-se com o capital humano.

Molda-se a forma de agir e de pensar dentro das sociedades modernas a partir do capitalismo, cujos desdobramentos, fundados em acontecimentos históricos, políticos e sociais, conduzem à sua nova constituição, sob a racionalidade neoliberal, cuja principal característica consiste na mercantilização de tudo, inclusive dos seres humanos e das relações desenvolvidas por eles. Esses são os parâmetros de formação em que se assenta a imagem social, promovendo um claro caminho da construção focal que determina as regras sobre quem é valorizado e quem é subjugado nas sociedades capitalistas.

O sujeito produtivo, visceralmente envolvido na eficácia do seu trabalho, é o resultado da congregação dessas subjetividades, concebidas com o propósito de torná-lo instrumento de produção, convicto de que o desempenho e o máximo lucro são as razões de vida dos seres humanos, pois “[...] a racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

A sociedade é modelada a partir de um padrão de funcionamento que promove o sujeito como uma empresa, homogeneizando a ação em torno dos interesses individuais e do lucro, operando o desvanecimento da pluralidade humana nas suas mais diversas formas, ignorando, inclusive, a subjetividade que a democracia liberal se preocupou em conservar. Esse sujeito

unitário apresenta as características do sujeito empresarial neoliberal, também chamado de neossujeito (DARDOT; LAVAL, 2016).

Enquanto nova formulação de comportamento, o novo sujeito projeta apenas a sua realização pessoal, porém o faz por intermédio dos “[...] dispositivos de direção das condutas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 327), integrando um conjunto de motivações pensadas para determinar a sua conduta como se, de fato, ele se tornasse a empresa que o emprega, o que promove uma profunda alienação do desejo e das aspirações individuais desse neossujeito.

Esse padrão de comportamento sustenta-se por meio do exercício da governamentalidade, a qual promove o autogoverno de si, em consonância com as técnicas de dominação exercidas pelo Estado sobre os sujeitos sociais. O paradigma de ação imposto, promove o “[...] governar pela liberdade, isto é, agir ativamente no espaço de liberdade dado aos indivíduos para que estes venham a conformar-se por si mesmos a certas normas” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 19).

Impõe-se a cultura da empresa como nova subjetividade, criando uma governamentalidade empresarial, diretamente ligada à nova razão de mover o mundo socioeconômico, a qual é determinada, justamente, pelas aspirações e condutas dos indivíduos neossujeitos que estão inseridos nesse modelo de pensar, controlados pelo discurso do sucesso pessoal, do empoderamento para alcançar os seus objetivos, sempre monetários e individuais (DARDOT; LAVAL, 2016).

O estímulo para o desenvolvimento dessa nova forma de agir é fornecido pelo mercado e sustentado pelos estados, em um primeiro momento, pelos Estados Unidos e por parte dos países europeus, que apostaram na financeirização como nova ordem mundial para remediar crises e fomentar o progresso, compreendendo que esse era o passo natural dentro de um mundo globalizado. O crescimento do capitalismo financeiro é parte desse processo, como apontam Dardot e Laval (2016, p. 199):

Em nível mundial, a difusão da norma neoliberal encontra um veículo privilegiado na liberalização financeira e na globalização da tecnologia. Um mercado único de capitais instala-se por intermédio de uma série de reformas legislativas, das quais as mais significativas foram a liberação total do câmbio, a privatização do setor bancário, a abertura dos mercados financeiros e em nível regional, a criação da moeda única europeia. (...) Foi facilitada por uma revisão progressiva da política monetária norte-americana, que abandonou os cânones estritos do monetarismo doutrinal.

As crises econômica e social do regime fordista de acumulação do capital, com a desaceleração dos ganhos de produtividade em virtude do poder de pressão dos assalariados, a alta inflação amplificada pelas duas crises do petróleo, as altas taxas de desemprego, tiveram, como principais respostas, a interrupção da indexação dos salários pelos preços, o aumento

expressivo das taxas de juros, e a aplicação das regras do Consenso de Washington⁸ às crises de endividamento dos países, que trouxeram diversas consequências (DARDOT; LAVAL, 2016).

No campo político, os Estados estabeleceram um novo regime de acumulação predominantemente financeiro, conforme o qual o governo seria o problema, desmoralizando-se a política de bem-estar social e os seus dispositivos, como “[...] profundamente nocivos à criatividade, à inovação, à realização pessoal” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 213).

As consequências sociais causadas por essa financeirização foram, sobretudo, o empobrecimento da massa trabalhadora e a acentuação da concentração de renda pelos poucos privilegiados pelo sistema. Os efeitos subjetivos desse cenário repousam sobre a visão do homem como se fora um capital que necessita empreender para ser valorizado, ocasionando uma “[...] nova ordenação das atividades econômicas, das relações sociais, dos comportamentos e das subjetividades” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 202).

Impera nessa lógica uma crítica ao aporte social defendido pelos sistemas governamentais até então, vez que a aplicação da autossuficiência dos sujeitos dentro do imperativo concorrencial estava diretamente ligada à “[...] alegação da superioridade moral das soluções dadas ou inspiradas pelo mercado” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 211), as quais se baseiam no argumento de eficácia e do custo, postulando uma independência do neossujeito da assistência fornecida pelo Estado.

Essa construção ignora os diversos fatores que contribuem para a posição que os indivíduos ocupam na estruturação da fotografia social marginalizante. O sistema concorrencial equaliza os sujeitos sociais como se todos partissem do mesmo ponto e fossem beneficiados com as mesmas chances. O fundamento meritocrático não lê a estrutura de dominação violenta e opressora que retrata o funcionamento do mundo social, político e econômico e que determina a passagem de diversos sujeitos para a periferia dessa imagem.

Prima-se, supostamente, pela liberdade de escolha, muito embora tal liberdade venha atrelada ao disciplinamento das massas trabalhadoras para fazerem escolhas pré-estabelecidas que movem o mundo capitalista. A lógica neoliberal, no entanto, é pensada para que não se

⁸ Forma como ficou conhecido o encontro ocorrido em 1989 na capital dos EUA, o qual, a partir da reunião de economistas, pensadores e administradores, descreveu recomendações visando a implementação das premissas neoliberais na América Latina a partir de premissas básicas que visavam o disciplinamento fiscal, em que o Estado deveria cortar gastos e eliminar ou diminuir as suas dívidas, reduzindo custos e funcionários; reforma fiscal e tributária, buscando reformular os sistemas de arrecadação de impostos dos governos com a finalidade de que as empresas pudessem pagar tributos menores; e a privatização de empresas estatais, tanto em áreas comerciais quanto nas áreas de infraestrutura, para garantir o predomínio da iniciativa privada em todos os setores (DARDOT; LAVAL, 2016).

note a dimensão normativa que limita a liberdade de escolha à obrigação de obedecer às condutas determinadas institucionalmente, pois, supostamente, nada é capaz de deter a realização dos desejos de consumo de vida; entretanto, não lhes é dada condição política, financeira e social para que essa pretensão se torne real. Nessa visualização do contexto social, proporciona-se um ambiente irreal de participação, incondizente com a verdadeira representação visual excludente.

A estratégia por trás dessa construção está, então, em promover as regras de mercado enquanto nortes da ação humana, da organização de serviços públicos e do funcionamento social, fazendo da obrigação de escolher, entre o pouco que é oferecido, a regra do jogo de individualização, incorporando, dessa forma, a obrigação de se pensar em um cálculo “[...] de interesse individual se não quiserem ‘perder no jogo’ e, mais ainda, se quiserem valorizar seu capital pessoal num universo em que a acumulação parece ser a lei geral da vida” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 217).

Nesse sentido, o sujeito neoliberal internaliza a ação individual, criando o conceito de “capital humano” (FRANCO *et al.*, 2021, p. 48), consoante o qual a economia se torna uma disciplina pessoal e regula toda a ação do indivíduo, mas não só; dita, ainda, a forma de pensar e de sentir, moldando os interesses dos agentes que, nessa lógica, se vêem como autônomos, com capacidade de agir livremente na busca dos seus ideais. Entretanto, a realidade mostra que esses agentes, supostamente autônomos, “[...] são convertidos em ‘capital’, passando a se compreender como empresas submetidas à insegurança típica da dinâmica dos mercados” (FRANCO *et al.*, 2021, p. 48).

A competição estimulada por esse cenário torna-se a base para a hierarquização humana, reforçando que a meritocracia só é alcançada se o investimento em si próprio for extremo, de modo que, como elucidam Franco *et al* (2021, p. 48):

[...] o indivíduo é colocado como centro da dinâmica, na verdade pesa sobre ele com máximo vigor uma lei externa, a lei da valorização do capital. Ao internalizá-la, é o próprio indivíduo que passa a exigir de si mesmo ser um empreendedor bem-sucedido, buscando ‘otimizar’ o potencial de todos os seus atributos capazes de ser ‘valorizados’, tais como imaginação, motivação, autonomia, responsabilidade.

O modelo de subjetividade humana, a partir desse entendimento amplamente propagado, reside, não na espontaneidade, mas na vontade mercadológica, a qual cria a ilusão de trabalhar com a vontade livre dos seus agentes. Nessa busca, “[...] a suposta ação espontânea corresponde sempre à lógica da valorização do capital, do qual o sujeito é portador” (FRANCO *et al.*, 2021, p. 49). Por esse motivo, a razão neoliberal, imposta aos seres humanos partícipes da sociedade, não é natural.

A noção de que o sujeito é movido pela sua utilidade, por aquilo que pode acrescentar ao mercado e pelos seus interesses individualizados, objetifica o ser humano, tornando-o apenas parte de uma equação que não está necessariamente preocupada com o seu valor humano. A razão e o valor moral passam a ser reduzidos ao cálculo mercantil, estrutura da doutrina neoliberal (FRANCO *et al.*, 2021, p. 62).

Figura 1 – Mercado do ver-o-peso, 05:40 da manhã, dia 16 de setembro de 2020, Célia assiste o dia amanhecer na barraca em que vende comida na feira; a pandemia de covid-19 continua a todo vapor, ela não está mais recebendo auxílio emergencial e é mãe solo.



Fonte: acervo pessoal da autora.

Portanto, a racionalidade política neoliberal, evidenciada por Foucault (2004) e aprofundada por Dardot e Laval (2016), comporta toda a forma de agir não apenas dos mercados, mas também das instituições e das demais entidades presentes nas sociedades, como as civis. Sem o suporte político fornecido por toda essa reorganização de pensamento e de ação, fica mais difícil a implementação da governamentalização do Estado (BROWN, 2019).

No Brasil, a articulação do sistema capitalista seguiu o mesmo contorno traçado no eixo Europa/Estados Unidos, porém, em formato próprio, haja vista ser uma nação colonizada, cujo capitalismo foi tardio e de ter permanecido como exportador de matéria-prima, sofrendo o abalo social e econômico de subdesenvolvimento.

2.3 A COMPOSIÇÃO LIBERAL BRASILEIRA

O desenvolvimento nos moldes estabelecidos pelas grandes economias mundiais é freado, em países como o Brasil, em razão de um “[...] desajustamento básico entre oferta virtual de fatores e orientação da tecnologia” (FURTADO, 2009, p. 86). A realidade histórica brasileira é determinante para os processos de desenvolvimento econômico e social que permeiam a sua estruturação.

Por esse motivo, qualquer análise do desenvolvimento econômico e social, no Brasil, perpassa pelo entendimento de que está conectado à “[...] verificação da eficácia explicativa desse modelo em confronto com uma realidade histórica” (FURTADO, 2009, p. 25), pois o subdesenvolvimento não se resume a uma fase histórica que se repete em todos os países, trata-se, na verdade, de uma condição específica do sistema capitalista.

Assim, não se pode esperar que a formação institucional, social e econômica da nação brasileira responda, de maneira genérica, às mudanças capitalistas ocorridas nas transformações mundiais. O Brasil apresentou processos próprios de evolução econômica, social e política que permearam a passagem do liberalismo para o estado de bem-estar social e, antes mesmo que fosse, efetivamente, implementado, ao neoliberalismo.

Convém perceber que o capitalismo, no Brasil, sofreu mudanças em razão da influência do contexto global e também de acontecimentos domésticos, pois “[...] essa é uma das manifestações do caráter periférico (dependente) da economia brasileira” (SAAD FILHO, 2018, p. 25), o que implica compreender que o Estado brasileiro, ao longo do tempo, vem desempenhando a tarefa de assegurar as relações de dominação, implementando “[...] estratégias de acumulação consistentes e a condução das transições sistêmicas” (SAAD FILHO, 2018, p. 26), de acordo com o modelo de exploração e de preservação de padrões vigentes, promovendo desigualdade de renda e privilégios estruturais.

Foi somente com a chegada da corte de Bragança no Brasil, em 1808, que se deu o início da formação de um espaço público brasileiro, não mais exclusivamente português⁹, com a recepção de ideais econômicos e políticos liberais (LYNCH, 2009).

O Brasil adotou três sistemas de acumulação desde a independência que são permeados por uma base racista e sexista: o primeiro, representado por um Estado oligárquico, primário-exportador, o qual engloba também uma primeira república igualmente excludente; o segundo, representado por um Estado desenvolvimentista com formas políticas que compreenderam ditaduras militares e populistas, assim como democracias populistas, golpes de Estado e crises; e, o terceiro, representado pelo neoliberalismo (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 25).

Embora não tenha havido, no Brasil, uma política keynesianista expressa, o governo ditatorial de Getúlio Vargas, a partir de 1930, deu início a algumas políticas assistencialistas e ao modelo de intervenção estatal na economia. Foi elaborado o plano de metas brasileiro, o qual “[...] preparou um diagnóstico global da economia brasileira, com propostas para um programa de desenvolvimento”. O governo seguinte, de Juscelino Kubitschek, implementaria fortemente o processo de industrialização do Brasil, porém “[...] demonstrando o esgotamento das potencialidades do Estado estruturado após a Revolução de 1930” (BERCOVICI, 2015 p. 401).

Apesar da tentativa momentânea de um modelo capitalista que prezasse pelo bem-estar social, preocupado com o projeto denominado de “nacional-desenvolvimentista”, o qual demandava reformas de base como a agrária, urbana, educacional e demais reestruturações necessárias, tais mudanças não chegaram a acontecer, pois foram cessadas pela ruptura constitucional de 1964 (BERCOVICI, 2015, p. 416).

O sistema de acumulação capitalista, institucionalizado e promotor de uma razão de ação própria, foi, então, economicamente implementado no Estado brasileiro para estabilizar a inflação, por meio do Plano Real¹⁰ visando à internacionalização da economia, a mudanças na estrutura industrial, ao aumento de empregos e tudo mais nesse sentido que elevasse o *status* de desenvolvimento da nação (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 96).

⁹ Até esse momento, em 1808, “a legislação colonial portuguesa impediu a introdução de tipografias em território brasileiro. Não havendo jornais em circulação ou livros impressos, os leitores se contentavam com a literatura produzida na Europa e que atravessava o Atlântico legalmente ou por via clandestina. A segunda circunstância é que, ao contrário da Espanha, Portugal evitou criar nos territórios ultramarinos centros de difusão de cultura superior, como universidades ou faculdades. O saber disponível ao público ficava assim restrito às bibliotecas dos conventos e às poucas escolas primárias e secundárias mantidas por religiosos” (LYNCH, 2009, p. 213). Portanto, nesse período, o espaço público brasileiro era vivido e comandado em terras lusas.

¹⁰ Programa econômico brasileiro criado em 1999, com o propósito de estabilizar o país, promovendo reformas econômicas através da implementação de uma nova moeda, o real, estabelecendo novas regras de conversão, valores monetários e desindexação da economia (SAAD FILHO, 2018).

O neoliberalismo instalou-se como um sistema dominante de acumulação que representa o estágio atual do capitalismo, sendo mais que “[...] uma ideologia, ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 96).

Houve a ampliação do setor financeiro, a implementação da subjetividade neoliberal, a estabilização das relações sociais em parâmetros excludentes, o encolhimento das políticas sociais, a contínua privação de redistribuição e de ocupação do espaço público impostas às camadas populares e minoritárias, e a manutenção da reprodução social como ferramenta para sustentar a feminização da pobreza (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 97).

As reformas neoliberais implementadas pelo Estado brasileiro transformaram a economia, a sociedade e a reprodução, concentrando ainda mais a renda e a riqueza, influenciando, também, as relações sociais por meio da “[...] financeirização da reprodução social e da privatização dos bens comuns, ou seja, dos setores em que não estavam estabelecidos os direitos de propriedade ou em que eles estavam sob a responsabilidade do Estado” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 98).

Esse sistema de acumulação é, portanto, ainda mais duro, e identifica estratégias que coordenam uma maior concentração de renda e riqueza, tendo sido, no Brasil, impulsionado e moldado “[...] pelo imperativo da estabilização monetária” (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p. 98).

Considerou-se que, diante da crise econômica enfrentada, a estratégia eficaz seria justamente a que encolheria a intervenção do Estado, permitindo reforma fiscal, cortes de despesas sociais, privatizações, liberalização do comércio e medidas assemelhadas (SAAD FILHO; MORAIS, 2018, p.100) que garantissem o aprofundamento do capital, mas não a segurança e a viabilidade das relações sociais, principalmente para os mais prejudicados pelas crises, invariavelmente as mulheres, como se demonstrará.

O neoliberalismo na experiência brasileira acentuou a desigualdade dependente e geradora da pobreza, instaurando, em contrapartida, um crescimento mais latente de conflitos sociais, ao permitir um aumento da precarização do trabalho, do desemprego e da institucionalização de repressões amparadas pela hegemonia ideológica neoliberal e pela desigualdade de gênero, que passamos a abordar.

Figura 2 – Ivânia, levada pela polícia no dia 07 de abril de 2021, quando tentava defender a escolinha do cerrado da ocupação CCBB, em Brasília; 34 famílias catadoras de materiais recicláveis foram retiradas desse local em que residiam há anos, infringindo a Lei 6657/2020 que proíbe o despejo durante a pandemia do novo coronavírus.



Fonte: Fotografia de Scarlett Rocha, acervo pessoal da fotógrafa.

2.4 ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

O Brasil é uma nação estruturada na escravidão, no colonialismo e a partir de uma visão eurocêntrica¹¹. O desenvolvimento econômico e social brasileiro é assentado em desigualdades. Historicamente, as elites reivindicaram as riquezas da nação, desconsideraram todos que não fizessem parte de seu seletivo círculo de privilégios e monopolizaram o poder político, como meio de assegurar a sua posição.

¹¹ Quijano (2005, p. 126) define o eurocentrismo como sendo “[...] a elaboração intelectual do processo de modernidade, que produziu uma perspectiva de conhecimento e um modo de produzir conhecimento que demonstram o caráter do padrão mundial de poder: colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo”.

A realidade que reverbera no momento atual, em que o país lida com a crise ampliada pela pandemia do novo coronavírus, que será objeto de nossa análise posteriormente, reflete a mesma lógica de exclusão implementada no cenário econômico e social desde o processo de colonização.

A estruturação opressiva, excludente e exploratória, advinda da formação social da nação, inicia a sua história no modelo colonial de sociedade, edificado com o uso da mão de obra escrava para a exploração dos grandes latifúndios, chefiados por homens portugueses que representavam a figura do senhor, cujos domínios extrapolavam as terras concedidas pela coroa portuguesa e cujo poder era exercido sobre a vida de todos os membros integrantes da família. Esse poder dos homens brancos revelava-se mais contundente em relação às mulheres brancas, suas esposas e filhas, no seio familiar, assim como sobre os homens e as mulheres negras, escravizados para a produção mercantil das terras (SCHWARCZ, 2019).

As atividades na colônia eram diretamente vinculadas a essa estruturação patriarcal, ditadora das regras do modelo econômico, político e privado vivido na formação social colonial. A estrutura interna na colônia se desenvolvia em torno das relações de produção escravistas, em um modelo próprio. Por essa razão, o “[...] latifúndio escravista moderno, capitalista, introduzido no século XVI, marcará com profundidade o desenvolvimento histórico-social do Brasil” (MAZZEO, 2015, p. 79).

O modelo patriarcal de sociedade surge, dessa forma, diretamente atrelado ao desenvolvimento social e político da colônia brasileira, privilegiando o senhor branco como operador principal dos meios públicos e privados, com liberdade e autonomia para decidir inclusive os destinos e as vivências das mulheres brancas e dos corpos negros. Isso porque os artifícios elaborados por um corpo social rural, agrário e escravista, refletem o seu interesse não apenas na estrutura produtiva, mas também nas forças produtivas e nas relações de produção, determinando “[...]os aspectos particulares superestruturais da formação econômico-social brasileira” (MAZZEO, 2015, p. 79).

Por meio da grande exploração rural, os latifundiários, os donos das terras e os patriarcas das famílias, monopolizavam o poder através da política, da família e da exploração da força de trabalho humana escravizada. Isso permitia a esses homens a organização de uma sociedade conservadora, enquanto autêntica aristocracia colonial, a qual, em razão da sua própria formação e natureza, era subordinada aos centros europeus capitalistas (MAZZEO, 2015).

A estrutura societária, nessa perspectiva histórica, era segregacionista e reiterava uma lógica de subalternização e de objetificação de grupos minoritários, a despeito do que historiadores compreendidos como clássicos da literatura brasileira reverberam, preenchendo

as páginas da história brasileira com o engrandecimento da branquitude¹², e a naturalização do racismo e da misoginia.

Em obras como “Casa Grande & Senzala”, de Freyre (2006), “Raízes do Brasil”, de Holanda (1995) e “Formação do Brasil Contemporâneo”, de Prado Jr. (2011), revela-se que a miscigenação ocorrida em território brasileiro, supostamente, desencadearia uma convivência inter-racial em moldes próprios, gerando um novo mundo heterogêneo e potente, no qual três raças formariam a nação brasileira, revelando um tipo fictício de harmonia, que nada mais significava do que a dominação branca.

As nuances comportamentais delineadas na sociedade brasileira percorrem, portanto, a naturalização de racismos e sexismos institucionais, instaurando, como padrão, a identidade universal do homem branco, e ignorando as tensões existentes em razão dessa realidade.

Compondo essa narrativa, quatro mitos comuns e falsos sustentam a história brasileira, sendo o primeiro referente à suposição de que o Brasil é um país equilibrado, no sentido de não enfrentar conflitos internos; o segundo é a hipotética inexistência de hierarquia, como se as desigualdades não fossem latentes; o terceiro refere-se à ilusão da plenitude democrática, na qual racismo, preconceito religioso e sexismo inexistem; o quarto reflete a exacerbação da natureza, como fonte única e inesgotável de prosperidade, inclusive espiritual, afinal “[...] até segunda ordem, Deus (também) é brasileiro” (SCHWARCZ, 2019, p. 22).

A lógica dos fenômenos do racismo e do sexismo está, assim, diretamente vinculada à estratificação ocorrida na colonização brasileira, gerando, no modelo social de viver, formas determinadas de interação que delimitam, para as mulheres, os locais passíveis de sua existência. Especificamente para a mulher negra, a lógica da dominação remonta à articulação dupla da violência do racismo e do sexismo, cujos efeitos as levam a serem vistas como objetos para o trabalho braçal, para a satisfação sexual dos senhores ou para a reprodução de mais mão de obra escrava.

As mulheres brancas, por sua vez, estavam subordinadas à vontade de seus pais ou maridos, sendo mantidas no âmbito doméstico e proibidas da vivência pública, destinadas a procriar e, assim, perpetuar a família patriarcal, mantendo a sua condição submissa aos homens

¹² Conceito definido por Bento (2009) como característica da identidade do branco brasileiro, a partir das ideias sobre branqueamento. Aprofundando esse sentido, Cardoso (2017) afirma que o negro representava um problema que a sociedade moderna brasileira gostaria de esquecer, sendo a forma escolhida, para tanto, a do apagamento, a partir da miscigenação e da elevação dos privilégios dos não negros, fazendo com que o povo negro estivesse na categoria de outro, em relação ao branco como ser universal.

brancos. Porém, gozavam de privilégios sobre as mulheres negras escravizadas e demais grupos minoritários, como os próprios homens negros, ou mesmo os povos tradicionais.

Figura 3 – Dona Catita



Fonte: Nayara Jinkns, mulher, negra, LGBTQIA+, documentarista e ativista pela ocupação das mulheres periféricas na fotografia como formação de novo modelo de referencial imagético, acervo pessoal cedido pela fotógrafa.

Essas características fizeram com que o patriarcalismo e a discriminação racial se perpetuassem, imbricados nos modos morais e normativos de vida, através das instituições, pois a manutenção dos problemas estruturais perpassa pela inalterabilidade dos sistemas opressivos e acumuladores de poder, gestados pela força do Estado e pela necessidade de conservação dos interesses da elite que, historicamente, o dirigem.

Nesse viés, é importante compreender como apenas um grupo hegemônico desenha a estabilidade do poder operacional do Estado, de acordo com os seus interesses, subjugando a importância e o lugar públicos dos demais indivíduos componentes da sociedade e, assim, dominando o foco central da fotografia da sociedade ao ignorar todas as camadas que a compõem.

Para tanto, cabe analisar as práticas sociais e sua interlocução com as instituições, para que sejamos capazes de descortinar o padrão do poder, cuja raiz colonial legitima as antigas ideias e as práticas pensadas a partir da lógica dual entre dominantes/dominados, difundida, também, através do mito da inclusão¹³ como ferramenta de perpetuação de um passado que leva em consideração, apenas, o olhar do opressor sobre os fatos.

A lógica colonizadora, perpetrada na escravidão, determinou o retrato social de uma maneira autoritária, violenta e injusta que “[...] tratamos de reproduzir, o que nos legou uma série de problemas à nossa agenda republicana, em prejuízo ao aperfeiçoamento democrático e sua promessa de igualdade” (GUIMARÃES; VERBICARO, 2020, s/p.). A aplicação dessa estruturação em terras brasileiras com a chegada dos grupos europeus, mais especificamente dos portugueses, instaurou um modelo de vivência social, econômica e política que tinha por objetivo perpetuar a dominação branca sobre os demais povos, por meio da elevação do *status*, que nos legou uma sociedade autoritária e iníqua do homem branco, como proprietário não apenas da terra, mas dos demais corpos, impedindo, com isso, que mulheres brancas, homens negros, mulheres negras e povos tradicionais fizessem parte, de forma efetiva, livre e autônoma, da sociedade.

¹³ Schwarcz (2019) defende que há uma perpetuação idealizada dos acontecimentos do passado, em que se exalta apenas uma narrativa, como se ela fosse a única componente daquele cenário, trazendo, então, para o presente, um modelo de equiparação de ordem que não é verdadeiro, e cuja base se assenta em uma sociedade patriarcal, de maneira a elevar-se os conceitos de hierarquia e ordem. É esse o mito da inclusão que levantamos, pois perpetra a farsa do respeito à multiculturalidade no Brasil, assim como a pluralização de sujeitos, como já demonstrado no tópico anterior, em que ressaltamos a tentativa de naturalização, em textos concebidos como narrativas históricas, da miscigenação como uma experiência positiva aos povos negros, e não como a política pública de apagamento e de violência, que de fato foi, e ainda é.

Figura 4 – Ivânia, mulher negra, derrubada ao chão pela força policial do Estado, durante o despejo ilegal do CCBB em Brasília, por defender a sua comunidade.



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Scarlett Rocha

Nesse sentido, é importante destacar “[...] a profunda e entranhada desigualdade social como o maior legado da escravatura e do autoritarismo no país. Grassou, no Brasil, do Século XVI ao Século XIX, uma escandalosa injustiça amparada pela artimanha da legalidade”. A escravidão foi bem mais do que um sistema econômico, pois determinou valores e ações, ditando desigualdades sociais, “[...] fez da raça e da cor marcadores de opressão e de diferença fundamentais, ordenou etiquetas de mando e obediência, e criou uma sociedade marcada por uma hierarquia social muito estrita” (GUIMARÃES; VERBICARO, 2020, s.p.).

Como nos ensina Quijano (2005, p. 130), as sociedades modernas são erguidas sobre estruturas de poder, responsáveis por associar as diferentes formas de existência social, acumulando-as em uma sociedade com uma suposta identidade única, a qual resulta em um Estado-nação do qual derivam a cidadania, a política e a democracia. O formato do Estado é definido pela estrutura de poder que “[...] é sempre, parcial ou totalmente, a imposição de alguns, frequentemente certo grupo, sobre os demais”.

Desse modo, a desconsideração da desigualdade de contexto de diversos grupos colabora, de forma direta, para a manutenção do poder por aquele historicamente dominador, sendo insuficiente uma suposta igualdade moderna, jurídica e constitucional dos sujeitos sociais, pois as instituições são diretamente afetadas pelas implicações das ações, ou pela falta delas, ocorridas tanto na seara privada, quanto na pública.

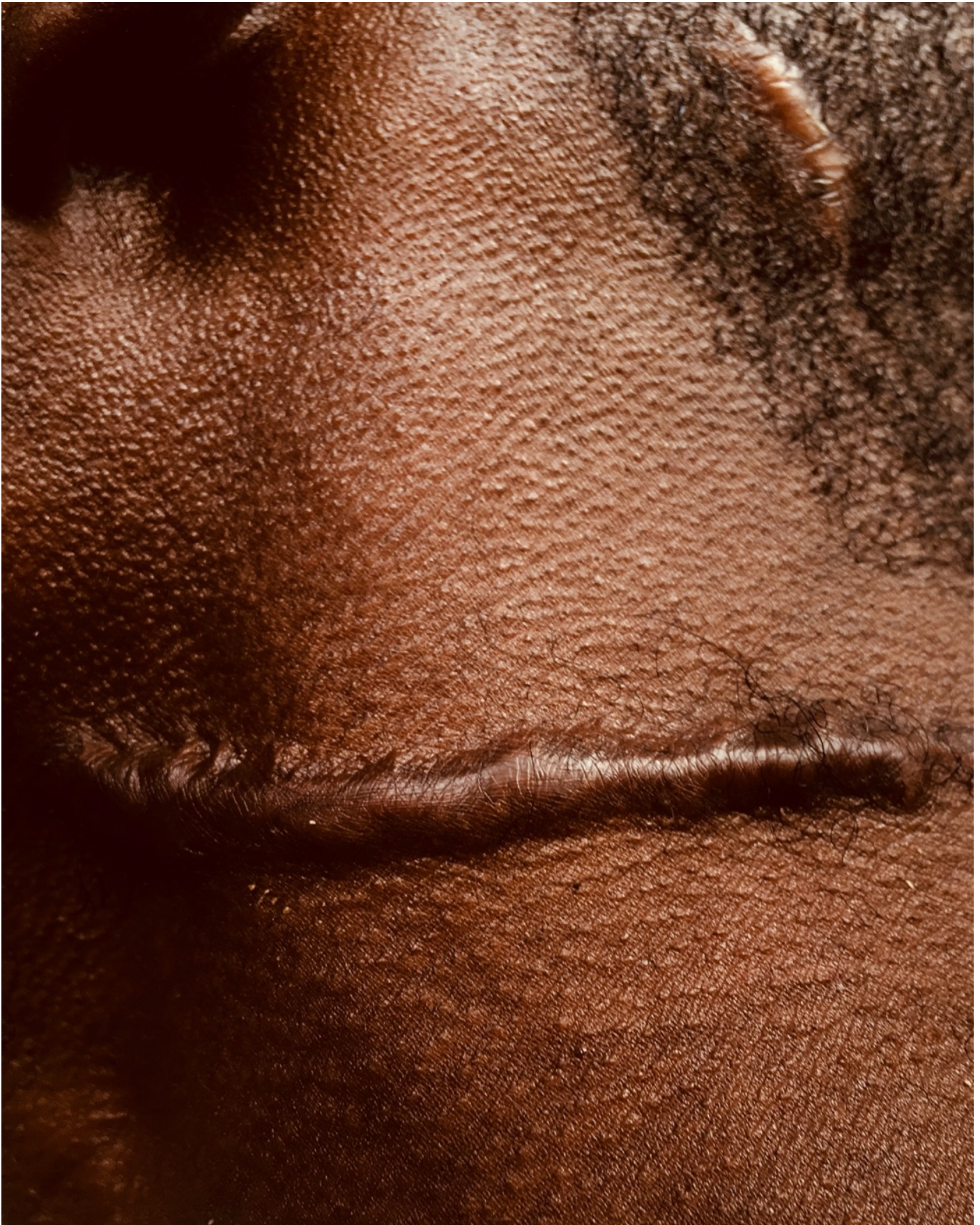
Explicando de outra forma, a colonização brasileira, com as formas de vida e as relações sociais que lhe foram impostas, está diretamente ligada ao controle do espaço público, político, institucional e econômico até os dias atuais, pois perpetua naturalizações excludentes de grupos minoritários das instituições componentes do Brasil como Estado-nação. Ainda que tenham havido diversas transformações sociais e políticas ao longo dos séculos, inclusive com a ascensão da era moderna e do seu discurso de liberdade e igualdade, o máximo de mudança estrutural alcançado foi uma pretensão formal de equiparação entre os sujeitos, modelo que não permite a autonomia real dos grupos excluídos.

De uma forma histórica, social e politicamente determinada, as mulheres e as demais minorias permanecem alijadas dos espaços de poder, em razão da disputa por esse espaço ser restrita aos homens brancos, que têm interesses antagônicos aos dos povos negros, das mulheres e dos povos tradicionais, dado que “[...] seus privilégios compunham-se precisamente do domínio/exploração dessas gentes” (QUIJANO, 2005, p. 134). Nesse sentido, do ponto de vista desse grupo hegemônico de exploração, suas ambições sempre estiveram mais próximas do modelo burguês europeu de domínio/exploração, ocasionando a forma eurocêntrica de vivência da sociedade e, por consequência, o que Quijano (2005, p. 135) chama de “colonialidade do poder”¹⁴.

Sob essa perspectiva, Hirano (2008) elucida que, por intermédio do arranjo social, mantém-se a ordem social, protegendo-se a posição ocupada por meio da articulação da dominação movida pela localização pessoal, da manipulação da ordem privada, da manutenção dos interesses particulares e da violência política, todos fundamentos da estrutura estamental, presentes na formação do Brasil.

¹⁴ Ainda no período colonial brasileiro, enquanto na Europa e nos Estados Unidos a burguesia branca expandia a relação social chamada capital como eixo de conexão da economia com a sociedade, os senhores latino-americanos não podiam exercer a mesma forma de expansão, pois não era possível acumular seus muitos benefícios comerciais comprando força de trabalho assalariada, precisamente porque isso ia contra a reprodução de sua condição de senhores, que se determina pelo domínio aos corpos dos sujeitos e suas condições, da qual derivava a superioridade econômica e também social. Exerciam, então, domínio e supremacia, ostentando o consumo de mercadorias produzidas, em sua maior parte, na Europa. Isso provocou, dentre outras consequências, o atraso da transformação do capital comercial em capital industrial, uma vez que libertar a mão de obra não estava nos planos dos senhores (QUIJANO, 2005).

Figura 5 – Região Norte, ferida aberta pelo progresso



Fonte: acervo pessoal da fotografa Nayara Jinkns

Um plano de identidade ou de Estado-nação comum, nesses moldes, mostra-se impertinente, porquanto o interesse nacional não reflete uma real universalidade, passível de englobar as diferenças. A colonialidade do poder, apoiada na ideia de raça e de subalternização como instrumentos de controle, sempre se mostrou limitante ao processo de edificação da sociedade brasileira, ignorando a pluralidade que a compõe em seu próprio processo de criação e imagem. Por essa razão, admite-se a existência histórica de imposição de certos interesses à gênese e à gestão das instituições.

Entender essas hierarquias “estadocêntricas” e patriarcais, enquanto fontes inesgotáveis de privilégios, é também compreender como a vivência dos papéis de poder não incorpora mulheres e não brancos. O sistema estrutural capitalista é permeado por uma narrativa de naturalização masculina, dominadora, privilegiada, sem demonstração de interesse pela sua múltipla construção.

É imperioso ressaltar que o capitalismo “[...] é, em primeiro lugar e principalmente, um sistema social histórico” (WALLERSTEIN, 2001, p. 13). Nos tempos modernos, o sistema de acumulação de capital desenvolveu-se com protagonismo, pautado na mercantilização dos processos e das relações sociais, com a divisão em classes e a exploração da mão de obra humana.

A coerção econômica presente no capitalismo está diretamente ligada à coerção extraeconômica, que engloba os âmbitos político, judicial e social. O que torna a dominação de classe e o imperialismo realmente funcionais é, justamente, a possibilidade de se criar amarras extrapolando o âmbito econômico. A força da possibilidade de controle por múltiplas vias impulsiona o sistema capitalista, cuja história é “[...] sangrenta e muito longa de conquistas e opressão colonial” (WOOD, 2014, p. 17).

A partir das revoluções burguesas na Europa, proclamou-se a era do racionalismo, equalizada por um processo econômico misturado à lógica do poder político, concebendo-se uma sociedade econômica. Nesse contexto, a economia política passou a existir, fundamentando-se na ordem natural e, buscando, ainda, elevar o direito natural, que seria libertador do indivíduo na pretensa procura dos supostos melhores resultados para a sociedade (NUNES, 2019). A defesa dos individualismos, evidenciada desde Adam Smith (2013), responde aos anseios da elite, enquanto classe dominante, permitindo o desenvolvimento da economia política sob os seus apelos e ignorando as desigualdades latentes, frutos desse modelo social econômico que afeta duramente as mulheres, entre outros grupos de excluídos.

Figura 6 – Corpo negro no ver-o-peso



Fonte: acervo pessoal da fotografa Nayara Jinkns.

Os momentos de crise desse sistema são os que sinalizam as mudanças a serem feitas, mudanças essas que, no decorrer da história brasileira e do mundo, têm respeitado a vontade do *status quo* e a manutenção de privilégios, ocasionando uma crescente e contínua situação de exploração.

2.5 O CAPITALISMO COMO ORDEM SOCIAL INSTITUCIONALIZADA

Originalmente, o capitalismo é pensado apenas como um sistema econômico, a partir das suas características centrais, atreladas às imagens de propriedade privada, de mercado, de trabalho assalariado, de produção de mercadorias e de todos os demais elementos monetizados e mantidos para incorporar ou produzir valor econômico, institucionalizando o crescimento produtivo como um sistema imperativo. Entretanto, uma análise mais bem empreendida do panorama global e histórico aponta para o sistema capitalista enquanto uma construção múltipla, desenvolvida de forma não apenas global, como, também, nacional, com nuances específicas em cada momento de seu desenvolvimento (FRASER; HONNETH, 2003).

Definir o capitalismo apenas como um modelo econômico de governança não é suficiente para compreender a complexidade do funcionamento social instituído a partir da sua implementação. Essa visão estreita, sustentada por muitos teóricos marxistas como corrente principal, fornece um entendimento restrito do capitalismo enquanto sistema de classificação, cuja relação fundamental é pensada entre aqueles que possuem os meios de produção, como a propriedade privada, por um lado, e aqueles que não possuem nada além de sua capacidade de trabalhar, por outro, devendo vender a força de trabalho como a única mercadoria disponível para viver.

Essa relação é cristalizada em uma transação mercadológica em que a força de trabalho é trocada por salário. Porém, essa não é uma troca equivalente. Pelo contrário, o capitalista paga apenas aos trabalhadores o tempo de trabalho para a produção, apropriando-se do resto dele como mais-valia. Esta é a relação de exploração na visão tradicional marxiana do capitalismo. O próprio ponto crucial do sistema é o segredo da mais-valia, o motor da inovação tecnológica, que é, também, a fonte da pobreza e da desigualdade de classe, o propulsor não acidental do desemprego em massa e das periódicas crises econômicas (FRASER, 2013).

Há, no entanto, a necessidade de estudar as características do capitalismo para além da sua forma ortodoxa de definição, pois as divisões clássicas que consideram a estrutura capitalista apenas como aquela relacionada a uma separação de classes entre proprietários e trabalhadores, capaz de mercantilizar e institucionalizar o trabalho assalariado, promovendo a

dinâmica de acumulação de capital, do mercado dos insumos produtivos e do excedente social, não é suficiente para explicar todos os fenômenos provenientes desse modelo de sociedade (FRASER, 2013).

O modelo capitalista de formação e de interação social é pautado em uma riqueza de relações exploratórias, as quais permeiam e determinam os padrões de vidas hierárquicos marcados na centralização de determinados participantes da sociedade, engessando os lugares precarizados para que a movimentação entre os espaços da imagem social seja extremamente difícil, uma vez que as ferramentas para que essa mudança aconteça não são incentivadas pela ordem capitalista.

Outra característica histórica que assenta o crescimento capitalista como condutor de um jogo de forças que busca estabilizar a organização institucional da lógica social, é a separação estrutural entre as atividades econômicas e as compreendidas como extra econômicas, ignorando que as atividades reduzidas a não econômicas são justamente aquelas cuja contínua reprodução busca subordinar, utilizando, para tanto, alguns grupos de seres humanos, a natureza e um modelo específico de gerenciamento do Estado.

Trabalharemos com a estruturação de capitalismo enquanto uma ordem social institucionalizada, conforme o pensamento de Fraser e Jaeggi (2020), que tratam o capitalismo para além de um movimento histórico econômico único, apto a dominar todas as nuances sociais apenas por meio da lógica economicista. Há, no capitalismo, uma multidimensionalidade, cuja abrangência remonta ao econômico, ao político e ao social, o que traz a necessidade de colocá-lo no centro do debate.

Com o desenvolvimento das relações sociais capitalistas, a organização familiar, o consumo da vida social e o modelo de vida transformam-se e seguem padrões e valores artificialmente criados como necessidades. A mecanização das relações sociais permite o surgimento de uma produção engajada a preencher as novas necessidades criadas pelo próprio sistema, à medida em que tipos originais de serviços e de mercadorias passam a ocupar os interesses dos indivíduos, assim como as relações humanas disponíveis dentro dessa lógica.

A vida humana passa a ser ainda mais mercantilizada, desenvolvendo-se uma universalização das relações de compra e venda, diretamente envolvidas com a generalização das vontades dispostas no modo de vida construído pelo capitalismo. Esse modo de produzir está intrinsecamente ligado à nova forma de reprodução social, que por sua vez, conecta a vida material com a social.

Na razão capitalista, os aspectos de marginalização social também se relacionam com a esfera econômica, expandindo o entendimento da exploração para além da divisão de classes,

ao incorporar a sua formação aos atravessamentos das lutas de fronteira provenientes da expropriação ou despossessão¹⁵, englobando, assim, a acumulação por outros meios e as múltiplas bases estruturais dos eixos de dominação que permeiam essa estruturação (FRASER; JAEGGI, 2020).

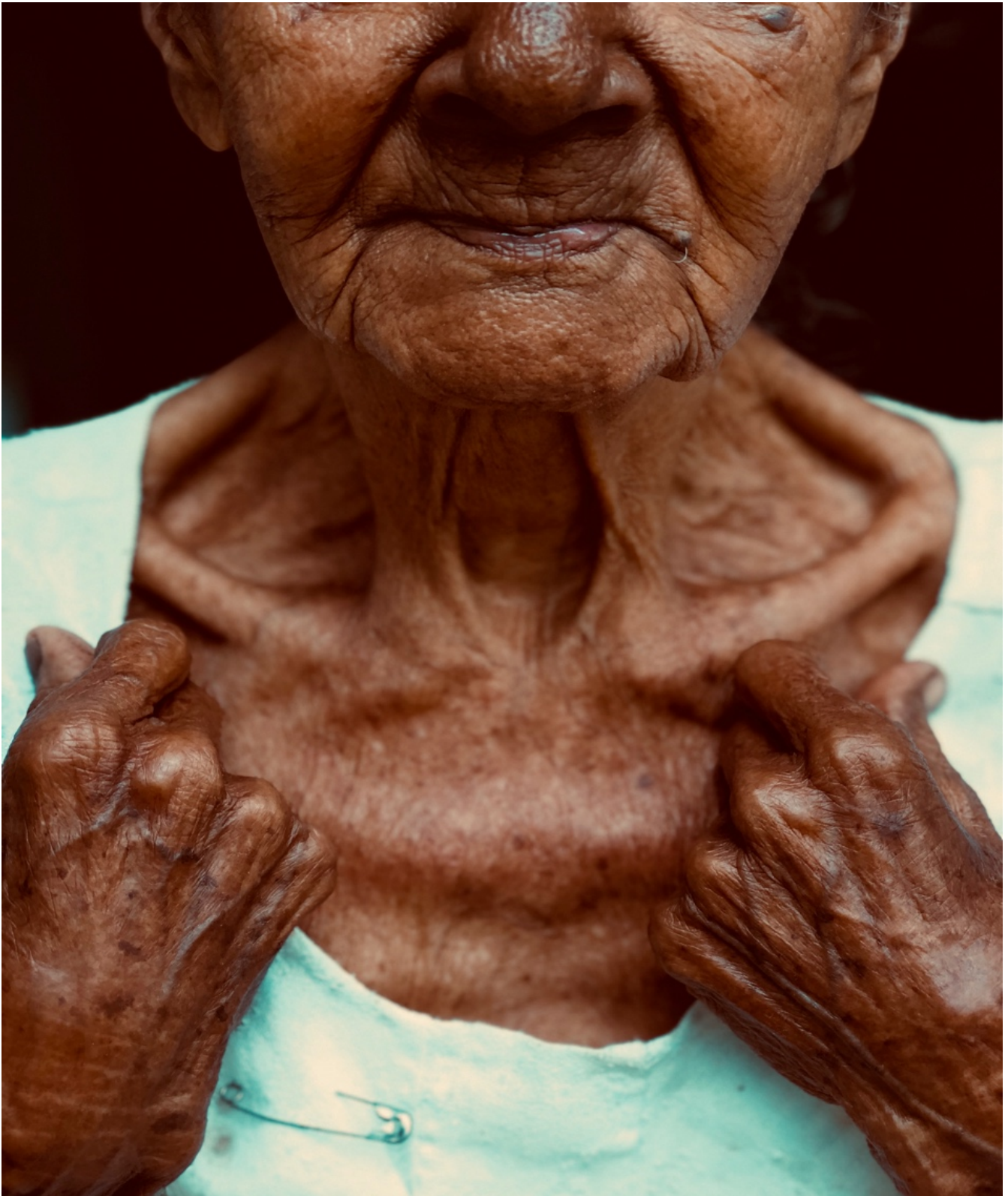
Compreender que o encontro daquilo, denominado em uma leitura primária do capitalismo, como produção econômica, com o que, em princípio, não é econômico, a reprodução, gera os espaços de fronteira e as tensões dentro da ordem capitalista complexificada, promovendo uma leitura mais real das vidas plurais que sustentam tal sistema. A exploração não aparece nesse contexto com uma única face, nem com um único comportamento.

Existem duas formas de o capital se relacionar com os indivíduos, tornando-os exploráveis ou expropriáveis. A diferença principal entre elas envolve a forma de acumulação utilizada. Vincula-se a exploração ao sistema de confisco que possui regulação, como, por exemplo, o contrato de trabalho, pelo qual o capitalista tira vantagem da força de trabalho, porém, que ainda é abrangido por um sistema precário de proteção e de dotação de direitos. A acumulação por expropriação “[...] dispensa todas essas sutilezas em favor de um bruto confisco” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 58), expandindo a exploração para além do trabalho, gerando indivíduos desumanizados e sem liberdade. Colabora-se, por esse meio, com a hierarquização das pessoas, disposta de maneira enfática no sistema neoliberal. O neoliberalismo promove um entrelaçamento entre exploração e expropriação. Esse contínuo é predominantemente feminino, racializado e categoricamente ajustado exatamente para desenhar a margem da imagem social.

A exploração da produção, portanto, não é o único meio de precarização humana; outros eixos de dominação, incluindo gênero e raça, são trabalhados para que o capitalismo se estruture. No entanto, frequentemente, são processos ocultos, embora contribuam, ao menos de forma indireta, para a acumulação do mais-valor. Conceber de forma ampla o capitalismo envolve uma visão expandida da classe trabalhadora e uma compreensão alargada de luta de classes.

¹⁵ Termo cunhado por Harvey (2013), para descrever um processo de acumulação, articulado pelo imperialismo, que é maior e mais profundo do que os processos iniciais de acumulação primitiva e centralização do poder sobre o capital. Para o autor, a acumulação por despossessão funciona como uma estratégia recorrente que intensifica o processo de exploração, interconectando a lógica territorial do poder político com a intervenção imperialista do Estado, o que resulta em uma constante apropriação dos espaços e de determinados sujeitos sociais. O conceito revela, assim, a mesma via de raciocínio traçada por Fraser (2020) ao diferenciar a exploração da expropriação, podendo, então, como a própria autora adverte, ser compreendido como uma via para a compreensão da expropriação.

Figura 7 – Dona Angélica, mulher, negra, periférica, centro da imagem registrada



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Nayara Jinkns.

A partir desse entendimento, partiremos para a complexificação do capitalismo por meio da análise do plano econômico, criticado por Marx, como também, por meio do plano de fundo

não econômico, que alimenta o sistema para além da compreensão de classes. Essa visão alargada provém do entendimento de que há um conjunto de instituições econômicas dependentes das relações e dos processos não econômicos e sociais, gerador da separação institucional entre produção e reprodução, natureza humana e não humana, economia e política, raça, imperialismo e expropriação (CURTY, 2020).

Ao se superar o entendimento estreito de economicismo, é possível perceber as relações contraditórias e destrutivas da economia capitalista com os pressupostos não econômicos derivados da sua própria construção. As condições de fundo sustentam os circuitos oficiais do capital, o qual prioriza a análise do trabalho remunerado, porém ignora e usufrui do trabalho de assistência não remunerada, por meio dos bens públicos e das riquezas expropriadas dos sujeitos racializados e subalternizados. Essas descrições estruturais, geralmente consideradas secundárias, lançam uma nova luz sobre os conceitos de dominação e de emancipação de classe (CURTY, 2020).

Nesse sentido, a economia capitalista depende de um fluxo contínuo e barato como a principal fonte de alimentação para a acumulação com a exploração, porém, na ausência da expropriação dos povos subjugados, a exploração dos trabalhadores livres não seria lucrativa. As dinâmicas capitalistas e as estruturas institucionais dependem dessa sobreposição entre o plano econômico e as condições de fundo que o sustentam (FRASER; JAEGGI, 2020).

A análise restrita, assim, falha em registrar uma série de tendências não econômicas que são, igualmente, constitutivas e alicerçadas neste modo de organização social, que se revelam claramente interligadas quando adotamos a concepção expandida de sociedade capitalista. Nessa visão ampliada, o capitalismo revela um catálogo estendido de injustiças sistêmicas que tende a ser baseado nas divisões entre a economia capitalista e as suas condições não econômicas de possibilidade (CONDON, 2020).

Na descrição marxiana da evolução do capital, existem duas mudanças que ocorrem por meio da exploração. A primeira é a que passa da troca de mercadorias para a produção e a segunda, a que passa da produção para a acumulação primária, mistificada por meio do contrato de trabalho. Acontece que essas não são as únicas formas de exploração presentes no sistema, figurando, no entanto, como as de via primária, compreendidas no plano economicista. Porém, assim como a acumulação primária, a reprodução social é, na lógica alargada do capitalismo, uma condição de fundo indispensável à possibilidade da produção capitalista (CONDON, 2020).

Figura 8 – A mulher como protagonista da história da cabanagem



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Nayara Jinkns.

Portanto, é necessário conhecer os avanços formulados pelo sistema capitalista para acentuar a exploração e a expropriação de determinados grupos, como o das mulheres, colocando-as, nos momentos de crise, como o da pandemia de Sars-Cov-2, como expoentes da precarização e da instrumentalização da pobreza, desabrigadas da proteção do Estado.

Para tanto, há a primordialidade de discutir a versão neoliberal do capitalismo, mais desigual e fortemente contra as políticas sociais, estruturada em uma divisão de subalternidade entre centro e margem da imagem social de uma forma ainda mais aguda, colocando privilegiados e explorados em lugares opostos na pirâmide hierárquica social e econômica.

3 O NEOLIBERALISMO E A GRADUAÇÃO FOCAL DA ORDEM DE GÊNERO DESIGUAL: A SUPRESSÃO DAS MARGENS

Construir uma crítica ao modelo social vigente no Brasil durante a pandemia do novo coronavírus perpassa, primeiramente, pela análise da reconfiguração da ordem de gênero nas sociedades capitalistas neoliberais. Essa composição é delineada por meio de uma graduação focal diretamente conectada ao capitalismo que, conforme se desenvolve, centraliza, com mais ênfase, no retrato social, os indivíduos dominantes dos espaços públicos e políticos, os quais, constantemente, adquirem mais poder para permanecerem em foco, suprimindo as margens.

Subverter essa imagem é uma necessidade do nosso tempo, pois, ao não admitir as regras impositivas dessa fotografia social, expressa-se o descontentamento com o modo forçoso com que essa realidade se impõe, reproduzindo este mundo por meio de um único olhar insuficiente, “[...] como se apenas por olhar a realidade na forma de um objeto – por meio da imagem fixa da fotografia – ela fosse realmente real” (SONTAG, 2004, p. 95).

A imagem da sociedade funciona enquanto um representativo dos lugares destinados aos sujeitos sociais provenientes de espaços de privilégios que propagam um desvanecimento da complexidade real, existente na pluralidade de pessoas que compõem as nações. Essa é a métrica de formação do neoliberalismo que iremos tratar nesta seção, a qual permeia todas as camadas da composição social e suas consequentes exclusões, intensificadas no momento agudo de calamidade pública.

Interessa-nos estudar a relação entre o apagamento das mulheres do eixo central da imagem social a partir da organização estratégica desenvolvida pela ordem social institucionalizada neoliberal, que oculta o trabalho reprodutivo e precariza a condição material das mulheres, partindo da perspectiva de capitalismo traçada por Fraser e Jaeggi (2020).

Esse desenvolvimento acompanha a relação entre centro e periferia¹⁶, apresentada nas representações visuais da sociedade, as quais reproduzem posicionamentos políticos e econômicos que determinam a importância humana de acordo com o lugar em que ocupam na pirâmide social. A análise busca evidenciar, ainda, que “[...] a pobreza não é mais surreal do que a riqueza (...) O surreal é a distância imposta, e ligada como por uma ponte, pela foto: a distância social e a distância no tempo” (SONTAG, 2004, p. 38).

¹⁶ É preciso fazer uma diferenciação em um corte descolonial entre centro e periferia no que se refere às manifestações do capitalismo e entender como tem sido a inserção do Brasil no neoliberalismo recente, enquanto país de grande população e mercado de consumo, mas de periferia dentro do capitalismo e qual é o papel que este país toma dentro desta reorganização do neoliberalismo global.

Figura 9 – Esperança pela cura da covid-19



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Jacy Santos¹⁷.

Dessa forma, lidar com a realidade que afeta as mulheres é entender que a fotografia social se impõe de forma arbitrária, tornando a realidade um ponto, em princípio, inclassificável, uma vez que a distorção do que é real, é justamente o que impera nessa imagem; assim, é importante deslocar a realidade fragmentada “[...] um modo infinitamente sedutor e dolorosamente redutor de lidar com o mundo” (SONTAG, 2004, p. 95), para o fato visível e sensível existente ao nosso redor.

¹⁷ Jacy Santos, 24 anos; natural de Igarapé-Miri, interior do Pará; estudante de Licenciatura Plena em História pela UFPA; pesquisadora da linha "Povos Indígenas, Memória e Representação" no "MURA: Grupo de Estudo e Pesquisa em História e Resistência Indígena na Amazônia: Cultura, Etnicidade e Ensino"; indigenista e etnofotógrafa, fotodocumentarista e fotojornalista desde 2015. Relato pessoal sobre a imagem: “O ano de 2020 me paralisou de muitas formas. O medo da doença me afetou diretamente. Eu tinha muita vontade de documentar a Pandemia na minha cidade, mas, não tive forças. Só consegui sair em Julho, para registrar a Festividade de Nossa Senhora Sant'Ana. Diante da impossibilidade de estar entre as pessoas, a Paróquia fez com que a imagem peregrina passasse por todas as ruas de Igarapé-Miri. A foto em questão foi feita na tradicional parada em frente ao Hospital Sant'Ana que, por conta da Covid-19, ganhou um outro significado neste ano.”

Figura 10 – Trabalhadora do ver-o-peso ao amanhecer durante a pandemia



Fonte: acervo pessoal da autora.

O compromisso dessa imagem tem que ser com o realismo, “[...] definido mais rigidamente como a criação de imagens que se assemelham ao mundo e nos informam a seu respeito” (SONTAG, 2004, p. 136), e não com o que se deseja ser e se escolhe mostrar, pois, quando a fotografia social é manipulada para atender a um determinado fim, ela passa a esconder, nos mesmos moldes que o sistema, os verdadeiros sujeitos que sustentam a sua existência, pois “[...] tudo que a câmera registra é um desvelamento – quer se trate de algo imperceptível, partes fugazes de um movimento, uma ordem de coisas que a visão natural é incapaz de perceber ou uma ‘realidade realçada’” (SONTAG, 2004, p. 137).

Diante de tal complexidade e da importância de se repensar os moldes dessa imagem, é imprescindível analisar como se estruturam as diferenças sociais que fomentam a exploração da força de trabalho das mulheres, delimitando a sua condição social e material de maneira específica, reduzindo, assim, a possibilidade de estarem claramente no centro desse sistema, embora nele estejam de maneira oculta, ao serem as maiores responsáveis pela reprodução. Essa também é a ponte para apreender de que forma a crise epidemiológica global (COVID-19) vulnerabiliza ainda mais as mulheres e, dentre estas, as negras.

Nesse sentido, a realidade imposta pelo cenário de epidemia trazido pelo novo coronavírus, oportuniza a possibilidade de se olhar, com mais proximidade, as fragilidades desse sistema global de exploração e de expropriação, o qual prioriza a financeirização das relações, cujo objetivo é a obtenção do lucro mercadológico. Ignora-se, nesse sentido, a importância dos laços de solidariedade, a manutenção de uma democratização de bens, serviços e modos de vida, tanto individuais, quanto coletivos, os quais são determinantes para o funcionamento da sociedade.

3.1 O CAPITALISMO FINANCEIRO E A ACENTUAÇÃO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO

Nessa perspectiva, entende-se que a reprodução social não se limita à reprodução da força de trabalho, envolvendo uma movimentação estrutural mais aprofundada, cooptando também, a perpetuação da lógica capitalista, pois abarca a criação, a socialização e a subjetivação dos seres humanos. Não ocorre, portanto, exclusivamente no lar, mas também em outros espaços de contato que vão sendo cada vez mais mercantilizados, modelando uma padronização de comportamento que permite a conservação da racionalidade capitalista (FRASER; JAEGLI, 2020).

O que está em pauta, por conseguinte, “[...] são as formas de prover, cuidar e interagir que produzem e mantêm os laços sociais” (FRASER; JAEGGI, p. 46, 2020). São essas as atividades formadoras dos sujeitos humanos do capitalismo, mantendo-os como seres corpóreos e naturais, ao mesmo tempo em que os constroem como seres sociais, por meio do cuidado, do trabalho afetivo e da subjetivação.

Figura 11 – Família de Isis Abena



Fonte: Imagem capturada pela fotógrafa Shai Andrade, para o projeto “Mães solo”, com apoio da Natgeo, cedida pela documentarista

Nas sociedades capitalistas, grande parte dessas atividades ocorre fora dos mercados, em ambientes domésticos, vizinhanças, associações da sociedade civil, escolas e não assume a forma de trabalho assalariado, embora também ocorra em espaços mercantilizados. Entretanto, a atividade reprodutiva é absolutamente necessária à existência do trabalho assalariado, à acumulação de mais-valor e ao funcionamento do capitalismo como tal. Há uma reprodução social institucionalizada na sociedade capitalista, que, diferentemente do que ocorreria em

sociedades anteriores, institui uma divisão entre reprodução social e produção de mercadorias (FRASER; JAEGGI, 2020).

A divisão entre a produção econômica e a reprodução social figura, dessa forma, como uma das mudanças epistêmicas necessárias para o desenvolvimento da compreensão enriquecida de capitalismo, capaz de revelar a fotografia completa desse sistema complexo. Na produção, o trabalho é remunerado através de salários em dinheiro e institui uma divisão estrutural entre trabalhadores livres, que podem trocar sua força de trabalho pelo custo de sua reprodução e trabalhadores dependentes, responsáveis pela reprodução social, cujas pessoas e ativos podem simplesmente ser apreendidos, em razão da sua incapacidade de acessar as proteções de direitos ou o custo total de sua própria reprodução na forma de salário (FRASER; JAEGGI, 2020).

Essa divisão consiste em uma assimetria fundamental da sociedade capitalista e embasa a subordinação das mulheres, em razão de serem as principais figuras a sustentar a reprodução. O sistema capitalista, metodologicamente, promove o cerceamento do trabalho reprodutivo à esfera privada e esvazia a sua importância estrutural, sendo indispensável lembrar que “[...] num mundo onde o dinheiro é um meio primário de poder, o fato de ele não ser pago, resolve a questão” (FRASER; JAEGGI, p. 50, 2020).

Por essa razão, os grupos vulnerabilizados de sujeitos sociais expropriados fornecem ao capital um fluxo de insumos gratuitos ou baratos que aumentam o lucro. A divisão de status entre o meramente explorável e o totalmente expropriável é fundamental para a sociedade capitalista e, muitas vezes, coincide. Porém, inequivocamente, está conectada com a linha de racialização global que sustenta uma série de injustiças estruturais, incluindo a opressão racial, de gênero e o imperialismo, entre outros (FRASER; JAEGGI, 2020).

Pensar o capitalismo perpassa pelos diversos paradigmas que se desdobram através do tempo, sustentando o modo de vida social por meio das características centrais e, também, pelas igualmente importantes características do plano de fundo, sendo esse o “[...] caminho para ver o capitalismo como uma forma de vida inteira” (FRASER; JAEGGI, p. 49, 2020). É fundamental, desse modo, compor os métodos de análise do capitalismo com as mudanças epistêmicas apontadas no imbricamento do primeiro plano econômico, com o segundo plano não econômico, presentes no sistema.

Nessa ótica, expõe-se, ainda, a questão do uso incontido da natureza para a manutenção e o aumento do capital, “[...] tanto como uma ‘torneira’ que fornece ‘insumos’ à produção quanto como uma ‘pia’ que absorve o lixo da última” (FRASER; JAEGGI, p. 52, 2020). Não há, nesse uso indiscriminado, nenhuma preocupação com o equilíbrio da natureza, tampouco,

com a possibilidade de que os seus recursos sejam finitos, inaugurando uma antinomia ecológica pois as sociedades capitalistas “[...] a um só tempo, dependem de e tendem a desestabilizar as próprias condições ‘naturais’ de possibilidade” (FRASER; JAEGGI, p. 54, 2020).

Figura 12 – Carlla executando trabalho reprodutivo com a sua família durante a pandemia



Fonte: imagem de Ingrid Barros para o projeto “mães solo” com apoio da Natgeo, cedida pela fotógrafa.

Outra mudança epistêmica indispensável à análise mais aprofundada do capitalismo enquanto uma ordem social institucionalizada é a que diz respeito à correlação da economia com a política, uma vez que o sistema “[...] depende de poderes públicos para estabelecer e fazer valer suas normas constitutivas” (FRASER; JAEGGI, p. 54, 2020). As conjunturas políticas possibilitam o desenvolvimento capitalista e atuam de forma supranacional, estabelecendo, também, uma ordenação geopolítica, dependendo de toda uma organização para fomentar e expandir a máquina transnacional capitalista.

Há, ainda, outras ferramentas para o funcionamento da sociedade capitalista, na visão expandida do sistema: o imperialismo e a opressão racial. Estas estão associadas à

categorização de *status* determinada pela exploração e pela expropriação. No caso dos sujeitos explorados, ainda subsiste uma condição de cidadania que os faz portadores de direitos, com algum tipo de proteção institucional e estatal; os expropriados figuram à margem da estruturação social, apartados dos direitos disponíveis aos cidadãos e desprotegidos da condição política de humanidade. Historicamente, “[...] esse diferencial de *status* coincide com ‘raça’. São populações muito racializadas, sem proteção política na sociedade capitalista e consideradas inerentemente expropriáveis” (FRASER; JAEGGI, p. 58, 202).

Figura 13 – Mulher, negra, defendendo a comunidade do CCBB em Brasília do despejo executado durante a pandemia de Covid-19, em 2021



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Scarlett Rocha

Para as discussões que pretendemos aprofundar nesse trabalho, interessam-nos duas mudanças epistêmicas em especial, a que trata da produção e da reprodução e a que investiga a opressão racial e o imperialismo, pois buscamos analisar os processos sociais, institucionais e econômicos que situam as mulheres como exploráveis na ordem capitalista, enfatizando, ainda,

as mulheres negras como expropriáveis, submetidas à subalternização, agravada e externalizada sobretudo no momento de pandemia, como se demonstrará na seção seguinte.

Observa-se, assim, que a lógica neoliberal é incentivadora dos processos de expropriação que colocam mulheres racializadas no topo da pirâmide da precarização. A mudança da exploração para a expropriação conta, nessa construção, com a submissão dessas mulheres a uma fragilização ainda mais voraz da sua força de trabalho, do seu modo de vida, coadunando-se com a sistemática que determina a periferia como lugar a ser por elas ocupado, escalonando a analogia da posição marginal da fotografia social das mulheres, para a realidade inclusive geográfica, pois o descentramento permeia os mais diversos âmbitos da vida das mulheres expropriadas.

Há, nessa formação, a interconexão das características extraeconômicas, construtoras do mundo social, com as intrinsecamente econômicas, sobre as quais se edificam todas as regras do sistema capitalista. Essa complexa construção permite-nos compreender as ações e os modelos de vida enquanto inseridos em uma ordem social institucionalizada, a qual identifica a existência de domínios intra capitalistas que podem ser extraeconômicos e, apesar de seu caráter não economicista, são fundamentais à existência do capitalismo, especialmente o neoliberal.

A reprodução, assim como a expropriação de corpos racializados, funciona enquanto prática constitutiva dessa ordem capitalista, apesar de ser historicamente alijada da esfera economicista, estando também distante da preocupação direta do Estado no capitalismo financeirizado. Embora sejam necessárias à existência do mundo econômico e social como o conhecemos, são descoladas da acumulação produtiva, sendo, então, tratadas com importância secundária quando analisadas sob o prisma unicamente econômico.

Entretanto, admitir a leitura do sistema capitalista a partir da lente fornecida por Fraser e Jaeggi (2020), permite-nos observar as nuances do campo capitalista alargado, o qual determina o regime de exploração como forjado também sobre a expropriação, que, por sua vez, está intimamente ligada ao racismo e ao sexismo, para além de estar diretamente relacionado à divisão de classes, sem esquecer da conexão com a divisão entre centro e periferia, permeando todas as esferas de exploração.

Assim, rastrear a posição histórica das mulheres nessa ordem social institucionalizada, perpassa pela generificação da atividade reprodutiva, quando se estabeleceu a reprodução como domínio das mulheres na família privada, por meio do regime liberal, inventando “[...] um novo imaginário burguês, centrado numa diferença de gênero intensificada e num novo ideal das ‘esferas separadas’” (FRASER; JAEGGI, 2020, p.101).

Figura 14 – Carlla executando trabalho reprodutivo durante a pandemia em 2021



Fonte: imagem de Ingrid Barros para o projeto “mães solo” com apoio da Natgeo, cedida pela fotógrafa.

Engloba, ainda, o regime de acumulação racializado, o qual fornece as ferramentas para que o nexos entre exploração e expropriação exista, sustentando a ordem econômica e social por meio da sujeição política dos indivíduos racializados e periféricos, aos quais sobram o último degrau na escada hierárquica de dominação e poder disposta no sistema em questão, e as bordas do retrato social.

As dinâmicas de poder que determinam aos sujeitos as posições estruturais a serem ocupadas na sociedade capitalista são resultados, justamente, dessa diferença de gênero, raça e classe. São produtos das divisões e subjetivações desenhadas durante os processos de desenvolvimento do sistema capitalista, passando por diversas fases, porém, mantendo o seu caráter segregador e abusivo. Nas palavras de Fraser (FRASER; JAEGGI, p.131, 2020):

Uma vez que gênero e raça são compreendidos da forma correta, de um modo pragmático e dessubstancializado, como resultados, mais que como dados, a conclusão parece inescapável: se o capitalismo requer que produção e exploração sejam respectivamente separadas da reprodução e da expropriação, bem como que as funções destas sejam atribuídas a classes separadas e distintas de pessoas, designadas para esse propósito, ele não pode ser desvinculado das opressões de gênero e racial.

O entrelaçamento entre gênero e raça nos leva, então, ao cruzamento entre exploração e expropriação, ambas categorias de acumulação indispensáveis para a análise do sistema capitalista. São, ainda, os processos que explicam o funcionamento de primeiro plano e do plano de fundo que compõem o capitalismo, os quais sustentam a ordem social institucionalizada através das atividades consideradas econômicas e não econômicas, pilares e reprodutores da formação e da lógica supremacista e masculina, difundida no sistema capitalista.

Desta forma, a própria lógica do desenvolvimento capitalista manifesta-se por meio dessa estruturação de vulnerabilização dupla para muitos, causando desigualdade sistêmica, crises constantes e segregações estratégicas, desenhando, por meio dessa luz distorcida, a retratação social excludente. Toda essa formulação é orquestrada para que uns detenham privilégios, enquanto outros viram apenas ferramentas disponíveis a sustentar as vantagens usufruídas pelos que ocupam o centro da fotografia social e, portanto, também o topo da pirâmide que gradua o valor humano.

Edifica-se um padrão de sociedade a ser seguido, o qual se distancia dos valores democráticos e da justiça social e se aproxima da hierarquização humana e da hegemonia social, promovendo a exploração humana para a manutenção do retrato social centralizado naqueles que têm valor. Essa metodologia é imposta como estratégia de apagamento das relações de dominação, fundamentais ao sucesso da exploração de determinados grupos de indivíduos, como as mulheres e os sujeitos racializados, subalternizados pela métrica da violência de gênero e do racismo, ambos amplamente difundidos e interligados, presentes nos processos de colonização e de escravização sofridos por determinados povos, deixando-os, unicamente, nas margens da composição social.

Por esse motivo, analisar o impacto da pandemia do novo coronavírus sobre grupos minoritários perpassa, necessariamente, pelo entendimento e pelo estudo das amarras sociais, econômicas e políticas que a estruturação do sistema capitalista neoliberal reserva a esses sujeitos. Há um aprofundamento de desigualdades e discriminações nesse momento de crise, o que deixa as vulnerabilidades do sistema expostas, assim como exhibe os parâmetros de dominação impostos.

O capitalismo neoliberal articula as exclusões cruzadas do capitalismo, do colonialismo e do patriarcado, promovendo um desequilíbrio ainda mais substancial do que já estava em desacordo, fazendo, inclusive, “[...] colapsar os frágeis meios de subsistência e de defesa da vida” (SANTOS, 2021, p. 104).

Figura 15 – Mulher, nortista, feirante, trabalhando durante o surto de Covid-19 em 2020, sem o auxílio emergencial



Fonte: acervo pessoal da autora.

Nessa análise, as exclusões mais graves são as que derivam da linha abissal que separa a humanidade em dois grupos distintos, o primeiro constituído por seres plenamente humanos, o segundo, por sub-humanos, conseqüentemente descartáveis.

O estabelecimento desse modelo de pensamento conduz a duas configurações de sociabilidade incomunicáveis, a da metrópole, dos seres inteiramente humanos e a sociabilidade colonial dos seres sub-humanos. A existência no outro polo dessa linha, a considerada zona colonial, significa permanecer sem nenhum direito concreto e constantemente inseguro, pois na sombra de um poder fascista, ainda que o regime político vigente seja supostamente democrático. Em ambas as zonas há supressões sociais, mas, no que se refere à zona metropolitana, as vítimas das exclusões podem faticamente se proteger evocando direitos e justiça, as exclusões não são abissais; no entanto, na zona colonial, as vítimas de exclusões são privadas de toda conjectura possível para questionar esses mecanismos, ainda que nele convencionalmente existam exclusões abissais (SANTOS, 2021, p. 104).

Essa realidade nos leva às particularidades do capitalismo neoliberal difundido nas sociedades do sul global¹⁸, a partir do seu contexto político, social, econômico e histórico. Estados, como o Brasil, são desenvolvidos por meio de uma estrutura societária segregacionista, a qual reitera uma lógica de objetificação de grupos minoritários, pois codifica as pessoas de acordo com o valor social que lhes é reconhecido, interessando a este trabalho a segregação da mulher.

3.2 A EXCLUSÃO DAS MULHERES DA ESFERA PÚBLICA

Há uma injustiça enraizada na estrutura política e econômica da sociedade, perenizada pela exploração do trabalho, com uma contínua marginalização econômica, e com capacidade de afetar intensamente as camadas estratificadas da sociedade, que ficam restringidas pela vinculação à vontade dos dominantes. No seio dessa composição, as mulheres sofrem impactos dos diversos prejuízos econômicos, sociais e culturais que o capitalismo neoliberal deixa pelo caminho.

As injustiças de ordem cultural, presentes em padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, atingem, de forma precisa, as mulheres, em virtude dos

¹⁸ A expansão do neoliberalismo e as vulnerabilidades que o cercam geram, então, conseqüências diferentes a depender do espaço em que se inserem. Sociedades do sul global são caracterizadas pela exploração humana, causada pelo abuso capitalista, pela discriminação racial e sexual, promovidas pelas sociedades colonizadoras, as do norte global (SANTOS, 2020).

estereótipos abraçados desde a colonização, que as vinculam a um padrão de comportamento específico, o que cerceia as suas formas de vida e o lugar que elas ocupam na lógica de mercado.

Nesse sentido, uma das primeiras contribuições do pensamento feminista crítico à sujeição das mulheres nos sistemas sociais, políticos e econômicos, foi desmascarar as teorias universalistas burguesas, revelando que o sujeito moral privilegiado por elas é masculino e opera, sistematicamente, pela exclusão das mulheres e das suas questões da esfera pública e econômica. Entretanto, dentro da lógica capitalista e “[...] no mundo da economia, supõe-se que todos sejamos indivíduos racionais, egoístas, em busca do lucro. São qualidades sempre vistas como tradicionalmente masculinas [...]” (MARÇAL, 2017, p. 161-162) e, por conseguinte, neutras.

Esse recorte intencionado do mundo funciona como uma criação de parâmetros sob os quais se assenta a universalização do centro, promovendo um deliberado apagamento das mulheres. Não há transparência na construção dessa imagem, uma vez que ela está escorada em diretrizes supostamente neutras, embora não o sejam. O próprio homem econômico, apesar de ser apresentado como de gênero neutro, está embalado em características que, diante da formação historicamente desenvolvida nas sociedades, diferem diametralmente das femininas, fixando as atividades desenvolvidas por mulheres em um espaço não econômico e, portanto, sem significado para a economia (MARÇAL, 2017).

Compreender a naturalização do homem como ser universal configura-se como ponto chave para entender a operacionalização do homem econômico como o sexo importante na lógica neoliberal, enquanto a mulher passa a ser simplesmente o outro, ou o segundo sexo, como colocou Beauvoir (2016), relegada ao estereótipo do cuidado e da dependência, assim como o era no modelo colonial. Essa é a lógica implementada para o funcionamento desse padrão político e econômico de Estado, que não fala pelo todo.

Esse cenário traz a necessidade de se olhar criticamente as categorias tradicionais com as quais as próprias teorias operam, assim como denunciar todos os fundamentos em que se embasa a exclusão das mulheres, por meio da privatização de suas experiências e do confinamento de seu conhecimento a um âmbito que não é o público, portanto, não é o da moral, nem o da política. Além disso, não se pode esquecer do processo de racismo estrutural, com raízes na colonização, o qual deixa as mulheres negras na base da pirâmide social e econômica, relegando-as a uma exclusão mais profunda do que o pertencimento e a participação do espaço público, levando-as à condição de não partícipes da sociedade enquanto sujeitos.

As ferramentas de que o sistema dispõe para perpetrar a subordinação econômica das mulheres, no capitalismo neoliberal, estão conectadas ao legado dos problemas advindos da

incorporação das mulheres e das questões destinadas a elas pela sociedade civil. A falta de inclusão das mulheres nos campos público e político claramente reflete esse mecanismo e incentiva a dicotomia entre espaço público e espaço privado; a bilateralidade imposta sustenta a divisão sexual do trabalho, que, em tempos pandêmicos, é ainda mais prejudicial às mulheres.

O movimento que ocorreu por todo o período moderno no sentido de elaborar e conceitualizar o contrato social somente pelo prisma patriarcal, antropocentrismo, deslocado do modo corporificado pelo qual a existência das mulheres subsiste subordinada nessa lógica, visa a contar apenas um lado da história e, mais ainda, analisá-la de forma parcial e politicamente cega.

Esse cenário permite que as narrativas das mulheres desapareçam na imagem social hegemônica, impossibilitando que a exploração a que são submetidas esteja clara; porém, nesse mesmo contexto os retratos sociais que reivindicam contar a história completa por trás de sua composição funcionam como uma ferramenta essencial para reivindicar o espaço negado, pois “[...] normalmente, se existe alguma distância com relação ao tema, aquilo que uma foto ‘diz’ pode ser lido de várias maneiras. Cedo ou tarde, lê-se na foto aquilo que ela deveria estar dizendo” (SONTAG, 2003, p. 28). Como veremos nesta subseção, a exploração norteou a desocupação feminina do mercado de trabalho e a precarização das suas atividades, principalmente em períodos de crise.

Por esse motivo, devemos “[...] nos sentir obrigados a refletir sobre o que significa olhar tais fotos, sobre a capacidade de assimilar efetivamente aquilo que elas mostram” (SONTAG, 2003, p. 80), colocando, assim, no centro de análise dessa imagem o principal mecanismo que sustenta a subordinação das mulheres, desde os primórdios do desenvolvimento capitalista, qual seja, a divisão sexual do trabalho.

Convencionalmente, a teoria dos contratos nos ensina que “[...] os homens no estado natural trocaram as inseguranças dessa liberdade pela liberdade civil e equitativa salvaguardada pelo Estado” (PATEMAN, 1993, p. 16). Essa visão, no entanto, que garante a ordem abstrata em que se vive em sociedade e, também, a obediência àqueles que a governam, não menciona a dominação dos homens sobre as mulheres e a história de sujeição sexual componente deste contrato.

Os teóricos do contrato localizaram a fundamentação da universalização em um sítio distinto e distante da dimensão do poder patriarcal, de modo que, ao incorporarem o direito

conjugal em suas teorias, o fizeram a partir do preceito do direito masculino congregado ao patriarcado fraternal moderno.¹⁹

Figura 16 – Luisa Brandão trabalhando enquanto cuida da filha durante a pandemia do novo coronavírus



Fonte: fotografia de Patrícia Monteiro para o projeto “mães solo” com apoio da Natgeo, imagem cedida pela documentarista.

Por esse motivo, “[...] a história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera privada não é encarada como sendo politicamente relevante” (PATEMAN, 1993, p. 18). Nesse formato de pensamento, toda discriminação suportada pelas mulheres não apenas não parece ser relevante, simplesmente não aparece de nenhuma forma.

Pateman (1993, p. 19) descreve esse fenômeno da seguinte forma:

O patriarcado parece não ser, então, relevante para o mundo público. Ao contrário, o direito patriarcal propaga-se por toda a sociedade civil. O contrato de trabalho e o que

¹⁹ Nesse sentido, a sociedade civil moderna não está estruturada no parentesco e no poder civil do país. O que acontece, na verdade, é que, no mundo moderno, as mulheres são subordinadas aos homens, enquanto homens, ou mesmo enquanto fraternidade. Assim, o contrato social que é feito historicamente depois da derrota política do pai, cria o patriarcado fraternal moderno, em que as mulheres são coletivamente apropriadas enquanto bem comum. (PATEMAN, 1993, p. 18).

chamarei de contrato de prostituição, ambos integrantes do mercado capitalista público, sustentam o direito dos homens tão firmemente quanto o contrato matrimonial. As duas esferas da sociedade civil são separáveis e inseparáveis ao mesmo tempo. O domínio público não pode ser totalmente compreendido sem a esfera privada e, do mesmo modo o sentido do contrato original é desvirtuado sem as duas metades interdependentes da história. A liberdade civil depende do direito patriarcal.

A história original do contrato social está conectada, histórica e culturalmente, com esse apagamento estratégico que subordina as mulheres. Dessa forma, tirar o contrato sexual desse lugar de plano de fundo é o caminho para evidenciar como a dominação se desenha institucionalmente.

As análises tradicionais das histórias clássicas do contrato original, em regra, não revelam que as mulheres estão à margem dele. No entanto, são os homens os responsáveis por fazer o contrato original. O artifício do Estado natural é utilizado para ilustrar porque, dadas as particularidades dos homens nesse estado, a entrada no contrato original é um ato racional. Apenas os seres masculinos são dotados de capacidades e de características para participar dos contratos, ou seja, somente os homens são indivíduos (PATEMAN, 1993, p. 21).

Nesse sentido, “[...] a diferença sexual é uma diferença política; a diferença sexual é uma diferença entre liberdade e sujeição”. Por assim ser, as mulheres estariam fora da participação do contrato original, o qual transforma a liberdade natural naquela assegurada contratualmente, a civil. No entanto, “[...] as mulheres são o objeto do contrato. O contrato sexual é o meio pelo qual os homens transformam o seu direito natural sobre as mulheres na segurança do direito patriarcal civil” (PATEMAN, 1993, p. 21).

A estrutura da vida social incorpora essa mentalidade e esses mecanismos de modo que, assegurar as hierarquizações, é determinante para o desenho da imagem social hegemônica. Toda essa realidade é permeada e sustentada pelo sistema social e econômico capitalista, sistema este que, desde o desenvolvimento liberal, prioriza as divisões dicotômicas, como a divisão sexual do trabalho, de modo a enrijecer e manter as subordinações e as precarizações necessárias ao seu funcionamento.

Nesse contexto, devemos lembrar que, quando a família burguesa estava em formação, o marido tornou-se representante do Estado, passando a ser encarregado de disciplinar e supervisionar as mulheres, enquanto integrantes da classe subordinada. Além disso, quando o salário foi implementado na passagem do feudalismo para o capitalismo, as mulheres foram excluídas do seu recebimento, embora, muitas vezes, trabalhassem junto com o marido, produzindo para o mercado; entretanto, o homem era o responsável por receber o pagamento em seu nome (FEDERICI, 2017, p. 194).

A instauração dessa política, “[...] que impossibilitava que as mulheres tivessem seu próprio dinheiro, criou as condições materiais para a sua sujeição aos homens e para a apropriação do seu trabalho por parte dos trabalhadores homens” (FEDERICI, 2017, p. 195), o que formulou o patriarcado do salário, enquanto condição de assalariamento que prioriza os homens e diminui as mulheres.

Para que todo esse cenário se desenrolasse, Federici (2017, p. 199) afirma:

As mulheres não poderiam ter sido totalmente desvalorizadas enquanto trabalhadoras e privadas de toda a sua autonomia com relação aos homens se não tivessem sido submetidas a um intenso processo de degradação social; e, de fato, ao longo dos séculos XVI e XVII, as mulheres perderam terreno em todas as áreas da vida social.

Essas mudanças em relação às mulheres tiveram início naquele período e se intensificaram nos séculos posteriores, conforme o sistema capitalista tomou novas formas. Por exemplo, “[...] no século XIX – como resposta ao primeiro ciclo intenso de lutas contra o trabalho industrial – a ‘família moderna’, centrada no trabalho reprodutivo, em tempo integral e não remunerado da dona de casa, se generalizou entre a classe trabalhadora”, observando-se, assim, uma constante erosão dos direitos e da vivência das mulheres (FEDERICI, 2017, p. 195).

A introdução e a manutenção dos mecanismos presentes em leis, costumes, ações sociais, civis e institucionais que visavam controlar o comportamento das mulheres, dentro e fora do espaço privado, expressam um projeto político que tem por objetivo a perda da autonomia e do poder social das mulheres, e é exatamente por esse motivo que elas são alijadas da esfera pública.

Na esteira de discutir como o espaço público se desenha de forma excludente para as mulheres, Benhabib (1992) aponta a falsa neutralidade existente no capitalismo, usada para forçar uma coexistência de divergências no espaço político, restringindo o diálogo e proporcionando o afastamento de grupos minoritários do espaço público.

A partir desse entendimento, rever as regras regentes do campo público parece indispensável, em virtude de a participação nos discursos morais e políticos não vincular determinados sujeitos.

É central no pensamento descrito a importância da luta pela inclusão de pautas na agenda pública, passíveis de contemplar os grupos pluralizados de indivíduos que compõem as sociedades ocidentais, em razão de se entender a reivindicação por tal participação como o reconhecimento de uma luta por justiça e liberdade. Não há distinção entre o social e o político, “[...] não porque toda a política se tornou administração e porque a economia se tornou o

‘público’ por excelência, como Hannah Arendt pensava, mas principalmente porque a luta para tornar algo público é uma luta pela justiça” (BENHABIB, 1992, p. 94, tradução nossa)²⁰.

O princípio liberal da neutralidade dialógica, “[...] embora exprima um dos princípios principais do sistema jurídico moderno, é muito restritivo e congelado em aplicação à dinâmica das lutas pelo poder nos processos políticos reais” (BENHABIB, 1992, p. 100, tradução nossa)²¹. Não é possível conduzir uma vida pública de acordo com um princípio pensado para cercear a dimensão multifacetada da política, pois, ao restringir-se a pluralização da conversa pública, está-se restringindo os interesses de grupos oprimidos.

A visão liberal possui uma concepção legalista do espaço público, cuja essencialidade é demasiadamente simplista, porquanto a estrutura constitucional liberal funciona, apenas, para garantir a participação universal e a cidadania daqueles cujas garantias dos direitos civis e políticos e direitos de consciência seja uma condição preliminar, pertencentes, portanto, a uma parcela específica já atuante politicamente.

O procedimentalismo pensado pela autora considera que “[...] não deve haver distinção fixa entre o âmbito público ou privado, bem como entre questões de justiça e vida boa.” (MATOS, 2017, p. 57). Redefinir a divisão do espaço público e do espaço privado é uma necessidade. A impossibilidade histórica de participação das mulheres na esfera pública e sua constante exclusão ao âmbito privado, historicamente, têm passado como desimportantes e não essenciais tanto nas teorias liberais, quanto na discursiva e também demais teorias da modernidade (BENHABIB, 1987).

Opor o público e o privado promove uma marginalização de tópicos demasiadamente importantes. Dentre os inúmeros exemplos a serem explorados nesse sentido, revela-se a segregação das mulheres às relações privadas, provenientes da formação familiar histórica, cujo edifício se constrói no modelo patriarcal de dominação e opressão.

Não há, assim, subordinação supostamente natural das mulheres, “[...] sem um despojo prévio de suas capacidades de autogestão e de suas economias próprias” (GAGO, 2020, p. 65). O contrato que engloba toda essa expropriação de si organiza o sistema de exclusões e estabelece a superioridade masculina como “pré-requisito transcendental de toda contratação” (GAGO, 2020, p. 66).

²⁰ “[...] not because all politics has become administration and because the economy has become the quintessential “public,” as Hannah Arendt thought, but primarily because the struggle to make something public is a struggle for justice”. (BENHABIB, 1992, p. 94)

²¹ “[...] while it expresses one of the main principles of the modern legal system, is too restrictive and frozen in application to the dynamics of power struggles in actual political processes. (BENHABIB, 1992, p. 100)

Figura 17 – Casal trabalhando na feira do açaí durante a crise pandêmica, em 2020



Fonte: acervo pessoal da autora.

O corpo das mulheres, nessa lógica, passa a ser simplesmente uma propriedade a ser direcionada de acordo com a vontade do patriarcado fraternal moderno, tornando a diferença sexual algo político e presente na estruturação do trabalho. A mulher passa a existir em um modo paradoxal em que ela “[...] é ao mesmo tempo, objeto de propriedade e pessoa” (GAGO, 2020, p. 68).

Dessa forma, a presunção de “[...] que as mulheres sejam indivíduos (porque podem assinar o contrato matrimonial), mas não o são, porque não são proprietárias de si (já assinaram antes o contrato que consagra a subordinação ‘natural’ aos homens)” é o pensamento que costura toda a lógica da divisão sexual do trabalho, por sua vez ancorada na dicotomia entre o espaço público e o espaço privado (GAGO, 2020, p. 67).

O obstáculo mais importante é a dificuldade de reconhecimento dessa subordinação pelas instâncias decisórias, participativas e definidoras dos rumos da política, da economia e, conseqüentemente, também da justiça. Beauvoir (2016) esclareceu que a mulher é sempre definida como o outro pelo olhar do homem e, nesse sentido, ela é objetificada. A intenção de tornar alguém um objeto secundário é buscar a sua desumanização. É tirar deste alguém, definido pelo outro, a característica de ser humano. Objetificar alguém é a mesma coisa que desvalorizar a sua subjetividade, a sua potência enquanto pessoa.

Há uma narrativa predominante, disseminando o mito da precariedade racional, moral e política da mulher, presente de forma enfática nas sociedades capitalistas neoliberais. Essas circunstâncias as deixam de fora do âmbito público, pois a “[...] igualdade só poderá se restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública” (BEAUVOIR, 2016, p. 85).

Nesse cenário, deixa-se de atribuir qualquer importância à sujeição das mulheres vez que a cartilha neoliberal não se preocupa com a análise das condições sociais de grupos subalternos²², instrumentalizando os corpos e os transformando em propriedades e utensílios de produção. A invisibilização da opressão e da exploração comportam, portanto, pressupostos fundacionais da lógica desse modo operacional de produção.

Colocar a política a serviço do mercado é o modo como a ética neoliberal concebe seu funcionamento, uma vez que “[...] os neoliberais não acham que a economia deve ser deixada em paz, mas defendem que a economia seja guiada, sustentada e protegida pela difusão das normas sociais que favorecem a competição e o comportamento racional” (MARÇAL, 2017,

²² Termo que, de acordo com a compreensão de Spivak (2010, p. 12), trata das “[...] camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante”.

p. 145). Logo, a vivência humana passa a ser colocada a serviço do mercado e não o contrário, o que revela um paradoxo existencial importante.

A competição entra, assim, como mediadora dos valores e das relações humanas, tornando-se parte fundamental da sociedade. O problema dessa constatação perpassa pelo entendimento de que a concorrência é desleal, não sustentando disputas entre polos com forças diferentes, seja no sentido sujeito *versus* mercado, seja no sentido sujeito *versus* sujeito. Neste último comparativo, considera-se que os bens e as oportunidades disponíveis para todos os agentes minoritários são bem diferentes daqueles proporcionados aos dominantes.

Sob a égide desse modelo de capitalismo, nega-se a participação efetiva dos indivíduos nas decisões sobre a sua própria forma de vida, o que impede a sua compreensão sobre o sistema ético-estrutural dirigente da sociedade. São necessários, no entanto, espaço e autonomia para uma autodeterminação coletiva, pois a ética capitalista “[...] trata o que deveriam ser questões políticas centrais como ‘econômicas’ e as entrega às ‘forças do mercado’” (FRASER; JAEGGI, 2020, p. 151).

Note-se que Foucault (2004, p. 339), ao analisar o neoliberalismo, já havia destacado, que a economia de mercado, para regular as relações não mercantis, marca os fenômenos sociais e a economia como opostos, pautando-se em duas generalizações que são os pilares do funcionamento do mercado e da sociedade que se experiencia hoje. As generalizações dizem respeito à “[...] análise dos comportamentos não econômicos através de uma grade de inteligibilidade economicista, crítica e avaliação da ação do poder público em termos de mercado”.

Interessa-nos, particularmente, a primeira generalização apontada, qual seja, “[...] a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não-econômicos” (FOUCAULT, 2004, p. 334). Utiliza-se a lógica do mercado para regular, por exemplo, as relações interpessoais presentes na criação dos filhos e no casamento, o que, por sua vez, conduz ao apagamento das diferenças de status e de hierarquia existentes na sociedade entre homens e mulheres, regulando tudo como se os indivíduos sociais possuíssem as mesmas chances, ou ainda, as mesmas vozes no seio social. Há, então, um “[...] problema de teoria e de método” (FOUCAULT, 2004, p. 365) ao se incorporar o neoliberalismo economicista à existência humana e a todas as suas condutas, passando-se a pensar o indivíduo enquanto empresa e, assim, permitindo-se que a análise econômica regule todas as condutas presentes na sociedade.

Por esse motivo, é essencial um olhar crítico à construção da sociedade capitalista financeirizada, que explicita a perspectiva de que os lugares ocupados na formação social e a

sua imagem não são equivalentes. É necessário compreender, ainda, que, sobrepostas a esses fatores de desigualdade, estão outras opressões que se originam da formação colonial e exploratória das sociedades, as quais acentuam as diferenças existentes no exercício da cidadania. Outros eixos articuladores de acesso aos bens sociais permeiam a realidade social, produzindo modelos de vida diferentes, os quais derivam, também, das explorações estruturadas e invisibilizadas ao longo da edificação capitalista, que centraliza e marginaliza os sujeitos de acordo com o desenvolvimento da sua métrica segregadora.

É também em razão desse fato que a subordinação das mulheres na sociedade capitalista neoliberal não pode ser colocada apenas na conta da questão cultural, pois, assim, ignora-se que a mulher cumpriu e ainda cumpre um papel central para a acumulação primitiva em que o sistema se centra, independentemente da fase em que ele se encontra, pois a produção e a reprodução são o sustento dele (FEDERICI, 2017, p. 26).

A análise histórica do capitalismo em nível global aponta que a discriminação e a diminuição das mulheres na sociedade capitalista não são um legado pré-moderno, têm raízes mais profundas e estão ligadas à formação do capitalismo, que promoveu novas funções sociais aos homens e, principalmente, às mulheres. O compromisso com o barateamento do custo de produção do trabalho ao longo do desenvolvimento capitalista exige o uso da máxima subordinação das mulheres, que são os sujeitos primários da produção. O sistema precisa, portanto, promover um modelo de adestramento, tanto da ação, quanto da vontade das mulheres para que consiga funcionar (FEDERICI, 2017, p. 145).

A forma pela qual a sexualidade, a procriação e a maternidade são impostas às mulheres revela o seu uso enquanto ferramentas para a apropriação do corpo feminino pelo masculino, com a implementação de técnicas de poder que colaborem com o plano central capitalista. O resultado disso são sociedades que têm o estupro, a violência doméstica, a imposição de beleza e demais estereótipos como consequências dessa construção (FEDERICI, 2017, p. 255).

As condições sociais e históricas desenvolvidas pelo capitalismo tornaram o corpo feminino um elemento central e, também, esfera da atividade definitiva para a constituição da feminilidade. Na sociedade capitalista, o corpo é para a mulher o que a fábrica é para os homens. Ou seja, porque no capitalismo o corpo da mulher é objetificado, torna-se o principal terreno da sua exploração e resistência. O corpo feminino foi apropriado pelo Estado e também pelos homens, forçado a funcionar como um meio para a reprodução e a acumulação de trabalho, tornando-se “[...] a última fronteira do capitalismo” (FEDERICI, 2017, p. 255).

Dessa forma, a domesticação, a violência e a imposição sobre os corpos das mulheres e, também, sobre os moldes escravistas foram e continuam sendo sólidas estruturas do sistema

de exploração. Com efeito, o capitalismo enquanto sistema econômico e social, está necessariamente ligado ao racismo e ao sexismo, motivo pelo qual não pode ser pensado, descrito, ou mesmo criticado do ponto de vista de um sujeito abstrato, universal e assexuado (FEDERICI, 2017, p. 36).

Figura 18 – Isis Abena



Fonte: fotografia de Shai Andrade para o projeto “mães solo” com apoio da Natgeo, imagem cedida pela fotógrafa.

Por conseguinte, o entendimento de que emerge dessa estrutura uma ordem social institucionalizada, a qual usufrui de um jogo de forças histórico e hierarquizante, é de extrema importância. O estímulo para a acumulação de capital, por meio da banalidade do economicismo, ignora os custos humanos que viabilizam o sustento do sistema. Paradigmas como o da reprodução social, o do reconhecimento da diversidade e o dos direitos democráticos são menosprezados, motivando crises políticas e econômicas que levam a fissuras sociais ainda mais profundas (FRASER; JAEGGI, 2020).

Torna-se imprescindível, assim, aprofundar tal conceito, a fim de evidenciar o poder da hegemonia dominante e as armadilhas capitalistas e neoliberais, assim como a realidade que

impulsiona a submissão das mulheres, dado que a falta de reconhecimento da importância social e do modo operacional econômico implementado por esse sistema, delimitam o crescimento em razão do gênero e de demais categorias de diferenciação.

O capitalismo, enquanto uma ordem social institucionalizada, é apoiado sobre o trabalho invisibilizado dos expropriados. Transforma-se a reprodução em um dever generificado, cujo investimento gera como lucro “[...] uma renda psíquica. Haverá a satisfação que a mãe tem de cuidar do filho e de ver que seus cuidados tiveram sucesso” (FOUCAULT, 2004, p. 335).

Interessa-nos, neste momento, aprofundar a análise da forma pela qual o trabalho reprodutivo é explorado e, também, expropriado da sua condição de trabalho, ficando ocultado nas relações econômicas.

4 REPRODUÇÃO SOCIAL: O PLANO DE FUNDO DA IMAGEM HEGEMÔNICA, EM TEMPOS DE PANDEMIA

O momento de crise pandêmica confirma e acentua a realidade exposta na seção anterior, “[...] na medida em que agravou a tragédia humana das comunidades sujeitas a exclusões abissais” (SANTOS, 2021, p. 105). Interligados de forma a sustentar esse sistema estão o capitalismo, o colonialismo e o patriarcalismo como os três modos principais de dominação.

Os grupos oprimidos nessa estrutura são distintos e variados, experienciando exclusões que podem ser causadas por diversas linhas abissais ao mesmo tempo, sendo o das mulheres que nos interessa para esse estudo.

A pandemia coloca em discussão muitas das hierarquias do sistema mundial em que nos encontramos, questionando o senso comum da ordenação humana mundial, mais especificamente, a condição humana em localidades mais exploradas e subdesenvolvidas. As desigualdades na exploração da força de trabalho são dependentes da articulação das linhas abissais e servem ao sistema para o sustento do modelo econômico disposto (SANTOS, 2021, p. 106).

Por esse motivo, pensar a perspectiva neoliberal em espaços advindos dessa realidade envolve compreender as demandas específicas que os formam, vez que, para uma leitura concreta dessa sociedade, será necessário empregar o processo de dominação colonial que a permeia.

Nessa perspectiva, pensar a imagem social do ponto de vista do neoliberalismo em sociedades caracterizadas pela pobreza, exploração, privilégios e expropriação é, também, enxergar que “[...] o olhar ultramóvel da fotografia lisonjeia o espectador, criando uma falsa sensação de ubiquidade, um ilusório domínio da experiência”, de modo que uma leitura do mundo sensível a esse cenário compreende a desconstrução dos padrões arbitrados pelo sistema (SONTAG, 2004, p. 96).

A nossa assimilação da realidade muitas vezes é míope, vislumbra, apenas, a representação dos interesses dispostos. É contra esse movimento, por vezes até involuntário, que a discussão sobre como a reprodução precisa ser levada ao centro das percepções sociais e econômicas surge. É na contramão da imposição sistêmica de apagamento que se encontra a análise da precarização dos trabalhos de cuidado.

A marginalização desse tema tem conexão com o projeto de expropriação e de exploração das mulheres, colocado em curso pelo sistema capitalista, o qual impôs uma relação

de poder e a divisão dentro da força de trabalho, pois ao impulsionar a acumulação capitalista da produção, ancorou-se na reprodução para obter sucesso.

Essa, no entanto, não é a imagem centralizada na fotografia homogênea da sociedade. Embora o lugar de reivindicação por direitos sempre tenha estado ocupado de alguma forma, as imagens diretas e completas da realidade, as que traziam os atores sociais apagados, não eram comuns. Como ensina Sontag (2003), ao sermos colocados diante da dor dos outros é importante que sejamos incitados a sentir, a enxergar a realidade dolorosa produzida.

Figura 19 – Dona de casa e ajudante do marido na feira, imagem capturada durante a pandemia, em 2020



Fonte: acervo pessoal da autora.

Por esse motivo, traremos, nesta seção, uma análise mais detalhada de como a subalternização das mulheres fragiliza, material e socialmente, as ocupações às quais elas são destinadas, acentuando a sua dificuldade para sobreviver a um período pandêmico, pois a marginalização social determinada a elas é implacável e estatisticamente comprovável.

Torna-se importante, assim, para fins metodológicos e interpretativos desse estudo, explicar o trabalho de cuidado, o que faremos a partir do relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), o qual discute, a partir de um levantamento global, o trabalho dos cuidados e os empregos dos cuidados para o futuro de um trabalho digno (OIT, 2018).

Compreende-se que o conceito de reprodução social inclui a forma como a comida, a roupa e o abrigo estão dispostos enquanto componentes interrelacionados do trabalho reprodutivo. Também a manutenção e a socialização das crianças, o cuidado com idosos e doentes e a forma como a sexualidade é construída, ao englobar o ciclo da vida humana – da infância à idade avançada –, como responsabilidade de um só gênero – o feminino –, pode ser entendido como integrante do trabalho de cuidado.

Estão incluídas, também, as atividades reprodutivas, no sentido mais adjacente, relacionadas à gestação, à amamentação, ao parto, à educação e às demais bases necessárias à manutenção da vida, ressaltando-se que esses esforços englobam supervisão, planejamento e disposição emocional (OIT, 2018).

Há, ainda, uma segunda dimensão dos cuidados envolvendo o trabalho doméstico, remunerado ou não, e englobando todos os encargos referentes à manutenção da subsistência familiar. O trabalho reprodutivo envolve custos, gestão de recursos materiais e imateriais e para quem presta os cuidados não remunerados, representam potencial perda de oportunidade de inserção no mercado de trabalho, dificultando a própria manutenção daquele que cuida (OIT, 2018).

Nesse panorama, a precarização dos trabalhos de cuidado ocorreu vinculada à disputa de poder entre homens e o trabalho feminizado, atribuindo-se ao trabalho não remunerado das mulheres um tratamento que “[...] por trás do disfarce da inferioridade natural permitiram ao capitalismo ampliar imensamente a ‘parte não remunerada do dia de trabalho’ e usar o salário (masculino) para acumular o trabalho feminino” (FEDERICI, 2017, p. 232).

O empobrecimento das mulheres nessa ordem social está conectado à discriminação de gênero, pois “[...] a globalização não só provocou uma ‘feminização da pobreza’ como contribuiu para o surgimento de uma nova ordem colonial” sujeitando as mulheres à ordem econômica social, sustentada pela exploração (FEDERICI, 2019b, p. 137).

Assim, a recusa das mulheres em aceitar a imposição do trabalho reprodutivo revelou que “[...] a centralidade do trabalho doméstico não remunerado na economia capitalista, reconfigura a imagem da nossa sociedade como um imenso circuito de ‘plantações domésticas’ e ‘linhas de montagem’”. A produção de trabalhadores, nesse léxico, está articulada a uma base diária e permanente (FEDERICI, 2019b, p. 202).

No que concerne ao avanço capitalista e ao trabalho das mulheres na economia global, “[...] enquanto a produção foi reestruturada através de um salto tecnológico em áreas-chave da economia mundial, nenhum salto tecnológico ocorreu na esfera do trabalho doméstico para reduzir significativamente o trabalho socialmente necessário para a reprodução”, ainda que tenha havido aumento das mulheres no mercado de trabalho para a execução de atividades sem conexão com a reprodução (FEDERICI, 2019b, p. 222-223).

A reprodução humana é um processo de trabalho intensivo, manifesto no cuidado com crianças e idosos e composto não apenas de componentes físicos, mas, também, do suprimento emocional, promotor da sensação de segurança, de consolo e de antecipação dos medos e dos desejos das pessoas. Essa atividade, dessa forma, não é meramente material ou produtiva, nem pode ser dividida por meio da tecnologia, mecanização ou substituição pela direção virtual da comunicação *on-line* (FEDERICI, 2019b, p. 222-223).

Dessa forma, esta seção buscará compreender justamente por que o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado foram destinados às mulheres e de que forma, durante a pandemia, esse cenário agravou-se.

4.1 A REPRODUÇÃO SOCIAL: O TRABALHO NÃO PAGO

É importante salientar que a reprodução é compreendida, nessa investigação, como restrita à reprodução da força de trabalho e ao cuidado intrafamiliar, mas envolvendo a perpetuação da lógica capitalista, incorporando, também, a socialização e a subjetivação dos indivíduos pertencentes a essa ordem. Nesse sentido, há três elementos reprodutivos, o biológico, o social e o ideológico, cuja combinação não se desenvolve exclusivamente no lar, mas também em outros espaços de contato social que vão sendo cada vez mais mercantilizados, padronizando um modelo de viver e de agir.

O trabalho produtivo é articulado de maneira indispensável com o trabalho reprodutivo, servindo como ferramenta para o acesso e o controle de recursos econômicos por intermédio da intervenção das instituições tanto políticas, quanto sociais, como a família. A tarefa particular de repassar a consciência capitalista para as gerações que se seguem é realizada por

meio da parcela humana responsável pelo cuidado reprodutivo, o que implica entender que é indispensável ampliar a “[...] análise marxiana do trabalho não remunerado para além dos limites do chão de fábrica e, assim, compreender que a casa e o trabalho doméstico não são estranhos ao sistema fabril, mas a sua base” (FEDERICI, 2019b, p. 23).

A reprodução, nessa composição, não é algo inerte. As mudanças contextuais e históricas interferem na dinâmica reprodutiva, transformando e intensificando as suas demandas, porém, permanecendo assentadas na lógica segregacionista e precarizadora que subalterniza mulheres. Essa circunstância integra as mulheres ao mundo produtivo, sem moderar as responsabilidades impostas pela demanda reprodutiva, gerando uma majoração das vulnerabilidades femininas. Trata-se de um antagonismo, pois, ainda que o capital dependa da força de trabalho que sustenta a reprodução, há um reforço para não retirar essa atividade como trabalho necessário, desenvolvido, majoritariamente, pelas mulheres.

Classificar o trabalho reprodutivo como improdutivo funciona, então, como mecanismo para esconder o real valor da reprodução. Relega-se ao ocultamento a verdadeira natureza da reprodução, caracterizando-se tal atividade como não econômica, embora ela gere valor monetário tanto de forma indireta, quanto direta, na sociedade, vez que o cuidado pode ser, e de fato muitas vezes é, terceirizado, para os trabalhadores que conseguem viver apenas como explorados e não como expropriados.

Esse modo produtivo imposto pelo sistema capitalista é responsável por dividir a sociedade em classes hierárquicas, mas, para além disso, incorpora às classes apenas os sujeitos explorados e obrigados a viver com a renda recebida, renegando os expropriados à inferiorização mais violenta, tornando-os incapazes de sequer dispor de rendimento e de participação concreta. Nesse quadro, o modelo capitalista “[...] lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços” (SAFFIOTI, 2013, p. 66).

Instaura-se, nas sociedades capitalistas, um processo de individualização com dupla desvantagem para as mulheres. A primeira refere-se ao nível superestrutural, no qual “[...] era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto, da ordem social que a gerara” (SAFFIOTI 2013, p. 65). A segunda trata do plano estrutural, no qual, “[...] à medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas” (SAFFIOTI, 2013, p. 65-66).

Designar às mulheres um lócus periférico na fotografia social, foi um recurso do capitalismo ao usufruir do trabalho desenvolvido por esse “[...] contingente humano

subvalorizado sob vários aspectos” (SAFFIOTI, 2013, p. 68). A reprodução, intrinsecamente ligada à manutenção não apenas da vida, mas à perpetuação das subjetividades humanas que comportam a racionalidade capitalista, é organizada nesse sistema como não remunerada, construída como contígua à ordem produtiva de bens e de serviços.

Essa realidade impulsiona a submissão das mulheres, dado que a falta de reconhecimento da importância social e o modo operacional econômico implementado por esse sistema, delimitam o crescimento em razão do gênero, além dos demais marcadores de diferença. Retrair o potencial das mulheres tem sido, assim, uma abordagem metodológica do sistema capitalista desde o seu nascimento. A relação predatória construída nessa ordem necessita ser externada, pois o retrato social serve para demonstrar não apenas “o que devia ser admirado, mas para revelar o que precisa ser enfrentado, deplorado – e corrigido” (SONTAG, 2004, p. 40).

A desvalorização imposta pela generificação das atividades de produção “[...] diferenciou não somente as tarefas que as mulheres e os homens deveriam realizar, como também suas experiências, suas vidas, sua relação com o capital e com outros setores da classe trabalhadora” (FEDERICI, 2017, p. 213). Essa práxis permite que se afirme que o capitalismo foi desenvolvido sobre bases patriarcais, as quais contaram, e ainda contam, com a força de trabalho das mulheres para o aumento da acumulação primitiva e, portanto, do lucro.

Nesse sentido, a desvalorização do trabalho reprodutivo tem uma ligação direta com a desvalorização da posição social das mulheres. Subordina-se a reprodução à disciplina capitalista do trabalho, utilizando-se, para tanto, uma elaboração instrumental da utilidade humana, pela qual capacidades e qualidades são valoradas de acordo com os interesses do sistema (FEDERICI, 2019).

Com essa compreensão, o sistema capitalista neoliberal gratifica apenas o trabalho que comporta uma dimensão mercantil, deixando de fora processos e relações essenciais à manutenção e à continuidade da vida, fundamentais para o funcionamento de todo o sistema. Definir a economia como campo mercantil autônomo impede o reconhecimento de outros setores e atividades essenciais à subsistência humana. Por essa razão, os trabalhos de cuidado não são alçados à categoria econômica (CARRASCO, 2012).

Entretanto, para que a sociedade sustente tal estrutura econômica, é imperativo ancorar-se na reprodução, que gera benefícios usufruídos de forma coletiva. O apagamento da essencialidade das tarefas reprodutivas, que não apenas asseguram a vida coletiva, mas garantem a própria acumulação capitalista, é historicamente implementado como ferramenta

para uma organização social que alimenta os eixos de dominação instituídos (CARRASCO, 2012).

Nesse cenário, não apenas a experiência das mulheres é alijada de um lugar no centro da fotografia social, mas, também, as características femininas são constituídas em oposição às masculinas, concebidas como neutras. A mulher passa a ser somente aquilo que os homens não são, dóceis, não competitivas e responsáveis pelo âmbito doméstico, enquanto a figura masculina é autônoma, racional e a personificação do sujeito político. O ego masculino celebra sua passagem da natureza para a cultura, do conflito para o consenso, enquanto as mulheres permanecem em um universo interminável, condenadas a repetir os ciclos da vida. Por essa razão, “[...] especialmente as mulheres devem agir com desconfiança quando seu respectivo status social for explicado por meio de fatores ‘naturais’ como: compulsoriedade biológica à maternidade, constituição mais frágil que a dos homens e etc.” (MIES, 2016, p. 840).

Norteando essa percepção, encontram-se os mecanismos de afastamento da centralidade das mulheres, inclusive como provedoras da humanidade. A inaugural ambição capitalista e, também, neoliberal amplia o apagamento das mulheres a um ponto de objetificação que ignora, inclusive, a singular participação feminina na tarefa da reprodução biológica do ser humano.

Os seres humanos não são cogumelos.²³ A referência aos cogumelos pode ser compreendida com o mito do estado de natureza das primeiras teorias burguesas, tão bem representado por Hobbes quando comparou os homens a cogumelos que, repentinamente, brotam da terra e chegam à maturidade sem nenhum engajamento uns com os outros, indivíduos abstratos, despidos das marcas do seu tempo histórico, local de origem, gênero e classe social. A ideia dos homens como cogumelos é uma imagem construída da autonomia masculina. A mulher é substituída pela terra. A negação de ter nascido de uma mulher isenta o ego masculino da ligação de dependência mais natural e básica (BENHABIB, 1987, p. 95).

As instituições refletem essas relações. O mundo social, econômico e político é regido, nesse segmento, por esses estereótipos que ignoram os contextos particulares dos partícipes sociais, cujas complexidades são próprias da formação humana advinda da concepção capitalista. Opõem-se, a exemplo, de forma engessada, o público e o privado, a fim de promover uma marginalização de tópicos demasiadamente importantes, como a necessidade reprodutiva,

²³ A construção do homem econômico que comanda a economia, perpassa pela ideia de que esse sujeito é sem contexto, sem infância, o que o assemelha aos homens que brotaram dos cogumelos na narrativa grega de Sísifo. Seriam, ainda, dotados de características supostamente universais. Porém, na realidade, tais características são centradas na construção de um perfil masculino, a partir das naturalizações sociais generificadas. Seria o homem racional, previsível, representante de um estereótipo não feminino, distante do trabalho do cuidado (MARÇAL, 2017).

enquanto característica fundamental da sociedade (MACHADO; SIMÕES; VERBICARO, 2020).

Figura 20 – Luisa Brandão com sua filha, durante a pandemia



Fonte: fotografia de Patrícia Monteiro para o projeto “mães solo” com apoio da Natgeo, imagem cedida pela documentarista.

O uso do conceito dicotômico de público e de privado reforça a representação ideológica da cultura patriarcal, organizada e orientada sobre as diferenças biológicas entre homens e mulheres. O conjunto de ideias éticas, políticas e econômicas da burguesia trouxe a separação entre Estado e sociedade, definindo atividades específicas ao indivíduo, reforçando a separação entre o político e o doméstico, assim como fortalecendo a esfera privada com uma lógica determinada pelo poder masculino, consoante a qual o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos recaem sobre as mulheres, em decorrência do contrato sexual, responsável por determinar as origens da divisão sexual do trabalho, que, por sua vez, responde a uma “ [...] relação hierárquica, exploratória, intencional e não meramente uma simples divisão de tarefas entre parceiros iguais” (MIES, 2016, p. 842).

Nessa construção, não há espaço para a atividade produtiva, aceita pelos modelos econômicos padrão, incorporar o trabalho reprodutivo como relevante economicamente. A mulher foi destinada à tarefa reprodutiva, cerceada ao espaço privado e esse espaço não funciona economicamente. Há, então, um duplo sistema de apagamento e de controle das mulheres, determinados por uma mesma lógica (MARÇAL, 2017).

As dicotomias que permeiam a cultura ocidental compreendem o espaço econômico como do homem, portanto, notadamente como aquele que não é destinado à mulher. Corpo, emoção, dependência, cuidado e vulnerabilidade são as características estereotipadas às mulheres e deixadas de fora do molde econômico abstrato e racional, pois “[...] na verdade, a ideia do homem econômico é uma forma eficaz de excluir as mulheres” (MARÇAL, 2017, p. 172), o que permite a criação de uma linguagem econômica substancialmente segregadora.

Figura 21 – Espaço de venda de mercadoria na Feira do aAçaí, dominado pela presença masculina, local onde as trocas monetárias são executadas



Fonte: acervo pessoal da autora.

A esfera de atividade pública e econômica adere, então, a um comportamento construído como masculino, o qual embasa as ações em um modelo de expressão específico. Supostamente, a ação do *homo economicus* não é generificada, contudo, universalizações são notadamente não neutras e historicamente excludentes para mulheres. O capital humano, dentro da construção neoliberal, é movido pelo individualismo profundo que ignora os laços de afeto, de solidariedade e de cuidado entre os indivíduos. Considerando que essa é a base de funcionamento do *homo economicus*, percebe-se que ela é diametralmente oposta à parcela da humanidade responsabilizada pela reprodução (BROWN, 2015).

Há uma imposição neoliberal sobre a ontologia do indivíduo, da família nuclear heterossexual e da diferença sexual, buscando enraizar cada um na natureza, ao invés de no poder, o que gera mais uma forma de subordinação de gênero, pois a liberdade individual reiterada pelos “[...] neoliberais não é comprometida por ou na família porque pertence apenas àqueles que livremente entram e saem delas para o domínio da liberdade de mercado, não aqueles que realizam trabalho não remunerado” (BROWN, 2015, p. 101, tradução nossa²⁴). Assim, ocultar a estruturação de poder que sustenta todo esse sistema serve, apenas, para que os dominantes permaneçam a perpetuar os privilégios de que usufruem.

A história a ser contada pelo *homo oeconomicus* é, dessa maneira, a de um posicionamento social há muito associado aos chefes de família do sexo masculino, o que implica a incoerência da afirmação de que o homem econômico responde, de forma universalizada e não genderizada, pelo capital humano, o qual, supostamente, falaria e representaria o interesse e a vivência de todos na sociedade capitalista, englobando homens e mulheres diversos.

No entanto, a figura colocada em foco pelo neoliberalismo e no retrato social vigente, embora rejeite a reprodução como trabalho, depende dessa prática invisibilizada para existir, para ser capaz de pensar em auto investimento e concorrência e, dessa forma, poder atuar como a empresa que se espera que esse indivíduo seja.

Esse cenário de normatização da lógica economicista através da implementação do *homo oeconomicus* como medida de valor e ação humanas, rege a vida pública, social, profissional, o bem-estar, a educação e a família.

Prover cuidados para “[...] outras pessoas em famílias, bairros, escolas e locais de trabalho, permanecem desproporcionalmente como a infraestrutura invisível para todo o capital

²⁴ “[...] by neoliberals is not compromised by or in the family because it pertains only to those who freely come and go from them into the domain of market freedom, not those who perform unwaged work or activity within them” (BROWN, 2015, p. 101)

humano em desenvolvimento” (BROWN, 2015, p. 105, tradução nossa²⁵). Essa responsabilidade é ideologicamente inserida no campo da natureza feminina, a qual, em realidade, é construída pelas forças de poder presentes no sistema, e não por traços biológicos.

O caminho neoliberal, imposto nessa ordem social, provoca uma submissão ainda mais intensa às mulheres, uma vez que o desmonte das políticas sociais e da formação comunitária da sociedade implica uma maior responsabilização reprodutiva para as mulheres, que, por sua vez, justamente em razão dessa demanda desmonetizada, ou precariamente monetizada, são marginalizadas na lógica financeirizada.

Consequentemente, o projeto do sujeito neoliberal funciona apenas para um gênero, como bem coloca Brown (2015, p.106-107, tradução nossa²⁶):

[...] enquanto o homo oeconomicus neoliberal é ambos, genderizado e genderizante, em sua ascendência e disseminação, isso é ilegível em seus próprios termos. A responsabilidade persistente das mulheres pelo fornecimento de cuidados de todos os tipos, dentro e fora de casa, significa que as mulheres tanto precisam da infraestrutura social visível que o neoliberalismo pretende dismantelar por meio da privatização, quanto são a infraestrutura invisível que sustenta um mundo de supostos capitais humanos de auto investimento. Assim, a figura do homo oeconomicus não é simplesmente ilusória ou ideológica em sua recusa das pessoas e práticas que fazem e sustentam a vida humana. Em vez disso, quando o homo oeconomicus se torna a verdade governante, quando organiza a lei, a conduta, a política e os arranjos cotidianos, os encargos e a invisibilidade dessas pessoas e práticas excluídas são intensificados.

Nesse contexto, a divisão entre público e privado está diretamente ligada ao trabalho remunerado e ao não remunerado, contribuindo para a implementação da lógica da divisão sexual do trabalho. Há espaços próprios destinados aos homens e às mulheres, nessa ordem, delegando-se às mulheres a responsabilidade pela reprodução, e se reservando aos homens a concepção de provedor, o que resulta nessas relações assimétricas de poder, opressão e privilégio entre os sexos.

A naturalização deste estereótipo criado socialmente para as mulheres faz parte do projeto de poder masculino, atravancando a possibilidade delas serem, inclusive, socialmente educadas para a participação na vida pública. Não estar no mundo político, econômico e formal

²⁵ “[...] provisioners of care for others in households, neighborhoods, schools, and workplace, women disproportionately remain the invisible infrastructure for all developing, mature, and worn-out human capital” (BROWN, 2015, p. 105).

²⁶ “[...] while neoliberal homo oeconomicus is both gendered and gendering in its ascendancy and dissemination, this is illegible within its own terms. The persistent responsibility of women for provisioning care of every sort, in and out of the household, means that women both require the visible social infrastructure that neoliberalism aims to dismantle through privatization and are the invisible infrastructure sustaining a world of putatively self-investing human capitals. Thus, the figure of homo oeconomicus is not simply illusory or ideological in its disavowal of the persons and practices that make and sustain human life. Rather, when homo oeconomicus becomes the governing truth, when it organizes law, conduct, policy, and everyday arrangements, the burdens upon and the invisibility of those excluded persons and practices are intensified.

é, também, não ter a possibilidade de abrir para a discussão e para a mudança o modo de vida imposto, admitindo, como agenda pública, apenas os interesses de um determinado segmento de sujeitos. Este é um dos controles sistematicamente exercido sobre as mulheres (BEAUVOIR, 2016).

O campo político é um espaço de disputas, porém, a sua pauta permaneceu, e ainda permanece, voltada para um único modelo de subjetividade, erguido como neutro. A esfera pública conserva-se homogênea e a capacidade de percebê-la diferente disso não parte daqueles que sempre a ocuparam nesses moldes. As lutas pela ocupação desse campo, delimitado pelos anseios daqueles que, reiteradamente, ao longo da história ocidental, desenvolveram e repassaram aos seus descendentes o *status* necessário para pertencer e manipular tal espaço, são o meio para demonstrar a permanência de determinados grupos fora do campo político e econômico, também alijados dos direitos assegurados pelos marcos democráticos.

Assim, as características de cuidado, tidas como naturalmente femininas, partem da fabricação da ideia de que as mulheres possuem habilidades orgânicas e espontâneas em razão da natureza, que lhes permitem realizar afazeres domésticos e tarefas ligadas ao cuidado das pessoas, com alguma habilidade extra, diferente das dos homens (BIROLI, 2017).

Contudo, universalizar os sujeitos sociais a partir de perspectivas discriminatórias tem funcionado como meio para agravar a realidade que implica duplas jornadas de trabalho, trazendo, como consequências, restrições à participação política, diferenças nas oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza (BIROLI, 2017).

Outrossim, quando o trabalho reprodutivo é feito de forma remunerada, ele está inserido em um contexto de exploração, em que o pagamento é precarizado, tal qual a importância social dada a ele, o que é compatível com a hierarquização neoliberal imposta na formação da imagem social. As mulheres são, à vista disso, quem desempenham cotidianamente o grande volume de trabalho reprodutivo, seja gratuito, seja mal remunerado, do qual a sociedade inteira se beneficia diretamente, por ser essencial à sobrevivência individual e coletiva, sustentando, portanto, toda a métrica da fotografia social.

Por esse motivo, o método de construção do campo público/político estimula o agravamento da sujeição das mulheres em tempos de crise. A desconsideração da desigualdade de contexto de diversos grupos colabora, de forma direta, para a manutenção do poder por aquele historicamente dominador, sendo insuficiente uma suposta igualdade moderna, jurídica, abstrata e constitucional dos sujeitos sociais, pois as instituições são diretamente afetadas pelas implicações das ações, ou pela falta delas, tanto na seara privada, quanto na pública.

O que se obtém, em verdade, é apenas um reforço hierárquico que divide a sociedade em estratos sociais incapazes de se movimentarem dentro dos eixos estabelecidos, pois, na ordem descrita, “[...] todos os seres humanos são iguais (afirma o capitalismo); mas, como há diferenças naturais entre eles, a igualdade entre os inferiores não pode coincidir com a igualdade entre os superiores (afirmam o colonialismo e o patriarcado)” (SANTOS, 2020, p. 12).

Esse modelo revela a continuidade da crise que afeta as mulheres na ordem social institucionalizada capitalista e que se agrava sobremaneira na versão neoliberal. A perpetuação de um mundo antissocial, dominado pelo interesse latente do capital e dos mercados, preocupado com a concorrência, com o lucro e não com os mecanismos de exploração usados para obtê-lo, promove o desmonte das políticas sociais, a privatização dos serviços públicos, a depreciação da política e, com isso, o agravamento da subalternização dos marginalizados (SANTOS, 2020).

O cenário neoliberal promove uma fratura social complexa que oferece às mulheres um contexto de constante crise que, no entanto, é camuflada em diversas naturalizações e precarizações, as quais estão intrinsecamente ligadas à responsabilização do trabalho reprodutivo e ao seu ocultamento enquanto trabalho. Torna-se invisível o trabalho doméstico e se transferem para as mulheres os custos da reprodução. As mulheres são, também, forçadas a ingressar no mercado de trabalho em piores condições de remuneração.

É necessário compreender, ainda, que, imbricadas a esses fatores de desigualdade, estão outras opressões que se originam da formação capitalista colonial e exploratória, as quais acentuam as diferenças existentes no exercício da cidadania. Outros eixos articuladores de acesso aos bens sociais permeiam a realidade imposta às mulheres, como a interseccionalidade de gênero, raça e classe.

Embora o modelo capitalista, especialmente o neoliberal, seja permeado por crises que deixam as mulheres em situação de vulnerabilidade, quando uma outra crise, como a epidêmica causada pela COVID-19, eclode, acarretando paralisação econômica, incerteza democrática, insuficiência monetária e de serviços e caos sanitário, o aprofundamento das disparidades torna-se ainda mais latente.

Figura 22 – Mãe, avó, responsável pelo trabalho reprodutivo em casa que não pôde parar de trabalhar na feira durante a pandemia pois precisava sustentar a família; foi infectada com o vírus trabalhando, comemora o fato de estar viva



Fonte: acervo pessoal da autora.

O isolamento proposto para a contenção da transmissão da doença funciona, apenas, para determinados grupos privilegiados e torna visível a desordem social estabelecida. Primeiro, porque desnuda a realidade social e faz com que se volte o olhar à esfera privada, trazendo à tona o funcionamento das relações nesse campo de convívio humano. Segundo, porque mostra, com clareza, a precariedade e a desvalorização das funções do cuidado, ainda quando remuneradas, traçando um claro paralelo, típico do modelo neoliberal de sociedade econômica, entre os que têm valor humano e aqueles cujos corpos e cuja humanidade são secundários.

Essa situação desvela a necessidade de se refletir sobre as responsabilidades reprodutivas, o sistema metodológico do seu ocultamento e a importância de se repensar toda a estrutura social e econômica promovida pelo neoliberalismo ao centralizar, na imagem social, sobre bases desumanizantes, um neossujeito, tornando-o cada vez mais próximo de uma

máquina, razão pela qual, é necessária a construção de novos valores, com menos mercado e maior preocupação com a vida humana.

Pode-se afirmar que a naturalização dessa divisão das tarefas domésticas, reproduzida no capitalismo e a exploração da força de trabalho feminina, operam mediante a invisibilização política, social e econômica, ancoradas na divisão entre a produção e a reprodução. O problema da invisibilidade é estrutural, teórico e político, causado por fatores que levam à insuficiência material, como consequência do caminho de marginalização imposto às mulheres.

A injustiça contra a mulher vai, então, além do âmbito cultural ou simbólico, envolvendo também o econômico, estando essas duas causas sobrepostas, reforçando-se contínua e sucessivamente, na medida em que normas sexistas e androcêntricas são institucionalizadas na política e na economia. Esse fenômeno gera exclusão e silenciamento cultural, que, por sua vez, reforçam a restrição material, causando a relação de subordinação econômica de forma perversa para as mulheres (FRASER; HONNETH, 2003).

A elaboração patriarcal e colonialista configura um capitalismo que, ao se aperfeiçoar na sistematização de desvalorização humana sobre as mulheres, considera o valor delas como residindo “[...] cada vez mais na mão de obra barata que elas podem oferecer no mercado por meio da venda do seu trabalho e do seu corpo” (FEDERICI, 2019a, p. 98-99). Essa edificação no mundo financeirizado elabora novas bases inclusive para a apropriação do trabalho reprodutivo, pois, no novo modelo de mercado, o trabalho doméstico não remunerado não é mais compreendido como condição suficiente para a aceitação social, havendo necessidade de ser associado com a capacidade da mulher de gerar renda para a família (FEDERICI, 2019a).

O capitalismo contemporâneo promove, dessa forma, a necessidade de as mulheres sustentarem as suas famílias, sem, contudo, fornecer ferramentas para que sejam capazes de fazê-lo, pois, ao não priorizar o estímulo de políticas públicas sociais que garantam o suporte estrutural e financeiro que necessitam para administrar a família e o trabalho, na maioria das vezes precarizado, acabam promovendo a sua integração na economia global por meio de um processo violento (FEDERICI, 2019a).

Nesse mesmo sentido aponta Brown (2015, p. 105, tradução nossa²⁷):

²⁷ “[...] gender subordination is both intensified and fundamentally altered. The intensification occurs through the shrinking, privatization, and/or dismantling of public infrastructure supporting families, children, and retirees. Such infrastructure includes, but is not limited to affordable, quality early childhood and afterschool programs, summer camps, physical and mental health care, education, public transportation, neighborhood parks and recreation centers, public pensions, senior center, and social security. When these public provisions are eliminated or privatized, the work and/or the cost of supplying them is returned to individuals, disproportionately to women. Put another way, “responsibilization” in the context of privatizing public goods uniquely penalizes women to the extent that they remain disproportionately responsible for those who cannot be responsible for themselves”. (BROWN, 2015, p. 105)

[...] a subordinação de gênero é intensificada e fundamentalmente alterada. A intensificação ocorre por meio da redução, privatização e/ou desmantelamento da infraestrutura pública de apoio a famílias, crianças e aposentados. Essa infraestrutura inclui, mas não se limita a programas acessíveis para a primeira infância e depois da escola, acampamentos de verão, cuidados de saúde física e mental, educação, transporte público, parques de bairro e centros recreativos, pensões públicas, centro de idosos e seguridade social. Quando essas provisões públicas são eliminadas ou privatizadas, o trabalho e/ ou o custo de fornecê-las é devolvido aos indivíduos, desproporcionalmente às mulheres. Dito de outra forma, a "responsabilização" no contexto da privatização de bens públicos penaliza exclusivamente as mulheres, na medida em que elas permanecem desproporcionalmente responsáveis por aqueles que não podem ser responsáveis por si mesmos.

Com apenas a competição e o valor aumentando o capital humano, a complexa e persistente desigualdade de gênero é acentuada, indo de encontro à concepção de liberdade apresentada pela racionalidade neoliberal à medida que as mulheres continuam a ser as principais provedoras do trabalho reprodutivo não remunerado, sustentando tal demanda sem apoio social ou econômico, tornando-se, cada vez mais, fontes de renda individuais para si mesmas e suas famílias (BROWN, 2019).

Os beneficiários dessa estrutura permanecem como aqueles que sempre detiveram o capital social, econômico e cultural, movendo uma articulação política interessada, apenas, em manter a aliança dominante como a única a dispor de vantagens. A base da sociedade permanece subordinada aos caprichos e desejos desses capitalistas.

Fica claro, portanto, que o neoliberalismo constrói não apenas um regime de acumulação excludente, mas todo um conjunto de regras e formulações que utiliza mecanismos de dominação e exercícios de poder para cultivar um novo modelo de sociedade, pois “[...] o Estado neoliberal deve buscar persistentemente reorganizações internas novos arranjos institucionais que melhorem a sua posição global competitiva como entidade diante de outros Estados no mercado global” (HARVEY, 2014, p. 76).

Toda a teia de exclusão exposta se alicerça no caminho de governança que desacredita o regime de maioria, criando uma ameaça potencial aos direitos individuais, assim como favorecendo as tomadas de decisão das elites, as quais manipulam os regimes políticos e de direito para adequarem-se aos seus interesses. A participação social é temida, pois “[...] o cultivo de um *ethos* democrático-participativo tem o potencial de colocar em xeque as bases racionais por trás dos grandes arranjos de poder” (FRATESCHI, 2016, p. 12).

Essa posição também desconsidera a possibilidade de se compor a política de forma múltipla, agregando “[...] a vida nas associações e movimentos políticos, grupos de cidadãos, reuniões municipais e fóruns públicos e, com isso, os cidadãos são reduzidos a espectadores e clientes”. (FRATESCHI, 2016, p. 10)

Ampliar os instrumentos de participação política de forma mais pluralizada não é do interesse do sistema neoliberal, pois um cenário intrinsecamente democrático, “[...] favorece o empoderamento das minorias e de atores sistematicamente alienados dos processos decisórios e contribui para que estes tenham a chance de interferir na agenda política e na formulação das políticas públicas” (FRATESCHI, 2016, p. 3).

A dinâmica de neoliberalização tem revelado um contexto que reduz os recursos pessoais advindos do mercado de trabalho, devolvendo a responsabilização pela reprodução exclusivamente para o indivíduo, “[...] à medida em que reduz recursos dedicados ao bem-estar social e reduz seu papel em áreas como assistência à saúde, o ensino público e a assistência social” (HARVEY, 2014, p. 86), ocasionando o empobrecimento da população.

Isso demonstra que, por trás das massivas mudanças das políticas sociais, figuram indispensáveis mudanças estruturais, cuja natureza é da nova governança exigida. Assim, a “[...] seguridade social é reduzida ao mínimo indispensável em favor de um sistema que acentua a responsabilidade individual. Em geral atribuem os fracassos pessoais a falhas individuais, e com demasiada frequência, a vítima é quem leva a culpa” (HARVEY, 2014, p. 86).

A passagem do governo enquanto poder soberano do Estado à governança no estilo neoliberal, enquanto disposição ampla que engloba os Estados e, também, os elementos chave da sociedade civil, tem ocorrido no sentido de convergir as práticas do Estado neoliberal com o Estado desenvolvimentista, criado sob os moldes descritos (HARVEY, 2014).

Privilegiam-se, nesse modelo de governar, as corporações em detrimento dos indivíduos, levando os governos a agirem de forma coercitiva, inclusive impondo parcerias público-privadas que, dentre outros interesses, buscam reprimir formas coletivas de oposição ao poder hegemônico e corporativo, o qual usa o aparato estatal para funcionar do modo mais lucrativo para si próprio, negando valor “[...] aos problemas que surgem entre os trabalhadores descartados e populações marginalizadas” (HARVEY, 2014, p. 87).

A neoliberalização sufoca a independência do serviço público, perenizando a fronteira entre o Estado e o poder corporativo, corrompendo, por meio do poder do dinheiro, a democracia representativa e, assim, esvaziando a agenda pública dos serviços sociais. O resultado dessa elaboração política, econômica e social é um auxílio infundável a quem detém poder e dinheiro.

Há uma desregulação do sistema financeiro alimentando a competição como virtude, enquanto consolida uma crescente força ao poder oligopolista, monopolista e transnacional, centralizando nas mãos de alguns as decisões que afetam o todo (HARVEY, 2014).

A história da neoliberalização desigual “[...] tem sido tendência universal a aumentar a desigualdade social e a expor os membros menos afortunados de toda e qualquer sociedade” (HARVEY, 2014, p. 128). Esse fato está diretamente associado ao processo de feminização da pobreza que está, também, conectado ao desenvolvimento capitalista, persistindo na estruturação da neoliberalização, ao perpetuar e intensificar os instrumentos de exclusão que afetam as mulheres.

Desse modo, o padrão de governos e de sociedades regulados na generalização do mercado apoia os contextos de crise, travando uma luta ideológica contra o estado social, pautando-se, também, na produção e na reprodução femininas. Em um mundo em que o discurso dominante de crescimento econômico enfatiza o papel do setor privado e as formas de reduzir os orçamentos estaduais, o discurso de desenvolvimento fica atrelado às premissas neoliberais que oferecem oportunidade de crescimento aos capitalistas, os quais subalternizam, preferencialmente, as mulheres ao cercearem as possibilidades de sustentação material e incorporação social de que elas poderiam dispor.

Vários elementos da governamentalidade neoliberal, que são disseminados e aprofundados, promovem a redefinição da sociedade civil como objeto e sujeito de governo, produzindo disparidades de gênero que propagam a responsabilidade pelo seu próprio bem-estar como o objetivo de sucesso a ser alcançado, porém, sem revelar que, para tanto, haverá a desumanização de diversos atores sociais.

A estrutura de classes permeada pela análise de gênero torna-se, assim, um dispositivo importante para avaliar as relações que administram a linha divisória entre o visível e o invisível, entre o acessível e o inacessível, entre o público e o privado, dentro das tensões de poder que constroem os parâmetros para a formação da fotografia social. Isso significa que o trabalho feminino compreendido como um tipo de trabalho considerado doméstico, afetivo, imaterial ou reprodutivo, está ligado às funções de cuidado e à socialização, precisando, no mundo neoliberal, ser equilibrado com o trabalho produtivo.

Como essas formas de trabalho têm se tornado cada vez mais prevalentes como uma tendência estrutural, transformações ocorreram, também, nas esferas culturais. À medida em que o capital se aproxima dos limites da expansão universal, o trabalho das mulheres torna-se um dos campos mais viáveis em que a acumulação primitiva ainda pode operar, criando novas zonas para a capitalização e a exploração robustas.

A universalização final do capitalismo ocorre com a produção industrial excedida pelos processos reprodutivos, quando a produção assume a forma, o movimento, a cooperação, a interação e a criatividade que permeiam a totalidade da vida social, ou seja, à medida que os

meios de produção tomam a forma do social, as relações sociais passam a ser mercadorias. No entanto, esta transformação da organização do capital ao longo das linhas do trabalho reprodutivo desafia, de dentro, a demanda simultânea do capital por medir, quantificar e trocar tudo, criando antagonismos destrutivos, os quais alimentam o desvanecimento dos excluídos e, principalmente, dos expropriados, relegados a figurar nas margens.

Com a normalização da desregulamentação, as privatizações e a retirada do Estado da provisão social, intensificou-se o poder e a riqueza das classes dominantes impactando claramente as mulheres como as principais consumidoras de serviços públicos, enquanto administram os serviços domésticos sem fins lucrativos.

Não é surpresa que, em tempos de crise econômica, os membros marginalizados e mais pobres da sociedade, notadamente as mulheres, sejam os mais atingidos. Quando as empresas privadas tomam decisões que, antes, cabiam a representantes do povo, que são, pelo menos teoricamente, responsáveis pela organização do funcionamento social, segue-se uma subsequente falta de responsabilização pela prestação de serviços públicos.

A racionalização econômica é a principal determinante do interesse na prestação de serviços e na elaboração de políticas públicas e define quais serão pautadas ou não, sendo aquelas que atendem às necessidades das mulheres, invariavelmente, as que sofrem mais cortes. Simplificando, a licença-maternidade, as creches, as escolas, os auxílios e, até mesmo, a prestação de cuidados de saúde às mulheres não são políticas lucrativas para os Estados e mercados e, portanto, não figuram no topo das prioridades dos Estados financeirizados.

Esse quadro revela-se em todas as suas nuances em períodos de crise, em que se intensificam as exclusões e os encargos sobre as mulheres, como na pandemia da COVID-19.

4.2 COVID-19: OS IMPACTOS DA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA

A pandemia da COVID-19 trouxe os desafios da divisão sexual do trabalho para a pauta de discussões, a partir do momento em que mostrou como a domesticação do corpo reprodutivo feminino coloca as mulheres em situação de desvantagem em relação aos homens. Além disso, revelou as engrenagens de subalternização utilizadas pelo sistema capitalista neoliberal para sustentar a imagem social no seu espaço de privilégio, exibindo os artifícios usados para a manutenção da carga laboral do cuidado exclusivamente atrelado ao modo feminino de agir em sociedade.

Nessa perspectiva, os impactos da pandemia são desiguais, “[...] trabalhadores com bons planos de saúde, por exemplo, assim como aqueles que podem desempenhar as suas tarefas em *home office* podem ficar confortavelmente isolados”. No entanto, quando se trata da realidade suportada pelas mulheres, o próprio *home office*, quando possível, não ocorre nos mesmos padrões e tranquilidade, pois há a cobrança sobre o trabalho doméstico e sobre as relações de cuidado. Ainda, existe todo um contingente de pessoas incapazes de usufruir dessa realidade, “[...] milhões de trabalhadores com baixos salários, trabalhadores rurais, autônomos, desempregados”, são alguns dos exemplos daqueles que não têm essa opção, sendo as mulheres um grande componente de todas essas categorias (REYMÃO; KOURY, 2020, p. 51).

A epidemia, que tem poder de superar “[...] a Grande Depressão do início do século XX, com forte queda do produto interno bruto (PIB) e substantivo aumento do desemprego”, representa um momento de crise ímpar para as mulheres, vez que sustenta o histórico apagamento do lugar reprodutivo e precarizado destinado ao público feminino; no entanto, também joga luz sobre essa situação, tornando importante conhecer os mecanismos que separam os indivíduos na sociedade, como a divisão sexual do trabalho, para que, assim, os caminhos de mudança possam ser desvelados (REYMÃO; KOURY, 2020, p. 52).

Para tanto, à elaboração de uma visão tradicional que distancia as mulheres do foco principal da imagem social, opõem-se os estudos feministas e de gênero, argumentando a imprescindibilidade da economia do cuidado à análise da vivência social e econômica que as afeta. Essa epistemologia baseia-se na concepção primária de que as mulheres devem ocupar o plano principal como categoria de estudo, pois sofrem com a segregação metodológica, na qual a exclusão é construída por meio de um plano pré-estabelecido e sistemático, amplificadora do sujeito masculino e branco, reduzindo as reivindicações de gênero e raça a pautas identitárias fronteiriças.

A perda do espaço social e de autonomia das mulheres possui conexão com o intenso processo de degradação social a que são submetidas, processo este interligado ao desenvolvimento capitalista desde o século XVI. A diferenciação sexual do espaço, as mudanças legais e os novos cânones culturais afunilaram o desejo de classificar as mulheres como excessivamente emocionais, inaptas ao governo de si mesmas e inferiores quando em comparação à imagem construída para os homens em cima do racionalismo, do tecnicismo e da ciência (FEDERICI, 2017, p. 202).

A implementação dessa abordagem, nascida, no mundo ocidental, em território europeu, dependeu do sucesso da caça às bruxas e da “[...] destruição de um universo de práticas femininas, de relações coletivas e de sistemas de conhecimento que haviam sido a base do poder

das mulheres na Europa pré-capitalista” (FEDERICI, 2017, p. 205). Essa derrota foi fundamental para a construção da nova imagem da mulher que, necessariamente, precisa ser “[...] passiva, obediente, parcimoniosa, casta, de poucas palavras e sempre ocupada com suas tarefas” (FEDERICI, 2017, p. 205).

Esse processo que institucionaliza o sexismo está interligado ao capitalismo que aloca o corpo como máquina humana para o trabalho, pois o corpo “[...] foi o principal salto tecnológico, o passo mais importante no desenvolvimento das forças produtivas que teve lugar no período de acumulação primitiva” (FEDERICI, 2017, p. 267). Acontece que o corpo da mulher padece para além das premissas teóricas da disciplina do trabalho apontada por Descartes, quando teoriza o autocontrole como “[...] requisito fundamental em um sistema socioeconômico capitalista no qual se pressupunha que cada um fosse proprietário de si mesmo, o que se converteu em fundamento das relações sociais”, fazendo com que a coerção para o disciplinamento laboral não fosse mais apenas externa, levando o indivíduo a funcionar como senhor e escravo da disciplina do trabalho (FEDERICI, 2017, p. 272).

Porém, como dito acima, essa lógica tem uma incidência diferenciada no corpo das mulheres que não se encaixavam na categoria racional de homem, restrita, pelos filósofos da modernidade, “[...] exclusivamente a uma pequena elite composta por homens adultos, brancos e de classe alta” (FEDERICI, 2017, p. 278).

A divisão entre homens e mulheres apagou um “[...] universo de práticas, crenças e sujeitos sociais cuja existência era incompatível com a disciplina do trabalho capitalista, redefinindo assim os principais elementos da reprodução social” (FEDERICI, 2017, p. 294).

Os corpos das mulheres são disciplinados em vias que os julgam uma propriedade comum da sociedade, constantemente ao serviço da logística da manutenção do capital, figurando em diferentes frentes para tornar isso possível. É por esse motivo que se ratifica, constantemente, que o pertencimento desse corpo se dá ao lugar de isolamento do âmbito doméstico, confirmando a sua função como privado, aqui no sentido de propriedade de alguém, mais precisamente de uma figura masculina, que tem a titularidade desse poder amparada, institucionalmente, pelo Estado.

Nesse sentido, a crítica à genealogia foucaultiana da modernidade é necessária, como bem enfatizou Federici (2017), pois, ao oferecer centralidade ao caráter produtivo do poder, não analisa a repressão estatal como componente decisivo para o adestramento do comportamento das mulheres.

Por outro lado, a articulação entre patriarcado e capitalismo exige que seja reexaminado o tema relativo ao adestramento dos corpos vivos com vistas à produção e à reprodução. É,

portanto, alarmante que Foucault (2020), autor atento à transformação nas formas de punição na passagem à modernidade²⁸, tenha sido indiferente à imponência do espetáculo público de queima das bruxas.

Ao tomarmos a caça às bruxas como um fenômeno decisivo para a compreensão da modernidade, apreendemos que a domesticação do corpo e do comportamento das mulheres, enquanto gênese moderna do indivíduo mulher, está ancorada em um processo robusto de repressão estatal.

O papel de controle e de disciplinamento do pensar e do agir das mulheres está diretamente vinculado à soberania estatal, porquanto os aparelhos disciplinares não se limitaram aos de âmbito cívico, hospitais, escolas, prisões e afins, mas, também, abrangem a ação de disciplinamento estatal presente na formação e na administração doméstica e, igualmente, nos espaços políticos.

Federici (2017) nos fornece as ferramentas para compreender esse ponto que entrecruza o poder soberano e o disciplinar, fortificado no processo de gênese da mulher moderna, ao defender o fato de o capitalismo ter se estruturado como uma contrarrevolução, no sentido de prejudicar os atos de resistência à exploração feudal, especialmente aqueles realizados pelos trabalhadores e trabalhadoras dos campos europeus, sendo uma das suas estratégias fundamentais a separação da classe oprimida e explorada por meio da desvalorização social das mulheres em relação aos seus pares masculinos.

É necessário, então, estabelecer a conexão que considera a relação específica entre o corpo das mulheres e o poder/saber da modernidade, localizando o adestramento do corpo e o próprio lugar dado à reprodução, pois Foucault (2020) pensou corretamente quando admitiu que a mulher moderna é um efeito de poder, sendo em decorrência, instrumento e alvo do poder. Ela não existia antes da forma como os dispositivos de poder a fixaram na modernidade.

Na construção dessa chave de pensamento, torna-se possível afirmar que a sexualidade das mulheres não foi normalizada por meio de práticas discursivas e tornada objeto de saberes, foi, ao contrário, reprimida e transformada em trabalho não remunerado, no cerne de uma realidade social que configura o dinheiro como poder e hierarquia social.

Considerando essa perspectiva, fica evidenciado o caminho que o desenvolvimento capitalista trilhou até o presente momento, caminho este que nos permite entender como a atual

²⁸ Período, influenciado pelo Iluminismo, em que o homem passa a se reconhecer como um ser autônomo, autossuficiente e universal, e a se mover pela crença de que, por meio da razão, se pode atuar sobre a natureza e a sociedade (FEDERICI, 2017).

fase do capitalismo, a neoliberal, articula explorações há muito desenhadas, atualizando a sua formulação para uma ainda mais maléfica às mulheres, porém, que não é nova em sua estruturação.

Ainda nessa linha de pensamento, sustenta-se a ideia de a acumulação primitiva não ter sido um evento restrito à pré-história do capitalismo, pois acompanha os processos de exploração de mais-valor próprios do sistema. Assim, em momentos históricos, nos quais o capitalismo passa por crises, como a vivida atualmente, no contexto neoliberal e, mais especificamente, no da pandemia, novos mecanismos de acumulação primitiva são empregados, atingindo, preferencialmente, as mulheres.

Essa cadeia histórica de acontecimentos desenha um mapa de violências perpetradas contra as mulheres, que demonstra uma “[...] trama que conecta a violência de gênero à violência econômica, financeira, política, institucional e social, que hoje se converteu em uma análise difundida” (GAGO, 2020, p. 98).

A localização desse conhecimento é necessária para que se faça uma leitura mais completa do sistema capitalista neoliberal e uma análise de como a crise pandêmica afeta as mulheres, permitindo compreender, primeiro, que caminhos foram percorridos em uma leitura plural, para que as mulheres chegassem à situação de sustentar a pirâmide social, enquanto estão em um eixo de subordinação transversal em diversos sentidos, pois são atravessadas por inúmeras violências.

A exploração das precariedades das mulheres localizadas em países como o Brasil, permite o entendimento de que os corpos delas, a depender da cor, da localidade, da performatividade que os transpassam, estão sujeitos a determinadas violências com maior ou menor emprego, porém, todos eles são domesticados sob a ordem da reprodução.

Essa narrativa é complementada pela reflexão de que as mulheres se equiparam a colônias, enquanto territórios de saque dos quais se extrai riqueza por meio da violência. Nesse sentido, Gago (2020, p. 105) expõe:

A partir da analogia entre corpo feminino e colônia, conectaram o que o capital explora como ‘recurso grátis’ no trabalho doméstico, no trabalho camponês e no trabalho de quem mora nas periferias das cidades, e explicam que essa exploração é simultaneamente colonial e heteropatriarcal.

A subordinação das mulheres engloba, nessa perspectiva, a junção das dimensões produtivas e reprodutivas, reverberando o entendimento de que “[...] a domesticação e a colonização são inseparáveis, já que constituem uma relação específica, tanto no modo de explorar mão de obra quanto no de subordinar territórios” (GAGO, 2020, p. 105). Essa relação revela a combinação entre patriarcado e acumulação em escala global.

As análises do desenvolvimento capitalista neoliberal que têm sido promovidas sem essa compreensão são, dessa forma, falhas, ao não enxergar essa complexidade. Esse é o motivo pelo qual uma categoria de análise que parte do conceito corpo-território “[...] fala por si mesma: diz que é impossível recortar e isolar o corpo individual do corpo coletivo, o corpo humano do território e da paisagem” (GAGO, 2020, p. 107).

O sistema funda-se nas dinâmicas expansivas que pensadoras mulheres, como Gago (2020, p.112), denominam de cerco opressivo, estruturando-se no poder instituído na violência e na domesticação difundidas contra o corpo das mulheres. Essa lógica estabelece duas diretrizes necessárias para a emancipação das mulheres, a da descolonização e a despatriarcalização do corpo feminino.

O mapa das precariedades, destinadas às mulheres desde a gênese do sistema vivido hoje, enraíza-se na materialidade com a qual esse corpo é tratado e na objetificação à qual ele é submetido, motivo pelo qual a imagem colonial se perpetua sobre e continua lançando sobre ele a naturalização do trabalho reprodutivo.

As naturalizações dessas condutas funcionam nessa elaboração social e visual como elementos de garantia do sistema, visto que relacionam as naturalizações a estereótipos pré-estabelecidos, os quais operam para as mulheres como regras definidoras do comportamento. Dimensionam o agir, o pensar e o sentir femininos, em caixas milimetricamente traçadas para comportar esses seres humanos, como se, de fato, fosse possível mantê-los em um enquadramento universal raso. A imagem social clássica, então, não só não os centraliza, como os desvaloriza ao organizar as tarefas como a do cuidado e, especialmente, a do trabalho reprodutivo, enquanto original e cotidianamente vinculados às mulheres, sem que sejam reconhecidas como trabalho.

O cuidado, entretanto, envolve uma série de sentimentos, sensações e responsabilidades presentes nas representações dos sujeitos participantes, econômica e socialmente, da esfera pública (MOLINIER, 2004). Naturalizar esse comportamento às mulheres, em razão de um estereótipo, desumaniza-as. Ocultam-se, a partir dessa lógica, todos os custos sociais e pessoais envolvidos nessa atividade. Ignorar a corresponsabilidade pelo cuidado, ou mesmo a ambiguidade de sentimentos envolvidos nesse encargo, é o meio arquitetado para promover o apagamento dessa ocupação enquanto trabalho, que demanda reconhecimento e remuneração.

Esse cuidado, tão presente e necessário na pandemia, atribuído a um só gênero através da “[...] apropriação do corpo laboral (e sexual) feminino, num camuflar da exploração via predisposição biológica para determinadas tarefas desvalorizadas e via inferioridade natural da mulher” (AUGUSTO, 2020, p. 295), funciona, tal qual os contornos da fotografia, para

sustentar o centro, ressaltando o objeto privilegiado e em foco na imagem. Por esse motivo, utiliza-se a abordagem de gênero como categoria de análise nesse trabalho, pois ela serve de ferramenta para debater os paradigmas sociais em cena.

Parte-se da exposição repetida dos mesmos parâmetros que elaboram a velha imagem social, para o olhar que pensa essa fotografia social como meio de modificar e ampliar “[...] as nossas ideias sobre o que vale a pena olhar e sobre o que temos o direito de observar” (SONTAG, 2004, p. 8). Confronta-se a imagem do arquétipo histórico que pensa os espaços sociais como relacionados a habilidades segregadas e divididas em binarismos, impostas a sustentar o masculino e o feminino em lugares definidos, garantindo, também, a divisão desproporcional e antagonica entre o público e o privado.

Nesse registro, as características de cuidado, tidas como naturalmente femininas, revelam a crença de que as mulheres possuem habilidades orgânicas e espontâneas em razão da maternidade, que lhes permitem realizar afazeres domésticos e tarefas ligadas ao cuidado das pessoas, com alguma suposta habilidade extra, diferente daquelas reconhecidas aos homens (BIROLI, 2017).

Ao defender-se a difusão do modelo de fotografia social, criado sob os contornos de específicos interesses, promovem-se as funções destinadas a homens e mulheres como complementares, transformando-as em meios indispensáveis para um suposto equilíbrio da estrutura social (SORJ, 2013). Cria-se, então, o agravamento da realidade que atribui às mulheres duplas jornadas de trabalho, trazendo, como consequência, restrições à participação política, diferenças nas oportunidades no mercado de trabalho e maior exposição à pobreza, dentre outras consequências (BIROLI, 2017).

Figura 23 – Roseli Monteiro, trabalha há mais de 30 anos como castanheira, teve que colocar as filhas para trabalhar junto com ela na feira, pois as cria sozinha



Fonte: acervo pessoal da autora.

Quando esse cenário é pensado em um momento de crise profunda, como a que a pandemia do novo coronavírus evidencia, passa-se a ter um acentuamento das desigualdades

perpetradas pela não consideração do trabalho, exercido por mulheres no âmbito doméstico, como tal.

Desse modo, o tempo social gasto com os afazeres domésticos é desigual, assim como o tempo disponível para a permanência das mulheres no espaço produtivo termina por ser, necessariamente, também menor que o dos homens.

Esse fato é demonstrado pela análise das mulheres que perderam sua ocupação no período da pandemia no Brasil, pois entre o 3º trimestre de 2019 e 2020, esse número aumentou 8,6 milhões. A ocupação feminina diminuiu 5,7 milhões de postos e mais de 504 mil mulheres passaram a estar desempregadas, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC (DIEESE, 2021).

Quando se percebe que a taxa de desemprego das mulheres negras cresceu 3,2 pontos percentuais, de mulheres não negras 2,9 pontos percentuais e que as mulheres negras atingiram a alarmante taxa de 19,8% de desemprego – com 1,6 milhões de mulheres trabalhadoras domésticas que perderam seus trabalhos, das quais 400 mil tinham carteira assinada e 1,2 milhões não tinham vínculo formal de trabalho – compreende-se que, na realidade brasileira, falar simplesmente de divisão sexual do trabalho é insuficiente. É por esse motivo que na segunda seção localizamos o Brasil no que se refere ao colonialismo, e na quinta seção faremos isso enfocando o racismo (DIEESE, 2021).

Dessa maneira, a vulnerabilidade das mulheres, premeditada na estruturação disposta, demonstra, de forma ampla, que há amplas diferenças de participação no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Os dados, no Brasil, confirmam que a proporção de homens com 14 anos ou mais de idade trabalhando é superior à de mulheres componentes do mesmo grupo etário também trabalhando. No 3º trimestre de 2020, o nível de ocupação dos homens, no Brasil, foi estimado em 57%, e o das mulheres, em 38% (GÊNERO E NÚMERO, 2021).

A informalidade é ampla no mercado de trabalho e, embora o relatório destaque que a pobreza laboral é generalizada entre homens e mulheres, a desigualdade de gênero, no âmbito do trabalho, é responsável por agravar as desigualdades sociais. O contingente de trabalhadoras informais, exceto das que estão empregadas no trabalho doméstico, passou de 13,5 milhões para 10,5 milhões, indicando mais um grupo expressivo que perdeu o trabalho e a renda. Os efeitos para o contingente de mulheres negras e mais pobres foram um deterioramento da condição de pobreza e de exclusão social, pois, para muitas, foi necessário sair de casa para alcançar algum espaço, ou seja, escolher entre algum trabalho e renda ou a proteção da vida e da família, vez que o contexto deveria ser o de isolamento para evitar a infecção pelo vírus (DIEESE, 2021).

No que concerne ao grupo de mulheres com maior escolaridade que puderam realizar seu trabalho em casa entre 2019 e 2020, o rendimento médio, por hora, aumentou. Entre as mulheres negras passou de R\$ 10,95 para R\$ 11,55 e entre as não negras, de R\$ 18,15 para R\$ 20,79.

Essa elevação deu-se, principalmente, por efeito estatístico, quando da saída de mulheres com menores rendimentos do mercado de trabalho e a permanência daquelas com maiores salários. A crise sanitária, econômica e social que vem sendo vivida pelas mulheres de forma mais intensa, reforçou a distância salarial entre homens e mulheres. Em 2020, os dados apontam que elas persistiram ganhando menos, mesmo quando ocupavam cargos de gerência ou direção. Para as mulheres, o valor da hora paga foi de R\$ 32,35 e para os homens, de R\$ 45,83. No que diz respeito ao cenário em que se percebia a mesma escolaridade, elas ganhavam, em média, R\$ 3.910 e eles, R\$ 4.910 (DIEESE, 2021).

Isto chama atenção para o fato de que boa parte do trabalho desenvolvido no mundo sequer é reconhecido como tal e é prestado pelas mulheres de forma inteiramente gratuita e naturalizada, apesar de sua importância social e econômica, pois o que coloca as mulheres em um contexto em que elas constantemente recebem menos é, justamente, a responsabilidade pela reprodução, presente nas entrelinhas do contrato social que sustenta o mito da precariedade racional da mulher.

Porém, a combinação dos cuidados com os filhos fora da escola, a preocupação com os idosos sob sua responsabilidade, assim como com os doentes, os afazeres domésticos e as longas e triplas jornadas de trabalho tenderam a agravar a situação material das mulheres.

Nessa dinâmica, os trabalhos referentes ao cuidado estão no topo da cadeia de precarização para as mulheres, sendo subsidiados por toda a elaboração do contrato sexual que divide e amplia as disparidades entre homens e mulheres, como aprofundaremos no tópico a seguir.

Nesse sentido, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), em pesquisa realizada no ano de 2020, mostrou que o desemprego, na pandemia, atingiu com mais força as trabalhadoras no Brasil, tornando a participação das mulheres no mercado de trabalho a menor em trinta anos. Há, dessa forma, mais mulheres fora do mercado de trabalho do que dentro dele, pois essa participação, que vinha em uma tendência de alta nas últimas três décadas, caiu para 46,3% entre abril e junho de 2020 (BARBOSA; COSTA; HECKSHER, 2020).

O registro pandêmico em decorrência da COVID-19, ao se expandir globalmente, gerou inúmeras mortes e promoveu, como medida de segurança para evitar o contágio entre as pessoas, o isolamento social, o qual confinou os detentores do espaço público ao privado, antes

reservado apenas às mulheres. As mulheres foram expostas nesse sistema também por ocuparem os trabalhos mais precarizados, sendo as maiores responsáveis pelas tarefas que envolvem o cuidado.

No Brasil, 92,6% da população feminina com idade acima de 14 anos, é responsável pela atividade doméstica e pelo cuidado de pessoas, despendendo uma média de 21 horas semanais com essas atividades, como informam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IPEA, 2020).

Para analisarmos esses dados, é necessário compreender que o sexismo, exerce “[...] sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZALES, 1984, p. 228), pois as relações de poder imbricadas em múltiplas estruturas dinâmicas, intersecciona uma instrumentalidade “[...] teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas [...]” (AKOTIRENE, 2018, p. 19).

Os números referentes ao trabalho doméstico e do cuidado que dizem respeito às mulheres negras, demonstram duplas jornadas de trabalho, incluindo as pagas, pelos serviços destinados ao cuidado no seu ambiente de trabalho e as não pagas, às quais são adicionados o cuidado de si, da casa e com seus familiares, em uma média de mais de 50 horas semanais de trabalho doméstico, respondendo por 63% do total de trabalhadores domésticos do país. Nota-se que a força de trabalho que se dedica ao cuidado de números crescentes de doentes é altamente sexista, racializada e etnicizada no Brasil e na maior parte do mundo (IPEA, 2020).

As mulheres representam, ainda, cerca de 70% da força de trabalho na área da saúde, o que revela a feminização dessa força de trabalho e as coloca no pelotão de frente do combate à doença e da possibilidade de contaminação pelo vírus, sem, contudo, trazer ao debate público as particularidades dos acúmulos de função historicamente sensorizadas às mulheres, o que permite o acentuamento da sua vulnerabilização (FIOCRUZ, 2010).

A título de exemplo, tem-se que a equipe de enfermagem brasileira é composta por 84,6% de mulheres, sendo que salário, de mais da metade desse contingente empregado não passa de R\$2.000,00 (dois mil reais), correspondendo à metade mais bem remunerada, o que as coloca junto com cerca de 80% da população brasileira com renda familiar *per capita* mais baixa. Temos, então, uma mulher possivelmente periférica, com acúmulo de jornada de trabalho, diretamente exposta às múltiplas desigualdades econômicas, também de gênero e de raça, lidando diariamente com as diferentes frentes de vulnerabilização expostas pela pandemia (COFEN, 2011).

Figura 24 – Enfermeira preparando-se para aplicar a vacina contra Covid-19



Fonte: imagem do acervo pessoal de Jacy Santos.

A pandemia, então, potencializa as vulnerabilidades já presentes no sistema, enquadrando as mulheres em funções de prestação de cuidado a crianças, doentes e idosos dentro e fora das instituições. Essa, inclusive, é uma manobra global, pois para “[...] quantificar ‘o valor inestimável’ das ‘cuidadoras do mundo’, uma pesquisa calculou que as contribuições não remuneradas das mulheres para os cuidados de saúde equivalem a 2,35% do PIB global – quase 1,5 trilhão de dólares” (SANTOS, 2021, p. 125).

Essa realidade tirou da invisibilidade a estrutura do cuidado, colocando-a sob holofotes, revelando, reiteradamente, a presença feminina como principal sustento da exploração capitalista, trazendo à tona as consequências dessa vivência de injustiças.

Figura 25 – Vacinação contra o novo coronavírus



Fonte: imagem do acervo pessoal de Jacy Santos.

Arrastou, assim, das margens para o ponto focal da imagem social a experiência das mulheres, cuja existência transpassa a precarização salarial, o racismo, a capitalização da reprodução e das demais vulnerabilidades, funcionando como ferramentas de controle no exercício social.

Logo, é necessário nortear os parâmetros que definem a formatação do registro social, ao se compreender o sistema enquanto pensado para dar preferência aos comportamentos que expropriam e exploram os sujeitos sociais relegados à margem. Em consequência, os trabalhos exercidos por esses sujeitos também sofrem marginalização, refletindo o afastamento da zona central de interesses. Com efeito, ainda que se remunere, por exemplo, o trabalho relacionado ao cuidado, faz-se isso sob a concepção de importância subsidiária, com resultado insuficiente.

Evidenciam-se, no entanto, no momento de crise epidemiológica, e dentro dos moldes dessa imagem, não apenas os problemas econômicos da estruturação social e política, norteadora do mundo moderno ocidental, incluindo países como o Brasil, mas, também, a

visibilização do fato de caberem às mulheres as tarefas essenciais subalternizadas, sem as quais o sistema ruiria.

Além disso, a organização social do cuidado convencionada a sua complexa rede de exploração em diferenças sociais diversificadas que, quando interligadas, aumentam o nível de precarização do trabalho reprodutivo, vez que países, como o Brasil, estruturam o trabalho doméstico a partir da origem colonial escravocrata, promovendo o racismo alicerçado na crença do colonizador de superioridade (AMADOR DE DEUS, 2019). Marca-se, assim, a formação social brasileira e a exploração do corpo negro, com a exclusão social, definindo o lugar de fundo especificamente delimitado às pessoas negras (NASCIMENTO, 2019).

As vulnerabilidades ficam, então, expostas no enquadramento pandêmico, moldadas à luz das opressões impostas pelo capitalismo neoliberal, expressas por meio da imbricação de inúmeros marcadores de diferenças, os quais acentuam a desumanização das mulheres que são atravessadas pelos apagamentos e pelas violências do sistema, exibindo as técnicas usadas para desvanecer as suas dores.

Compreender esse universo perpassa, então, pela noção de que, quem dita as regras de elaboração da fotografia social que estamos analisando, é quem, igualmente, figura como o assunto principal dela, incentivando uma reprodução de *status* social e de desigualdades derivadas da organização imposta às sociedades ocidentais, conforme as quais as mulheres sobram em vulnerabilidades e faltam em espaços de poder.

Pode-se exemplificar essa afirmativa recordando que, nas eleições brasileiras de 2018, menos de 32% das candidaturas no país foram de mulheres, apenas uma mulher foi eleita para o cargo de governadora no país e nas eleições de 2020, apenas 33,6% das candidaturas para os cargos municipais eram de mulheres (TSE, 2020), sendo que, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE, 51,8% dos brasileiros são mulheres (IBGE, 2020).

Nesse cenário de não ocupação pelas mulheres de posições de poder e do espaço público, é importante lembrar que elas estão em, apenas, 41,8% dos cargos de liderança e ganhando menos do que os homens que ocupam os mesmos cargos, pois, em média, as mulheres recebem 82,8% do rendimento recebido pelos homens. Para as mulheres negras a diferença é ainda mais intensa, vez que são as pessoas com maior taxa de desemprego no cenário pandêmico, atingindo 18,2% da taxa, enquanto mulheres brancas atingem o percentual de 11,3% e os homens brancos, de 9,5% (IBGE, 2020).

São, portanto, muitas as frentes que amplificam a desigualdade de gênero, aprofundando as suas diferenças de uma forma ainda mais aguda nesse momento de pandemia, razão pela

qual a análise dos privilégios materiais, sociais, individuais e coletivos que alimentam a normatização do racismo e do sexismo, sobrepostos e interconectados às demais categorias de diferenciação que atingem as mulheres, é fundamental.

O mundo social, público e político, em que pese ter sido composto por uma crônica visual que traz para a imagem sujeitos advindos de contextos diversos, concedeu oportunidades, vantagens e destaque apenas para um grupo seletivo de sujeitos políticos, masculinos e brancos, os quais, historicamente, dominam toda a métrica de formação da fotografia social, sustentando-se, contudo, da existência de sujeitos e trabalhos historicamente limitados à periferia.

Pensar a reorganização dessa imagem é perceber que “[...] a fotografia dá a entender que conhecemos o mundo se o aceitamos tal como a câmera o registra. Mas isso é o contrário de compreender, que parte de não aceitar o mundo tal como ele aparenta ser” (SONTAG, 2004, p. 33). A possibilidade de compreender está, então, conectada à habilidade de negar as imposições, de não aceitar a vinculação estrutural determinada. É, no contexto pandêmico, reivindicar a métrica da subalternidade, do apagamento, da violência econômica e social estrutural.

Não é mais possível aceitar “[...] fotos que em si mesmas nada podem explicar”, pois são apenas um convite inesgotável à especulação e à fantasia (SONTAG, 2004, p. 33). Essas irrealidades quando continuamente admitidas como reais, como o centro de interesses, alimentam os estereótipos que funcionam como mecanismo de subalternização de mulheres. Se “[...] toda foto tem múltiplos significados; de fato ver algo na forma de foto é enfrentar um objeto potencial de fascínio” (SONTAG, 2004, p. 33), faz-se imprescindível que o significado adotado da imagem social daqui pra frente seja o real, aquele que fere os interesses dos privilegiados, o real que no momento de crise pandêmica expõe, de forma bruta, as amarras do sistema.

Nessa nova composição, o plano de fundo da imagem hegemônica será não apenas revelado, mas trará a “[...] necessidade de confirmar a realidade e de realçar a experiência por meio de fotos” (SONTAG, 2004, p. 34). Não é mais uma opção admitir que a câmera social oculte mais do que revele a realidade. A organização social e, mais precisamente, a forma como ela se constrói, impactando diretamente as mulheres, passa a ser o assunto principal daqui em diante, trazendo para o centro dessa imagem a reprodução social como ferramenta indispensável para a manutenção da estrutura institucional que rege a vida em uma sociedade capitalista, especialmente no momento capitalista neoliberal em que se vive uma crise causada pela pandemia.

Por não ser o trabalho reprodutivo reconhecido enquanto trabalho, os corpos que o sustentam ficam à margem da contabilização do tempo de trabalho amplamente reconhecido nas sociedades capitalistas, pois é “[...] um trabalho desmedido, que não é limitado pelo tempo, que não tem fronteiras precisas”. É justamente a partir dessa noção de disposição natural do corpo feminino para um trabalho, não tratado como tal, que se popularizam as triplas jornadas das mulheres, “[...] trabalho fora de casa trabalho dentro de casa e trabalho afetivo de produção e vínculo nas redes de cuidado” (GAGO, 2020, p. 39).

Dessa forma, compreendendo que pensamento e ação dentro do sistema capitalista neoliberal são direcionados, necessariamente, por um corpo, a análise das consequências dessa estruturação decorre da maneira pela qual esse corpo explorado é tratado. Por esse motivo, é importante situar o corpo das mulheres nesse processo, pois nele se unificam experimentos, expectativas, recursos, sentidos e memórias coletivas, impostas pelo modelo social a ser seguido, o qual desenha, de maneira bem específica, a imagem social ideal, dentro dos parâmetros e das regras ponderados para o enquadramento das mulheres em um lugar específico e muito bem determinado.

O projeto de modernização basilar dessa construção social vinculou, então, de maneira orgânica, a expropriação e a exploração das mulheres, ao encobrir o modo predatório pelo qual o capital global articulou o patriarcado, o machismo e a discriminação de gênero, usando, como principal ferramenta, a domesticação do corpo das mulheres que as subordina e precariza para a realização do trabalho reprodutivo.

Por esse motivo, não existe preocupação com a proteção da vida humana nesse sistema de práticas concorrenciais. Enfrentar, então, o cenário desordenado de uma pandemia de proporções desastrosas, como a do novo coronavírus, que assola o mundo desde dezembro de 2019, torna-se ainda mais desafiador. O enorme contingente de pessoas vulneráveis desvela a insuficiência e a fragilidade do pensamento neoliberal alicerçado na indiferença.

A narrativa construída, em um primeiro momento, a respeito dessa disparidade foi elaborada com a finalidade de manter à sombra toda a teia de exploração do trabalho das mulheres, que sustenta a possibilidade de existência humana, pois essa perspectiva da imagem social foi encoberta. Porém, com o avançar da crise epidemiológica, ficou evidente a impossibilidade de continuidade desse alijamento, vez que “[...] as artes tradicionais da consciência histórica tentam pôr o passado em ordem, distinguindo o inovador do retrógrado, o central do marginal, o relevante do irrelevante” (SONTAG, 2004, p. 47), colocando, então, a reprodução no foco do debate, porque o ônus das escolhas estruturais pesa, demasiadamente, sobre as minorias, mais especificamente, nesse contexto, sobre as mulheres.

Assim, o surto viral traz à tona não apenas os problemas econômicos da estruturação social e política, norteadora do mundo moderno ocidental em que se incluem países como o Brasil, como também escancara o fato de que cabem às mulheres as tarefas essenciais subalternizadas, sem as quais o sistema ruiria. As vulnerabilidades ficam expostas, revelando que a política imposta pelo capitalismo neoliberal é opressora e se exprime por meio da imbricação de inúmeras categorias de diferenciação, acentuando a desumanização produzida em seu contexto.

Nesse mesmo caminho, em que se evidenciam o poder da hegemonia dominante e as armadilhas capitalistas e neoliberais no período pandêmico, Butler (2020, p. 62, tradução nossa²⁹) observa que determinados grupos sociais continuarão estimulando a prevalência de seus favorecimentos ao viverem “[...] às custas de outros, reinscrevendo a distinção espúria entre vidas dolorosas e ingratas, ou seja, aquelas cuja a costa será protegida da morte e aquelas vidas consideradas não dignas de proteção contra doenças e morte”. Analisar as vidas precárias e desumanizadas a partir das vulnerabilidades e em contraposição às vidas construídas por meio da importância social e da dignidade, é uma necessidade urgente.

Embora a pandemia ressalte uma vulnerabilidade global no sentido humano, pois todos estão suscetíveis a serem infectados pelo vírus, não é verdade que a exposição a ele seja equânime, assim como não é verdade que todos tenham o mesmo acesso à saúde, ou mesmo, à alimentação, a sistemas de saneamento básico e à moradia decente. Consequentemente, o valor das pessoas na formação social global que se vive hoje, é diferente, a depender do *status* que ocupam. Os trabalhadores subalternizados, notadamente as mulheres, são expostos por múltiplas formas nessa crise.

Observa-se que “[...] a supremacia branca, a violência contra as mulheres, pessoas *queer* e trans e a exploração capitalista encontram maneiras de reproduzir e fortalecer seus poderes em áreas pandêmicas” (BUTLER, 2020, p. 60, tradução nossa³⁰), especialmente afetadas pela racionalidade neoliberal e por todo o sistema excludente vigente. Há visibilidade à conjuntura de exploração da força de trabalho do cuidado durante a pandemia, em razão dos resultados catastróficos que atingem os sujeitos que o prestam. Os mais afetados pelo vírus são, também,

²⁹ “[...] a expensas de otros, volviendo a inscribir la distinción espuria entre vidas dolorosas e ingratas, es decir, aquellos quienes a toda costa serán protegidos de la muerte y esas vidas que se considera que no vale la pena que sean protegidas de la enfermedad y la muerte”. (p. 62)

³⁰ “[...] la supremacía blanca, la violencia contra las mujeres, las personas *queer* y trans, y la explotación capitalista encuentran formas de reproducir y fortalecer su poderes dentro de las zonas pandémicas” (BUTLER, 2020, p. 60).

os mais explorados pelo sistema econômico e social. A indiferença com que são tratados gera indignação e permite a permanência e a perpetuação das desigualdades.

Nesse cenário em que mulheres são a ponta expoente da subjugação e da servidão, o encolhimento produtivo durante a pandemia é uma consequência calculada, resultado do círculo de exclusões materiais e de oportunidade que marcam a existência das mulheres, sobretudo aquelas que carregam as intersecções das formas de opressões.

Dessa forma, concebe-se que “[...] o vírus sozinho não discrimina, mas nós, humanos, certamente o fazemos, moldados como somos pelos poderes entrelaçados do nacionalismo, racismo, xenofobia e capitalismo” (BUTLER, 2020, p. 62, tradução nossa³¹), permeados pela violência e pela exclusão de gênero histórica.

No contexto brasileiro, o problema é intensificado, pois, em que pese a economia brasileira figurar como uma das maiores da América Latina, a sua expansão jamais foi planejada para sustentar um mínimo existencial ao contingente social explorado e expropriado. Essa construção levou o desenvolvimento econômico brasileiro a ser perverso, ocasionando um largo aprofundamento das desigualdades sociais (VERBICARO, 2020).

Assim, a situação pandêmica ocorrida dentro da elaboração capitalista de mundo e de ação “[...] lançou ainda mais luzes à insuficiência do neoliberalismo. É imperativo recuperar a centralidade do debate sobre políticas de proteção social” (VERBICARO, 2020, p. 7), pois o aumento das massas empobrecidas e das disparidades sociais têm sido uma realidade indiscutível, consequência da motivação de auto empreendimento, largamente difundida pela lógica mercadológica.

Nesse mesmo sentido, Santos (2020, p. 10-11), ao analisar a situação caótica causada pelo vírus, denomina a pandemia como alegórica, pois movimentada consequências muito maiores do que a perda da saúde em si. O sentido é mais profundo, porque “[...] em tempos recentes, emergiu um outro ser invisível todo-poderoso, nem grande, nem pequeno porque disforme: os mercados”, cujo consumo desumaniza as relações, atrelando os próprios seres humanos à métrica do valor monetário.

Nessa analogia empreendida por Santos (2020, p. 11), os mercados são onipresentes, imprevisíveis, mutáveis e singulares na sua expressão global, ditando a conduta humana por meios diversos, sendo “[...] ao contrário do vírus, uma bênção para os poderosos e uma

³¹ “El virus por sí solo no discrimina, pero los humanos seguramente lo hacemos, modelados como estamos por los poderes entrelazados del nacionalismo, el racismo, la xenofobia y el capitalismo” (BUTLER, 2020, p. 62).

maldição para todos os outros”. Os mercados, tal como se impõem hoje, possuem três pilares, quais sejam, capitalismo, colonialismo e patriarcado, a tríade que sustenta o todo.

Essa tríade opera de modo mais injusto para as mulheres, mais ativamente para as mulheres racializadas, pois são excluídas da esfera política, diminuídas culturalmente, precarizadas em suas funções e expropriadas em todos os contextos econômicos e sociais, descentralizando a sua vivência, atividade e importância.

São, ainda, justamente essas mulheres que integram a parcela mais vulnerável de sujeitos sociais, sendo as mais atingidas, pois atuam como indivíduos historicamente destinados a realizar as funções reprodutivas. Entretanto, um olhar mais atento às relações vividas na esfera privada é posto em evidência, durante essa crise, em grande parte motivado pelo isolamento social imposto como medida de proteção de saúde – o qual pôde ser vivido unicamente pelos sujeitos privilegiados pelo sistema –, mas, também, pelas sequelas adversas que a exploração promovida pela ética capitalista sustenta (SANTOS, 2020).

Há, portanto, uma notável urgência em retomar a importância da solidariedade como propulsora do comportamento humano e de gerenciamento dos Estados, assim como é urgente a necessidade de reestruturar a importância do Estado social, categoricamente diminuído pela expansão neoliberal, vez que ambos são de vital importância para a participação social e para a inclusão material das mulheres na sociedade.

A operacionalização da reprodução obedece, então, uma lógica social vinculada às vulnerabilidades decorrentes das disparidades que valoram os agentes sociais de acordo com a sua capacidade de produção. Nesse sentido, gênero, raça, classe e os demais marcadores sociais são operados por uma organização social opressiva, na qual a disponibilidade de direitos e de bens é menor àqueles que são atingidos por tais intersecções.

Desse modo, a marginalização social e financeira incide com maior violência sobre as mulheres, especialmente as negras, em virtude de serem amplamente responsabilizadas pelo trabalho reprodutivo, assim como também são exploradas nas funções produtivas precarizadas, contando com a generificação de determinadas funções como a do cuidado, como um elemento central da racionalidade capitalista neoliberal, ainda que o próprio sistema negue tal dependência, equilibrando todas as perspectivas que sustentam as diversas camadas da fotografia social.

Essa realidade é acentuada durante o surto viral, o qual exacerba as fragilidades da estruturação baseada em alimentar hierarquizações. Os seres humanos, nessa lógica, são catalogados de acordo com um valor unicamente economicista, o que escancara a precarização da vida, do trabalho reprodutivo e da importância das mulheres na sociedade neoliberal atual,

demonstrando que a imagem social é produzida por meio de “[...] lascas fortuitas do mundo. Assim, tiram partido simultaneamente do prestígio da arte e da magia do real. São nuvens de fantasia e pílula de informação” (SONTAG, 2004, p. 43), e, assim, necessitam de um olhar “[...] obstinado, é um olhar que não só resiste à classificação e à avaliação tradicionais dos temas, como busca, de forma consciente, desafiá-las e subvertê-las.” (SONTAG, 2004, p. 47), para que possam então, ser questionadas e repensadas.

Esse é um aspecto ainda mais importante no cenário pandêmico vivido no Brasil desde o início de 2020, uma vez que, com os isolamentos como medidas necessárias para conter o vírus e com a falta de opção diante dos acontecimentos, as mulheres tiveram, necessariamente, que arcar sozinhas com toda essa demanda de trabalho, ainda que fossem, também, responsáveis pela demanda produtiva.

É por esse motivo que 50% das mulheres brasileiras, de acordo com dados do relatório “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia” da plataforma Gênero e Número, passaram a cuidar de alguém na pandemia, sendo que 72% delas afirmou, ainda, que houve um aumento da necessidade de monitoramento e companhia a quem era cuidado. Isso demonstra a profundidade humana desse tipo de tarefa que simplesmente não tem com ser robotizada ou mesmo mecanizada. Além disso, 41% das mulheres que continuaram trabalhando nesse período com manutenção de salário, afirmaram que o trabalho foi ainda maior e mais estafante na quarentena. Entre as mulheres que afirmaram essa situação, 55% são brancas e 44% são negras, concluindo-se, portanto, que continuar empregada, nesse período, faz parte do pacote de privilégios de mulheres brancas em favor das mulheres negras (BIACONI, 2020).

É, também, em razão desse tipo de cenário que a ONU Mulheres (2020, p. 2), ao analisar as dimensões de gênero na pandemia de COVID-19 na América Latina, concluiu que as mulheres são centrais na luta contra o novo coronavírus “[...] como socorristas, profissionais de saúde, voluntárias da comunidade e prestadoras de cuidados, além de serem desproporcionalmente afetadas pela crise”, pois são elas que se encontram na linha de frente no cuidado com crianças, idosos e doentes de forma geral “[...] e assumem custos físicos e emocionais, além de um maior risco de infecção na resposta à crise. É essencial atender às necessidades imediatas das mulheres na primeira fila da resposta”. Esse fato levou à conclusão da organização de que “[...] garantir a dimensão de gênero na resposta requer alocar recursos suficientes para responder às necessidades de mulheres e meninas”.

Figura 26 – Enfermeira atuando na linha de frente contra a Covid-19



Fonte: imagem do acervo pessoal de Jacy Santos.

Nesse sentido, o trabalho não remunerado – ou precariamente remunerado – do cuidado é um subsídio central para a economia. Quando pensamos sobre esse trabalho em um contexto de crise, nos confrontamos com a dura realidade da fragilidade econômica ainda mais aguda para as mulheres. O Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR), por exemplo, revela que as famílias brasileiras que recebem entre 0 e 2 salários-mínimos tendem a ser até 20% mais afetadas pela crise da COVID-19 do que aquelas das classes média e alta (THINK OLGA, 2020).

Como já apontado, as mulheres são as que ganham menos, são as que primeiro saem do mercado de trabalho quando uma crise acontece e são as mais exploradas em resposta à desvalorização histórica dos cuidados tratados como informais. A esfera doméstica, pouco valorizada socialmente, reflete a logística da desigualdade imposta pelo sistema. Corroboram com essa análise os dados do IBGE (2020), conforme os quais, embora as mulheres já trabalhem o dobro de horas do que os homens em tarefas domésticas, esse cenário agrava-se quando se

leva em consideração que o abandono parental também é uma prática comum nesse modelo de sociedade, o que leva a existir no país mais de 11 milhões de mães solo.

As mães também recebem cerca de 40% a menos do que mulheres sem filhos no mercado de trabalho. Por todas as dificuldades impostas pelo mercado formal para a condição naturalizada de cuidadoras que o próprio sistema desenhou para as mulheres, elas acabam migrando para o empreendedorismo depois de a maternidade se tornar um impedimento no mercado. Os dados sobre o assunto mostram que 48% das mães ficam desempregadas nos primeiros 12 meses após terem seus filhos, de modo que a maternidade costuma ser o motivo para 75% das mulheres abrirem seu próprio negócio. Assim, na realidade brasileira, 4 em cada 10 lares são chefiados por mulheres e, desse universo, 41% são donas de negócios próprios (THINK OLGA, 2020).

A realidade da precariedade do trabalho de cuidado afeta, ainda, as trabalhadoras domésticas de maneira extremamente grave, como nos revela o relatório de vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil, realizado pelo IPEA (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020, p. 7):

As trabalhadoras domésticas representam, hoje, cerca de 6 milhões de mulheres no Brasil, o que corresponde a quase 15% das trabalhadoras ocupadas (10% das brancas e 18,6% das negras). O emprego doméstico se revela, portanto, de enorme importância não apenas para um conjunto particular de mulheres, que encontra nesta profissão uma de suas únicas alternativas de renda, mas também para a organização da sociedade brasileira. Isso porque, ainda que o trabalho de cuidados e de reprodução da vida seja de responsabilidade ampla – de família, do Estado e do mercado –, é forçoso reconhecer que, no Brasil, retirando-se um insuficiente esforço de oferta de creches públicas, praticamente inexistem políticas públicas ou iniciativas empresariais destinadas a compartilhar os cuidados e torná-los uma responsabilidade social. O trabalho doméstico e de cuidados segue, assim, sendo de responsabilidade das famílias, e, nestas, das mulheres (elas integrantes das próprias famílias ou contratadas para este fim).

A vulnerabilidade do trabalho exercido na esfera doméstica possui um caráter duplo. O primeiro eixo está associado ao fato de essas mulheres estarem mais expostas à circulação do vírus, pois trabalham nos interiores das residências, lidando, diretamente, com as famílias e, muitas vezes, sendo responsáveis até pelo cuidado com a higiene de outras pessoas, ressaltando-se, nesse ponto, que a primeira morte causada pelo novo coronavírus no Brasil foi a de uma mulher negra, empregada doméstica, infectada em serviço. Como a maior fonte de transmissão do vírus acontece por meio do contato social entre os corpos humanos, o contato aberto que esses trabalhos demandam, tornam, obrigatoriamente, essas mulheres mais expostas ao contágio. Ao serem mantidas rotineiramente em suas funções no contexto empregado, tornam-se fonte de potencial circulação e disseminação do vírus (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020, p. 10).

O outro eixo de vulnerabilidade experienciado por mulheres que estão nessa condição é a ausência de proteção social, inexistindo um apoio estatal, no sentido de reposição de renda, em casos de demissão ou de doença. Portanto, demandar isolamento social de trabalhadoras que, na imensa maioria dos casos, não possuem a formalidade de seu trabalho reconhecida, torna-se um problema. As opções destinadas até o momento para lidar com essa realidade na pandemia foram “[...] o auxílio emergencial e, em menor medida, benefício emergencial de preservação do emprego e renda, disponibilizadas pelo governo federal”, porém, duraram poucos meses e logo essas mulheres ficaram sem subsídio algum (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020, p. 10).

Não podemos esquecer também que, por não desfrutarem das mesmas possibilidades financeiras e sociais dos demais trabalhadores no mercado, os seus direitos trabalhistas também são fragilizados, como nos mostra a análise do relatório do IPEA (PINHEIRO; TOKARSKI; VASCONCELOS, 2020, p. 13):

No caso das mensalistas, uma parcela mais expressiva de mulheres contava com carteira de trabalho assinada (43,5%, em 2018), o que as assegura, ao menos, o benefício do seguro-desemprego, no caso de demissão, e o auxílio-doença, no contexto da pandemia. É preciso considerar, contudo, que seguimos falando que mais de metade das trabalhadoras domésticas mensalistas (56,5%) tem seus direitos trabalhistas e previdenciários negados por empregadores, os quais descumprem a legislação e sofrem pouca fiscalização para alterar esse comportamento. Para quase seis trabalhadoras mensalistas em cada dez, o futuro, diante da Covid-19, é de incerteza e medo, no que se refere à manutenção de algum tipo de renda, caso sejam demitidas ou adoçam – sem mencionar, obviamente, as enormes dificuldades de acesso ao sistema de saúde para tratamento, os quais já se encontram colapsados ou parcialmente colapsados em boa parte do país.

Muitas são as frentes articuladas para a exploração sofrida pelas mulheres nesse processo de subordinação. O capital explora o trabalho doméstico tanto quando ele é fornecido de maneira gratuita e intrafamiliar, quanto quando ele é remunerado. Essa é uma modalidade de atividade crescente e contínua, prevendo-se que “[...] em 2050, o Brasil terá cerca de 77 milhões de pessoas dependentes de cuidado, pouco mais de um terço da população estimada, entre idosos e crianças, segundo dados do IBGE”. Não se pode esquecer que 90% do trabalho de cuidado no Brasil é feito informalmente pelas famílias e desses 90%, quase 85% é executado por mulheres, sendo que, em média, uma mulher no emprego doméstico no Brasil ganha 78,44% do rendimento de homens que exercem as mesmas funções (OXFAM, 2020, s/p).

A desvalorização histórica dos cuidados não está centrada apenas no trabalho doméstico em si, mas em todo tipo de trabalho que remete a funções primeiramente determinada às mulheres – como o caso da enfermagem, já destacada em seção anterior. Nesse eixo também

se encontram os serviços gerais, inclusive os executados em hospitais, os que estão ligados à educação primária, e às creches, entre outros.

Figura 27 – Chegando para o trabalho às 05:00 da manhã, durante a pandemia de Covid-19, no ano de 2020, sem receber auxílio-emergencial



Fonte: acervo pessoal da autora.

Os profissionais da limpeza, assim como os de saúde, também atuam na linha de frente na luta contra a Covid-19, porém, a categoria não recebe o devido destaque. Segundo a Federação Nacional das Empresas Prestadoras de Serviços de Limpeza e Conservação (Febrac), existem 1,6 milhão de trabalhadores responsáveis por esse tipo de serviço. Durante a pandemia, o setor perdeu quase 55 mil postos de trabalho em razão de afastamentos por contágio da doença e a crise econômica (CEBRASSE, 2020).

Como revelam dados fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação de Cubatão, Praia Grande, São Vicente, Santos, Guarujá e Bertioga (Sindilimpeza), 80% da categoria de asseio e conservação, é de mulheres, sendo 90% delas mulheres pretas ou pardas, continuamente selecionadas para as atividades mais precárias (COUTINHO, 2020).

Da mesma forma, no setor que é responsável pela educação primária, o Relatório Perfil do Professor da Educação Básica do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) mostra que 80% do corpo docente é formado por mulheres e, embora, na contagem geral, haja uma maioria de mulheres como professoras, o “[...] perfil de predominância vai-se alterando à medida que progredem as etapas de ensino, ou seja, predominância marcadamente feminina no ensino infantil e anos iniciais do ensino fundamental, com crescimento gradual da participação masculina nas etapas finais”, lembrando-se que, quanto mais primária a educação, menores os recursos destinados a ela. Toda essa amostra de dados reafirma a posição de desvantagem das mulheres em todos os setores que mantenham algum tipo de ligação com as tarefas de cuidado, destinadas às mulheres, em tom de subalternização e precariedade (INEP, 2018).

Portanto, como as análises estatísticas revelam, além da invisibilidade política, da normalização cultural e da exclusão do modo de produção doméstica para efeitos de reconhecimento do mercado, a reprodução e os cuidados são colocados com menor relevância produtiva ou valor econômico. A jornada de trabalho das mulheres é sistematicamente mais longa, extenuante e mal remunerada que a dos homens.

Fazer essa análise a partir do Brasil, requer, ainda, dimensionar as relações de exclusão e desigualdades referentes à raça, o que será feito na próxima seção, pois as mulheres negras são as que mais sofrem com essa realidade ao figurarem na base da pirâmide social, sustentando a lógica capitalista com os trabalhos mais precarizados, além de configurarem os sujeitos sociais com maior número de direitos e liberdades cassadas, vez que o racismo estrutural as empurra para o lugar de subalternidade na imagem social naturalizada.

5 MULHERES NEGRAS E O PESO DA CADEIA SOCIAL: A OPRESSÃO EM MÚLTIPLAS EXPOSIÇÕES

Nas seções anteriores, trabalhamos com as perspectivas que levaram as mulheres a serem mais impactadas pelas crises econômicas e sociais que ocorrem no sistema capitalista neoliberal, ocasião em que se evidenciou que, a um grupo específico de mulheres, as negras, inúmeras opressões são impostas ao mesmo tempo. Essa característica leva esse grupo a suportar o peso da cadeia social de forma mais desigual e violenta.

As mulheres negras estão, constantemente, à margem da imagem social, ainda que sejam o corpo a sustentar toda a sociedade capitalista tal como é disposta, a partir da exploração e da expropriação do corpo negro. Nesta seção, vamos centrar a nossa preocupação em estudar de que forma esse caminho se construiu na sociedade brasileira e como afeta as mulheres no momento atual de calamidade sanitária, de crise econômica e de insegurança social.

Para tanto, a discussão sobre o racismo entranhado na sociedade brasileira será o fio condutor da argumentação, aliado ao sexismo e ao classismo como formas de subalternização que já discutimos desde a segunda seção do trabalho, ao tratarmos do desenvolvimento do sistema capitalista no Brasil. Contudo, compreender a maneira ardilosa como o racismo se perpetra em território brasileiro é indispensável para entender por que a mulher negra é exposta a múltiplas exposições opressivas.

Na imagem social vigente, em um primeiro plano, o racismo muitas vezes não é notado por pessoas brancas, o que acontece porque “o travesseiro do pacto racista é quentinho” (AMADOR DE DEUS, 2019, p. 45). Não se questiona sequer a sua existência. Ele está lá. A sociedade também. As práticas segregacionistas, que tratam o corpo negro como aquele que os brancos não são, sendo assim, o outro do eu universal branco, eurocentrado, colonizador, são repassadas por gerações, “[...] o racismo é um fenômeno que tem como um de seus suportes a crença na naturalização da superioridade do colonizador e, em consequência, na existência de grupos naturalmente hierarquizados” (AMADOR DE DEUS, 2019, p. 45).

Negritude, nesse contexto, é um fenômeno construído na diáspora africana histórica³², em que aqueles que foram arrancados à força e trazidos para a América, foram também

³² A diáspora africana histórica no continente americano decorre do processo de colonialismo europeu, do tráfico transatlântico e do processo de escravidão. As principais características que distinguem essa diáspora, como uma formação global, de outros grupos socialmente diferenciados são as seguintes experiências históricas: migração e deslocamento geossocial – a circulação da população –, opressão social – relações de dominação e subordinação –, resistência, luta e ação política e cultural (AMADOR DE DEUS, 2020, p. 52).

destituídos da sua humanidade, impelidos como se fossem coisas, máquinas, mercadoria “[...] no caso do corpo negro, a maior tensão encontra-se no aspecto social: é o corpo marcado pelo racismo” (AMADOR DE DEUS, 2020, p, 47).

No processo da diáspora, os homens e as mulheres que cruzaram o Atlântico desamparados, assistiram à sistemática e traumática ruptura da sua ancestralidade, sendo subjugados pelas imposições civilizatórias do colonialismo, as quais rompiam violentamente os laços de linhagens que os agregava (AMADOR DE DEUS, 2020, p. 49).

Esse modelo de violência e exclusão desenhado pelo colonialismo está impregnado na educação, nas políticas, no desenvolvimento social e em todas as instâncias da vida, cabendo destacar a importância de compreender o que o sociólogo peruano Aníbal Quijano (2005) chama de colonialidade, pois o colonialismo, ainda que tenha acabado como sistema político, permanece presente nas mentalidades como colonialidade.

Quijano (2005) entende o sistema capitalista de poder na modernidade como fornecedor de uma percepção histórica da inseparabilidade da racialização e da exploração constitutiva da estrutura hierárquica de poder nas sociedades colonizadas.

A branquitude torna-se, dessa forma, o escudo protetor dos privilégios e a arma afiada perpetradora da violência desumanizante que vê, no colonialismo, o seu berço de nascimento, quando cria as diferenciações de raça determinantes para a padronização da dominação e da exploração, por meio da colonialidade do poder (QUIJANO, 2005). Nessa perspectiva, a sociedade brasileira permanece perpetuando estereótipos advindos de uma sociedade colonizadora e imperial, cuja narrativa eurocentrada busca dissolver os sujeitos plurais, engolir a vivência e a cultura dos que não fazem parte do pacto hegemônico.

Na história que se desenrola em solo brasileiro, o povo africano, no período da escravidão, não tinha, no espaço jurídico, um lugar humano, pois era apenas semovente³³, como entendido pelo direito de propriedade, o que significa que os africanos homens, mulheres e crianças não eram considerados humanos, compreendidos apenas como propriedades, destituídos de qualquer humanidade (AMADOR DE DEUS, 2019).

A realidade, permeada pelo racismo, constrói uma rede social no país perpetuante dessa discriminação por motivo de raça, implicando na forma econômica e cultural com a qual o corpo negro é tratado. Em plena década de 50, apenas 70 anos atrás, a discriminação em anúncios de empregos era literalmente insolente “[...] sancionada pela lei consuetudinária. Em

³³ Ser ou coisa animada que se move por si mesma e é susceptível de afastar-se de determinado lugar.

geral os anúncios procurando empregos se publicavam com a explícita advertência: ‘não se aceitam pessoas de cor’” (NASCIMENTO, 2016, p. 97).

Ainda que uma lei tenha sido editada para proibir o racismo desavergonhado, a discriminação difusa, presente no *modus operandi* social, permanece não apenas ativa, mas pulsante, a ponto de moldar as ações humanas na sociedade brasileira, sempre norteadas pelo padrão da discriminação. A diferença pode ser sutil para quem pratica o racismo, mas não é nada sutil para quem sofre e permanece vivendo na margem social da imagem hegemônica.

As leis contra o racismo não são devidamente cumpridas e a estrutura social continua engolindo o povo negro de forma não apenas simbólica, mas também material; antes os anúncios eram mais diretos, agora tornam-se mais sofisticados e eufêmicos, mas não menos excludentes e violentos (NASCIMENTO, 2016, p. 97).

O fator racial é determinante para a posição social e econômica que os agentes sociais ocupam, interligando os processos de exclusão e de expropriação aos quais essa população é submetida, ao mesmo tempo em que se nega o racismo como fundamento desse caminho de exploração, “[...] nesta teia, o afro-brasileiro se vê tolhido de todos os lados, prisioneiro de um círculo vicioso de discriminação – no emprego, na escola – e trancadas as oportunidades que lhe permitiriam melhorar as condições de vida” (NASCIMENTO 2016, p. 101).

Pensar um Brasil como democraticamente racial, portanto, é não compreender o racismo evoluído ao estilo brasileiro, em um primeiro momento, para os brancos, não tão óbvio quanto em outros países que desenvolveram *apartheids* sociais explícitos, porém, “[...] institucionalizado, de forma eficaz nos níveis oficiais de governo, assim como difuso e profundamente penetrante no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país” (NASCIMENTO, 2016, p. 111).

Desde o processo colonizador, portanto, as bases das sociedades latino-americanas foram erguidas sobre o estabelecimento da branquitude, enquanto “[...] apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social” (BENTO, 2002, p. 5).

A colonização descivilizou o colonizador ao criar o conceito de raças para que pudesse operar, revelando ao mundo as atrocidades realizadas nas colônias e aceitas na formação das sociedades escravistas; não houve “[...] contato humano, somente relações de dominação e de submissão que transforma o homem colonizador em vigilante, em suboficial, em feitor, em anteparo, e ao homem nativo em instrumento de produção” (CESAIRE, 2010, p. 27).

O empreendimento colonial, então, pode ser visto como um complexo econômico cujo marco central, uma nova racionalidade econômica e política, foi instaurada e reverberada para o mundo com o status de universalidade. A margem produz para o centro. Essa armadilha cria o conceito de civilização e impõe esse conceito às colônias. A colonização não foi evangelização, educação formal, extensão do direito ao povo; houve, ao contrário, pirataria, roubo, comércio advindo do trabalho forçado e o alargamento da exploração econômica em escala nunca vista antes (CESAIRE, 2010, p. 29).

Uma das consequências dessa arquitetura política, econômica e ideológica foi o racismo, cujas vítimas foram os povos originários e os negros. Não houve um só valor humano na forma como o povo negro foi tratado (CESAIRE, 2010, p. 30).

O empreendimento colonial e imperialista permanece, no momento atual, em outras bases, inclusive nas tecnológicas, em processos políticos e econômicos que não buscam construções coletivas, nem de convivência, nem política, não há implementação de ações políticas, nem de projetos coletivos que considerem as diferenças e as diversidades, o contraditório e a escuta atenta e afetuosa (CESAIRE, 2010, p. 42).

Negritude, para Césaire (2010), é compreender, com olhar minucioso e crítico, a maneira como as práticas culturais da África não foram respeitadas e fundar o conceito de negritude de forma positiva, não mais como algo inferior. A categoria raça é de análise social e não ideológica, a luta antirracista mira a desracialização dos povos para que não sejam mais identificados por essencializações.

É necessário conhecer e questionar a história, pois, para pensar a superação da condição de subalternidade, é importante entender os processos que levaram a ela. Por essa razão, falar sobre a negritude como algo positivo é importante; a representação hegemônica que se coloca central é atravessada por esse novo discurso necessário para repensar toda a base cultural e ideológica em que está assentada a sociedade (AMADOR DE DEUS, 2019).

O pacto racista, no entanto, caminha com o sexismo, exercendo “[...] sua violência simbólica de maneira especial sobre a mulher negra” (GONZALES, 1984, p. 228). As bases das sociedades latino-americanas são edificadas sobre o estabelecimento da branquitude³⁴. Em um cenário construído histórica e culturalmente para calar as vivências dos sujeitos não

³⁴ Conceito definido por Bento (2009), como característica da identidade do branco brasileiro, a partir das ideias sobre branqueamento. Aprofundando esse sentido, Cardoso (2017) afirma que o negro representava um problema que a sociedade moderna brasileira gostaria de esquecer, sendo a forma escolhida para tanto, o apagamento, a partir da miscigenação e da elevação dos privilégios dos não negros, fazendo com que o povo negro estivesse na categoria de outro, em relação ao branco como ser universal.

brancos, há opressões cruzadas, que identificam nos binarismos identitários uma das raízes do problema.

As mulheres negras têm suas vivências, saberes, cultura e liberdade cerceadas em razão de um determinismo histórico, desde a colonização do Brasil, pensado em diferentes frentes, para subalternizar os seus interesses e necessidades e desabilitar a sua presença no espaço público brasileiro. O racismo, neste cenário, é instrumento essencial a permitir esse modelo de estruturação segregacionista.

No que concerne às mulheres negras, lembra-se a experiência narrativa brasileira de vivência do capitalismo, “[...] os escravizados nunca tiveram possibilidade de acúmulo significativo de capital” (BERTH, 2019, p. 74). A estratégia de dominação e de aniquilamento social perpassa pela exploração vivida, trazendo para esse campo um elemento essencial de opressão, pautado na hierarquização da raça e, também, do gênero.

Teles (1999) destaca que a mulher negra, na colônia, foi geradora de mais-valia para a acumulação primitiva de capital à elite escravocrata de forma incalculável, sendo submetida a um duplo mecanismo de degradação, baseado na repressão de raça e de classe. Por isso, em virtude de sua vivência histórica em moldes diferentes das mulheres brancas, como já explicitado na primeira seção, a partir da raiz escravocrata, perpetuada no Brasil ao longo de três séculos, as mulheres negras são submetidas a uma exclusão sistemática, com raiz institucional no racismo estrutural e nos processos históricos de negação de direitos, materialidade econômica e objetificação.

Nesse sentido, Gonzales (1988), como veremos na subseção 5.1, ressalta o mito da democracia racial como mais prejudicial às mulheres negras, pois é através desse mecanismo institucional de negação e de violência, que a desumanização da mulher não branca ocorre. A autora evidencia, ainda, o resultado dessa exclusão histórica como sendo uma mistura do estereótipo da mulata com o da doméstica, a partir da figura da mucama do período colonial, sendo esse o espaço reservado pela sociedade brasileira a essas mulheres - o de serem exploradas como força de trabalho braçal e, também, sexual.

Quando mulher é tomado como um conceito universal, cuja opressão fala em nome coletivo ao sistema de domínio do Estado, sem levar em consideração as iniquidades de gênero que atingem, exclusivamente, as mulheres negras, alimenta-se o sistema de cerceamento da autonomia e da relevância das pessoas enquanto sujeitos, nesse caso, especificamente da mulher negra, como bem advertiu Akotirene (2018), pois gênero, aqui, circunscreve-se ao corpo negro, proveniente de uma história sem privilégios e nutrido de negações unicamente em razão da cor da pele e do significado de poder que esse fato implica.

Para ilustrar esse entendimento, Ribeiro (2018, p. 45-46) defende “[...] que trabalhar fora, sem autorização do marido, por exemplo, jamais foi uma reivindicação das mulheres negras ou pobres”. As atividades e as relações sociais das mulheres precisam ser interpretadas conforme os seus contextos, de modo a torná-las analiticamente visíveis no âmbito das reivindicações nos espaços públicos.

Depreende-se, dessa forma, e com clareza, a necessidade de salientar a luta das mulheres na sociedade brasileira pela reivindicação de pertencimento e de papel relevante na esfera pública, como meios para superar as desigualdades geradas pela histórica hegemonia masculina, mas, também, pela superação do apagamento sistêmico da mulher negra, por meio de complexos de opressão secularmente implementados, como é o caso do racismo (CARNEIRO, 2011).

Figura 28 – Ivânia, hostilizada pela polícia por lutar por sua comunidade no despejo ilegal do CCBB em Brasília



Fonte: acervo pessoal da fotografa Scarlett Rocha

Reconhecer a fonte dos privilégios brancos como metodologia para a exploração dos corpos negros, o que coloca a mulher negra na base da pirâmide social, é pauta essencial da

resistência das mulheres ao exílio do espaço público e do trabalho, pois a discussão sobre a exclusão delas das esferas de poder as atinge de forma multifacetada e multiexperienciada.

Entretanto, como aponta a crítica feminista negra latino-americana de resistência, a edificação desses Estados, localizados nessa composição histórico-colonial como racistas, está intimamente ligada a outras vias opressivas, tais como o sexismo e o classismo, implicando em uma estruturação social e institucional de exclusão, cuja decorrência atinge as mulheres negras de forma mais violenta.

Em um primeiro momento, nesta seção, discutiremos as práticas diárias segregacionistas, que tratam o corpo negro como aquele que nós não somos, sendo, assim, o outro do sujeito universal branco, eurocentrado, colonizador, repassadas, de geração em geração, na formação histórico-cultural do Brasil. O pacto racista é, portanto, amplamente presente na sociedade brasileira, que não se preocupa com as suas consequências (QUIJANO, 2005).

Focaremos na forma interligada com que o pacto racista se desenvolve, permitindo o progresso do racismo estrutural, porém, escondido por trás da máscara do mito da democracia racial, desenvolvendo, então, uma lógica de superioridade que busca diminuir a importância de todas as contribuições negras à formação da identidade brasileira. Nesse sentido, o mito da democracia racial, no contexto brasileiro, funciona como uma ferramenta fundamental para a perpetuação dos privilégios brancos, utilizando a falácia da meritocracia como discurso de igualdade de condições e oportunidades, como veremos, em um segundo momento, nesta seção.

É importante, dessa forma, olhar a partir de todos os sentidos para quais condições estruturais e quais ferramentas são necessárias para socorrer as mulheres negras. Essa é fundamentação necessária para a interseccionalidade buscar respostas metodológicas tomando a experiência das mulheres negras e a produção das mulheres negras, pois, dentro do projeto feminista negro, a primeira base é assentada em reconhecer que há uma tradição de luta contra essas instituições e a segunda, é compreender a dimensão de luta política e teórica, pois é necessário lidar com bases epistêmicas que não são as consolidadas pela tradição universalista hegemônica (AKOTIRENE, 2018, p. 23).

Mulheres negras são as outras das outras, pois são pensadas a partir da oposição às mulheres brancas, que já são consideradas socialmente excluídas, porém, com certos privilégios e não como menos humanas, ou não normativas, ou mesmo não dignas de respeito algum por parte do Estado, como ocorre com as mulheres negras. É, portanto, importante para a análise dessas tecnologias sociais, absorver da fonte do feminismo negro e das epistemologias não eurocêntricas, imperiais.

Há uma formação política densa independente do paradigma eurocêntrico. Hoje se conhecem as contribuições feministas negras, pós-coloniais, descoloniais e valoriza-se a América Latina como um campo produtor de conhecimento, assim como o continente africano. Para que seja possível pensar os problemas que afetam, interseccionalmente, esses agentes sociais, é imprescindível recorrer, como ferramentas teóricas, às contribuições elaboradas por essas pensadoras.

Pensar da margem para o centro é, neste prisma, uma escolha metodológica, pois compreende a mudança de perspectiva sobre o poder, colocando os explorados e os oprimidos para planejarem e determinarem a sua própria libertação, pois “[...] uma das formas mais importantes de poder exercida pelos fracos é ‘não aceitar que os poderosos os definam antecipadamente’” (HOOKS, 2019, p. 141).

A importância do pensamento e do olhar de quem está à margem, para conseguir enxergar a completude da situação, decorre do fato de, quem está no centro, ser grande justamente porque não vive as situações sociais de exclusão e não consegue enxergar os outros lugares sociais. A teoria feminista, por muito tempo, foi pensada por mulheres do centro, dessa forma, quando uma mulher da margem se coloca a pensar tanto a periferia quanto o centro, ela dialoga com a completude das relações e traz uma visão muito mais enriquecedora (HOOKS, 2019, p. 138).

Assim, rejeitar as ferramentas críticas fornecidas por quem sempre vivenciou o poder é um marco a ser usado nesta seção, uma vez que “[...] muitas mulheres pobres e exploradas, sobretudo as de cor, não teriam sido capazes de desenvolver conceitos positivos sobre si mesmas se não tivessem exercido o poder de rejeitar as definições sobre suas realidades”, conteúdo esse elaborado pelos poderosos e usado, unicamente, a seu próprio favor (HOOKS, 2019, p. 141).

Assim, a forma como os corpos negros são descritos, pensados e impostos na sociedade precisa de reflexão crítica, assim como de análise histórica, pois, é imprescindível compreender porque são estruturalmente subalternizados e materialmente privados de exercerem a sua existência nos espaços de exercício de poder.

Nesse contexto, analisaremos também os mecanismos utilizados para o controle do espaço público, o qual contempla apenas os indivíduos colonizadores universalizados a partir do eurocentrismo hegemônico, desumanizando o colonizado como metodologia de domínio, alimentando, ainda, várias formas estereotipadas de existência da mulher negra na sociedade, as quais são identificadas como imagens de controle.

Figura 29 – Beatriz White



Fonte: Acervo pessoal da fotógrafa Ana Lu Rocha.

É em resistência a esse processo que determinadas classes de brasileiros têm dificuldade de entender, por exemplo, por que as empregadas domésticas precisavam da Emenda Constitucional 72/2016 (BRASIL, 2016) – conhecida como PEC 66/2012, das domésticas –, uma vez que as colonialidades impressas, impregnadas nos agentes sociais de classes alta e médias brancas brasileiras, sustentam a imagem da eterna necessidade da empregada doméstica, visualizada como a mulher negra serviçal. Essa dependência é resquício de um sistema escravagista, de um regime de escravatura baseado no trabalho braçal que, neste continente, era feito pelos africanos e seus descendentes.

A premissa fundamental, portanto, é a de que as mulheres negras são propositalmente deixadas à margem das estruturas de poder, sendo alijadas do espaço público por meio do desenvolvimento de uma hierarquização sistematizada, repassada de geração em geração, desde o período colonial, resistindo inclusive às grandes mudanças políticas contextuais, porquanto se encontra sobreposta ao funcionamento social, visando impedir, por todos os mecanismos de manipulação, a contestação dessas mulheres à esfera pública, de poder e de trabalho não precarizado, a proteção dos seus direitos, o pertencimento de sua humanidade, a proteção da sua vida em tempos pandêmicos e a compreensão do alijamento que as estruturas de poder promovem às suas vivências.

Esse cenário foi profundamente agravado no período da pandemia de Covid-19, pois são essas as mulheres que mais sofrem os impactos sociais e econômicos da crise do novo coronavírus, fato este que será demonstrado por intermédio da análise de inúmeros dados e pesquisas que buscam demonstrar tal realidade, no último subtópico desta seção.

É para o centro dessa imagem, em um momento de crise absoluta, que a narrativa das mulheres negras é realocada nesse estudo, mostrando a realidade de abnegação, exploração, estereotipização e violência material à que são expostas na pandemia do novo coronavírus, mas também, a importância da resistência promovida por elas, que reivindicam constantemente o espaço na estrutura de que são retiradas, movendo-se contra os meios utilizados pelo sistema capitalista neoliberal, dispostos para a sua exploração e apagamento.

5.1 O CONTROLE DOS CORPOS NEGROS COMO EXPRESSÃO DE PODER

Um dos mecanismos propagados pelo sistema para o controle dos corpos negros são as múltiplas possibilidades de ditar limites sobre eles, colonizando o poder de forma violenta em diferentes frentes, mais enfaticamente no desenho das fronteiras de como o corpo negro pode ser visto e compreendido. São formas pensadas para ditar as únicas maneiras possíveis de

existência negra, naturalizando estereótipos excludentes e violentos, promulgando formas de opressão que visam, a nada menos, que o controle sobre a existência desses agentes sociais.

A expressão de poder, então, circunscreve-se à maneira como as opressões são desenhadas nas sociedades capitalistas neoliberais, entendendo-se opressão como um conceito que se aplica a qualquer circunstância injusta em que, sistematicamente e por um período prolongado, um grupo nega a outro o acesso aos recursos da sociedade (COLLINS, 2019, p. 33).

Para as mulheres negras, essa forma de controle aconteceu conectada ao domínio dos seus corpos, que ocorreu de maneira específica, a partir da exploração do trabalho a elas determinado, da dimensão política que lhes negou os direitos e os privilégios garantidos aos cidadãos brancos e das imagens de controle desenvolvidas durante a escravidão, ainda hoje aplicadas, atestando a dimensão ideológica da opressão (COLLINS, 2019, p. 34-35).

Os estereótipos negativos têm sido fundamentais para a manutenção da opressão. Tomada em conjunto, a rede supostamente homogênea de economia, política e ideologia funciona como um sistema altamente eficaz de controle social destinado a manter essas mulheres em um lugar designado e subordinado, no qual ficam passíveis a sofrer com o racismo cotidiano que, como ensina Kilomba (2019, p. 39), nunca se desconecta do passado colonial e se estende como trauma para as pessoas negras, como um lembrete do passado violento.

O racismo se constrói e se organiza através do processo de projeção, promovendo para o outro grupo aquilo que se julga negativo, gerando a crença de uma superioridade racial. Ocorre que, com o tempo, a lógica e a organização social sofrem mudanças e o racismo sofre diferenciações. Esse é um processo discursivo em que uma série de associações de negatividades são produzidas e vinculadas aos corpos negros, estigmatizando-os, pois são “[...] feitos objetos ‘de discursos estéticos e culturais que são predominantemente brancos’, mas raras vezes são os sujeitos” (KILOMBA, 2019, p. 51).

Além disso, a exclusão histórica significa que as imagens estereotipadas das mulheres negras permeiam a cultura popular e as políticas públicas, motivo pelo qual é importante compreender como as imagens de controle, pensadas por Collins (2019), nos auxiliam enquanto categoria analítica para entender uma série de fenômenos sociais, inclusive, pode-se pensar essa categoria como um conceito para uma fenomenologia crítica, para compreender como ocorrem determinados fenômenos sociais racistas.

Apesar de ter sido criado para discutir o contexto estadunidense, o conceito de imagens de controle pode ser utilizado para demonstrar outras experiências, como as que acontecem com as mulheres negras no Brasil, pois essas imagens vão nos mostrar como essas

representações sustentam as relações de poder hierárquicas, ao mesmo tempo em que a categoria nos permite ler como vão mudando a partir das dinâmicas sociais com as quais se mobilizam (BUENO, 2020, p. 73).

Porém, entender o conteúdo dessas imagens de controle é menos central do que alcançar o controle em si, que está diretamente ligado aos corpos e à castração da subjetividade dessas mulheres; entretanto, por ser uma categoria analítica mobilizada por meio de vários exemplos fornecidos pela autora, uma vez que se entendam os exemplos, será possível fazer associações e o conteúdo nos ajudará a aplicar o conceito em si (BUENO, 2020, p. 78).

O conteúdo é mutável, assim como as próprias imagens de controle mudam com o tempo, justamente porque elas estão associadas a uma política de manutenção da dominação e com a dialética de ativismo e opressão que Collins (2019) discute. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as lógicas de dominação são dinâmicas, as mulheres negras vão apresentar resistência às imagens de controle. Por essa razão, há, também, a criação de imagens sempre novas, para que a política de controle seja mantida. A resistência à imposição das imagens de controle é um dos pontos centrais do pensamento feminista negro (BUENO, 2020, p. 80).

Por esse motivo, discorreremos, de forma breve, sobre as imagens de controle a princípio pensadas pela filósofa, para que, então, possamos associar a descrição brasileira a ela, vez que são equivalentes de muitas formas; para tanto, agregaremos também o pensamento de Gonzales (1984), de modo a tornar-se possível compreender as violências estruturalmente impostas em território brasileiro.

A primeira imagem de controle definida por Collins (2019, p. 135) é a da *mammy*, mobilizada a partir de estereótipos de subordinação que estão relacionados com uma ideia de obediência e subserviência, pois a trabalhadora doméstica supostamente aceita a subordinação como o lugar a ser por ela ocupado. O papel dessa mulher é atender de maneira servil, abnegada, no geral ela é representada por uma mulher gorda, retinta. No contexto brasileiro, uma personagem largamente conhecida que corresponde à descrição da *mammy* é a Tia Anastácia do Sítio do Picapau Amarelo, literatura de Monteiro Lobato (BUENO, 2020, p. 77).

As imagens de controle consolidam biologias racistas e sexistas, representando uma essa dimensão do racismo e do sexismo que é a ideológica, que cria essa ideia hegemônica de que esse é o lugar das mulheres negras (BUENO, 2020, p. 78).

A segunda imagem de controle é a da matriarca e possui relação com a da mulher negra forte, cuja força exacerbada vai ser constituída como uma característica para mobilizar a falha dessas mulheres em se organizar, ao se conformarem com as normas de gênero. Imagens de controle também estão relacionadas com estereótipos de gênero e raciais, todos eles

mobilizados a partir do pensamento binário, ideologicamente pensado como uma configuração de manutenção das estruturas excludentes e, também, como uma forma de sempre expor as categorias em contrapartes contrárias, auto excludentes. Bueno (2020, p. 82) descreve:

É a partir do pensamento binário que parte significativa das imagens de controle irá se articular e encontrar sustentação, especialmente porque o binarismo informa discursos de modernidade que são moldados para justificar a opressão de mulheres negras. A divisão entre público/privado é um exemplo importante, especialmente quando analisamos o trabalho de mulheres negras e as imagens de controle que são articuladas para a exploração econômica do mesmo.

Quando se pensam estereótipos da feminilidade branca, estes são articulados para dizer o que é uma mulher, ou seja, descrever a feminilidade. As características não enquadradas naquela conformação são desviantes, e, portanto, não femininas. No caso da matriarca, como elas são mulheres que se recusam a produzir esses padrões de fragilidade, de castidade, de subserviência diante das figuras masculinas, falham enquanto mães e esposas. Essa imagem, portanto, está relacionada ao lugar da sexualidade, por também castrar a possibilidade de expressão da masculinidade dos homens negros. Ela é a responsável pela degeneração das famílias negras, como se a precariedade em que vivem não fosse resultado de uma lógica de Estado que atua para essa instabilidade social e econômica (COLLINS, 2019, p. 147).

A terceira imagem de controle definida por Collins (2019, p. 154) é a *welfare modern*. No Brasil, o correlato seria a ideia de mãe de assistência social, como as beneficiárias do bolsa família, mulheres que se apropriam dos recursos do Estado. Essa representação é criada, justamente, para responsabilizar as mulheres negras pela falibilidade do Estado e como forma de demonstrar que a responsabilidade pelos problemas sociais é da comunidade negra. Então, a *welfare modern* é uma mãe irresponsável, ela tem filhos de forma insensata, procria para usar os recursos do Estado e, assim, não precisar trabalhar, porque ela é, supostamente, preguiçosa e irresponsável. Essa caracterização está relacionada com a ideia de alguém que rouba do Estado (BUENO, 2020, p. 99).

A quarta imagem de controle descrita por Collins (2019, p. 157) é a da *jezebel* e possui relação bastante específica com o controle da sexualidade da mulher negra. Ela seria a mulher sexualmente agressiva, que consegue acessar recursos justamente a partir da maneira pela qual seu corpo é negociado, pois é com ele que ela lida com a relação social.

As relações sociais de dominação e resistência que vão ser organizadas no interior desses sistemas intersectados de poder vão nos ajudar a perceber a potência do conceito de imagens de controle enquanto categoria de uma teoria social crítica, pois estão sempre relacionadas com a desumanização de determinados grupos de atores sociais.

Pode-se mobilizar essa categoria do pensamento feminista negro para considerar outras categorias de subordinação. É possível pensar imagens de controle mobilizadas para mulheres latinas e afins, mas as imagens de controle vão ter uma relação com o sistema no qual elas estejam operando. Dessa maneira, é possível utilizar essa categoria para analisar outros fenômenos e outras experiências de resistência. O conceito de imagens de controle é uma categoria central para entender como se articulam as relações intersectadas de poder e esses exemplos de dominação autocomunicáveis e movimentantes das estruturas hierárquicas, conforme os determinados grupos estarão em locais de manutenção de poder e outros, de completa destituição da possibilidade de compreensão enquanto sujeito (BUENO, 2020).

Na mesma esteira teórica, buscando penetrar a realidade de exclusão das mulheres negras na sociedade brasileira, Gonzales (1984) perpassa pela reprodução de estereótipos propagados ostensivamente, os quais elenca em três figuras representativas de uma mesma imagem: a mulata, a doméstica e a mãe preta.

No que diz respeito à doméstica, Gonzalez (1984) chama a atenção para a permanência das atribuições vinculadas ao período escravista e ao exercício de funções vinculadas à casa grande, incluindo a exposição à violência sexual. A doméstica representaria a mucama permitida, e, em função disso, reside no cotidiano que enxerga as mulheres negras como empregadas domésticas, independentemente da classe social e profissão.

A mulata acolhe dois significados, o tradicional, resultante da mestiçagem e outro, atualizado pela exploração econômica, pelo qual é representada como mercadoria ou produto de exportação. A percepção da mulata como invenção do português nos remete ao tratamento da raça negra como objeto pelo colonizador. Nesse caso, a "mulata é crioula, ou seja, negra nascida no Brasil, não importando as construções baseadas nos diferentes tons de pele". Portanto, a invenção da mulata objetifica os negros, de modo geral, e a mulher negra, de modo particular (CARDOSO, 2014, p. 31).

A mãe preta representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e pela classe média: resignação e passividade diante das situações de violência e opressão. A figura simpática, amorosa e inofensiva da mãe preta realiza a aceitação sem resistência do poder instituído, da escravidão, dissimulando, inclusive, os horrores do período escravista para as mulheres negras escravizadas e/ou libertas. A função desse estereótipo reside em negar o agenciamento das mulheres negras, ou seja, a sua existência histórica (CARDOSO, 2014).

Isso acontece porque os estereótipos são, também, fontes de marginalização das mulheres negras no espaço público, influenciando nas diferentes práticas de representação social e política. Porém, a filósofa o faz com a finalidade de realocá-las, utilizando-se de um

viés político para sair do plano estigmatizado, a fim de mostrar resistência ao poder instituído e assumir lugar de destaque na influência cultural brasileira. Assim, estrategicamente, toma-se a ressignificação dessas figuras como meio para resistir à objetificação imposta.

Retratar essas mulheres a partir dessas imagens de controle e organizá-las por estereótipos é fundamental para o sistema, porque uma parte da ideologia generalizada de dominação é construída com base nesses desenhos da condição da mulher negra, experiência em que eles adquirem um tom especial, justamente, o de controle.

Nos interessa a partir dessa categoria entender como o controle acontece e permanece determinando as funções e os lugares que os corpos das mulheres negras irão ocupar na sociedade capitalista, principalmente, na neoliberal e de que forma isso afeta os acontecimentos sociais que envolvem a crise catastrófica causada pela pandemia, alocando as mulheres negras na base da pirâmide social e deixando-as nos ambientes profissionais e sociais de maior precarização e vulnerabilidade. Nos dizeres de Sueli Carneiro (2019, p.283):

Coloca-se, portanto, como desafio, a necessidade de incidir sobre as construções culturais racistas que permanecem reproduzindo imagens estereotipadas das mulheres negras e sua desqualificação estética. É preciso confrontar o peso da hegemonia da branca nessa desqualificação estética das mulheres negras, que tem impactado a sua empregabilidade e a sua possibilidade de mobilidade social, além de impactar negativamente a sua capacidade de disputa no mercado afetivo. Além da reconstrução de um imaginário sobre as mulheres negras, capaz não apenas de reverter essas imagens de controle que as aprisionam, faz-se necessária a formulação de propostas que permitam a circulação igualitária das imagens das mulheres recortadas pela raça.

Para que possamos entender esse mecanismo de maneira mais profunda, usaremos a descrição da mulher negra por Sueli Carneiro (2005), como “a construção do outro como não-ser como fundamento do ser”. Para a filósofa, que se baseia no dispositivo constituído por Foucault (2008) de poder sobre as sociedades disciplinares, os problemas sobre os quais Foucault se debruça estão nas formas como as sociedades mudam, reconfiguram-se a partir do poder em cada tempo e lugar.

Carneiro (2005) enxerga na argumentação do filósofo a possibilidade de se alcançar a estrutura fundante brasileira, tomando categorias que também nos levam a pensar questões antecedentes. Ao tropicalizar o pensamento de Foucault (2008), a filósofa nos diz que só é possível responder ao que aconteceu no Brasil se nos voltarmos para o pior crime da humanidade, a escravidão transatlântica.

Essa foi a grande fundação da sociedade brasileira, o que a tornou racista, excludente, com diversos desqualificativos que estão alicerçados nas questões de gênero e de raça. Essas foram as grandes matérias-primas do que se encontra, hoje, em solo brasileiro. A fibra do mundo, no entanto, foi construída com os fios do racismo. Não há território, ou mesmo

quadrante que tenha restado ileso desse tecido de violência pluralizada (CARNEIRO, 2005, p. 75).

Dentro da perspectiva foucaultiana, quando o biopoder é pensado na ascensão das chamadas sociedades modernas para a construção dos Estado-nação, o filósofo dirá que houve uma mudança significativa, um giro no medievo, pois o soberano legislava e a preocupação dele era com a morte. Cuidava-se da morte como um tema de uma espécie de política pública, mas em termos do que é público e interessava aos sujeitos. O soberano legislava sobre a morte, as execuções, ou seja, passava por uma lógica administrativa do Estado. O princípio e postulado do soberano era cuidar da morte e deixar viver, Foucault (2008) aponta que, na promoção das sociedades modernas houve uma mudança, justamente pela necessidade do capitalismo de disciplinar os corpos, e, portanto, as vidas (CARNEIRO, 2005, p. 76).

Os corpos a serem domesticados, docilizados, mudam o termo e a compreensão da vida, que passa a ser vista, na sua concepção política – pois desde Aristóteles o ser vivente não era perturbado na sua condição de ser vivente – a partir de Foucault (2008), que questiona a função de vida. Carneiro (2011, p. 91-92) explica:

Por seu lado, Michel Foucault entende ser o racismo, contemporaneamente, uma dimensão do poder soberano sobre a vida e a morte. Operacionaliza-se, segundo Foucault, por meio do biopoder, conceito que descreve uma tecnologia de poder, uma biopolítica que permite a eliminação dos segmentos indesejáveis. Foucault sintetiza essa operação na expressão ‘deixar viver ou deixar morrer’. Assim, para ele “[...] o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada desde que o Estado funcione, no modo do biopoder, pelo racismo.

Sueli Carneiro (2005), antes de Mbembe (2018), recorreu a essas discussões de Foucault (2008). Porém, não apenas como mais uma equação em que o Estado deixa morrer o corpo produtivo, e sim como uma situação em que o Estado inverte a equação e a morte passa a fazer parte do cálculo político, de maneira central e prioritária. Não há mais interesse na lógica dos corpos que precisam ser cuidados. O papel do governante passa a ser o de cuidar da vida de alguns e deixar morrer a famosa massa sobrando em uma concepção marxiana, entendidos como tais os que não foram aproveitados pelo capitalismo. Para Carneiro (2011, p. 90-91), no Brasil, há “[...] um contrato racial que sela um acordo de exclusão e/ou subalternização de negros, no qual o epistemicídio cumpre função estratégica em conexão com a tecnologia do biopoder” (CARNEIRO, 2011, p. 90-91).

Há a passagem de sujeito para objeto, como bem coloca Carolina Maria de Jesus (2014), ao definir o espaço periférico que os corpos negros ocupam na cidade como “o quarto de despejo”. Ao narrar a dor de ser uma mulher negra que vive sob a égide desse sistema, a autora

demonstra, de maneira clara, como o poder se expressa nesse modelo de sociedade. Carolina Maria de Jesus (2014, p. 85) assim escreve:

Quando eu vou na cidade tenho a impressão que estou no paraíso. Acho sublime ver aquelas mulheres e crianças tão bem vestidas. Tão diferentes da favela. As casas com seus vasos de flores e cores variadas. Aquelas paisagens há de encantar os olhos dos visitantes de São Paulo, que ignoram que a cidade mais afamada da América do Sul está enferma. Com as suas úlceras. As favelas.

Porém, também é desse lugar de vivência que mulheres negras como Carolina Maria de Jesus (2014, p. 122) questionam esse controle exercido sobre suas existências:

Então começamos a falar sobre o preconceito. Ela disse-me que nos Estados Unidos eles não querem negros na escola. Fico pensando: os norte-americanos são considerados os mais civilizados do mundo e ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza. Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se.

A crítica da economia política envolve a totalidade social e, no contexto da Covid-19, o comportamento adotado pelos Estados e pelas sociedades é capaz de produzir dinâmicas de diferenciação entre os sujeitos sociais que deixam as mulheres negras à margem da imagem social da forma mais violenta. A necropolítica de Mbembe (2018 b, p. 17-18) ajuda a entender por que determinadas pessoas se tornam mais vulneráveis ao sistema:

Que a ‘raça’ (ou, na verdade, o ‘racismo’) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes) a raça foi a sombra sempre presente no pensamento e na prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou a dominação a ser exercida sobre eles.

A formação do estado contemporâneo e a mudança ocorrida no final do Século XX são determinantes para esse cenário. No começo da formação do Estado contemporâneo, houve o estabelecimento de políticas e de mecanismos de dominação. Foucault (2008), ao apontar para esse fato, mostra a formação da biopolítica como o controle da vida. A administração da sociedade ocorre a partir do controle da morte, como já nos mostrou Carneiro (2005), pois, as pessoas necessitam do Estado para viver, e, quando são privados dos serviços públicos, as pessoas são deixadas à própria sorte para morrer.

O que Mbembe (2018 b) busca demonstrar é a mudança do papel do Estado quando há o estabelecimento do neoliberalismo. Nesse modelo de gestão da política, aquilo que era excepcional, a produção da morte em massa, típica dos Estados coloniais, passa a se encontrar no centro do capitalismo.

Todos os lugares do mundo serão gerenciados não a partir da suspensão da morte, mas a partir da produção da morte. A administração produz a morte, suspendendo a lei, com o Estado de exceção. Essa é a forma de se pensar a dominação do Estado, a partir da sua gestão, quando o capitalismo se estabelece dentro do seu parâmetro neoliberal.

Do foucaultianismo como campo de análise, ver o neoliberalismo como uma forma de gestão da vida e também da morte, é biopolítica e necropolítica ao mesmo tempo. Sem a necropolítica não é possível explicar as características de funcionamento do neoliberalismo e a razão pela qual se deixa alguns grupos para morrerem, apenas porque não há possibilidade de eles serem integrados dentro do quadro produtivo e, também, porque ele encarcera determinados grupos e lhes tira o valor humano dentro do processo produtivo, como é o caso das mulheres negras. Mbembe (2018 b, p. 68) assim explica:

Se observarmos a partir da perspectiva da escravidão ou da ocupação colonial, morte e liberdade estão irrevogavelmente entrelaçadas. Como já vimos, o terror é uma característica que define tanto os estados escravistas, quanto os regimes coloniais contemporâneos. Ambos os regimes são também instâncias e experiências específicas de ausência de liberdade. Viver sob a ocupação contemporânea é experimentar uma condição permanente de ‘viver na dor’ (...)

O sistema neoliberal, portanto, deixa à própria sorte aqueles que dependem da seguridade pública e tudo isso faz parte da lógica da necropolítica com que a estrutura capitalista financeirizada funciona. A gestão da vida e a gestão da morte e a questão do corpo com a formação dessa subjetividade, sem a qual não se consegue demonstrar porque os sujeitos incorporam, na sua vida, uma lógica empresarial e neoliberal, fazem com que determinados grupos sofram constante precarização da sua própria condição social e de trabalho.

A pandemia do novo coronavírus tem gerado o agravamento de uma crise já existente. Suas consequências escancaram a desigualdade social vivenciada diariamente por indivíduos em locais onde o isolamento é praticamente impossível. A situação é um anúncio de dados preocupantes que podem evidenciar a necropolítica em locais de vulnerabilidade.

Nessa análise, as opressões identitárias funcionam como modo de expressar e manter o poder e o controle sobre determinados corpos. A parte estrutural desse processo de denúncia entre a combinação da exploração capitalista e as opressões identitárias mostra como há vínculos estruturais de dependência de uns em relação aos outros. Carneiro (2005, p. 72) ensina:

Foucault mostra uma nova dimensão, que ele denomina de biopolítica ou biopoder. Biopolítica, gênero e raça articulam-se produzindo efeitos específicos, ou definindo perfis específicos para o "deixar viver e deixar morrer". No que diz respeito ao gênero feminino, evidencia-se a ênfase em tecnologias de controle sobre a reprodução, as quais se apresentam de maneira diferenciada segundo a racialidade; quanto ao gênero masculino, evidencia-se, a simples violência.

É por esse motivo que compreender como as imagens de controle se formam e ajudam a alicerçar a manutenção de um sistema desigual se faz necessário, assim como entender de que maneira o biopoder, na contemporaneidade, articula-se para incidir com violência, subalternização e precarização sobre corpos negros e, de maneira mais forte, sobre os corpos das mulheres negras, também se mostrou essencial.

A pandemia é um forte atestado da precariedade do sistema capitalista neoliberal, pois deixa claro o funcionamento baseado no cuidado de uns, em detrimento ao cuidado de outros, permitindo-se a morte destes outros. Esse é o novo modelo político, social e econômico de Estado, e essa, portanto, não é uma questão meramente difusa.

A descartabilidade de pessoas e as ações políticas direcionadas à morte têm uma história, estão diretamente conectadas com as responsabilidades da lógica capitalista e colonial, baseada em uma suposta superioridade econômica, social, cultural e política que não apenas produziram o problema social, mas permanecem o sustentando. A sociedade brasileira é construída sobre precariedade e desigualdade profundas, sem grandes garantias de trabalho e de vida para mulheres negras.

Essa é a hostilidade racial que constrói o mapa das desigualdades, promovendo, no ciclo pandêmico, déficits sanitários para as populações negras periféricas, empregando poucos recursos para que possam sobreviver à crise sanitária e sempre desviando dos níveis de responsabilidade da lógica capitalista e colonial para uma suposta incapacidade de promover alguma mudança estrutural que permita a solidariedade entre os grupos sociais e um modelo de vida mais equitativo.

Há banalização do sofrimento e do luto alheio, além de constante desumanização dos mesmos atores sociais. Como mencionado anteriormente, a primeira pessoa a morrer da doença Covid-19 no Brasil foi, exatamente, uma mulher, empregada doméstica, negra. Esse fato traça um paralelo claro na interligação que existe entre gênero, raça e classe, a ser estudado no próximo subtópico (OXFAM, 2020).

5.2 RACISMO, SEXISMO E CLASSISMO NO BRASIL

Pensar o Brasil, com seu histórico colonial, escravista, perpetrador de exclusões e violências institucionais contra os corpos negros e, de maneira mais detida, contra mulheres negras, necessariamente é lembrar da edificação da sua estruturação pública em uma formação

hegemônica, branca, patriarcal. Muitos dos problemas de justiça social, nesse contexto, como racismo e sexismo, sobrepõe-se, criando múltiplos níveis de injustiça social.

Um padrão de enquadramento homogêneo não permite analisar todos os prismas das questões enfrentadas pelas mulheres negras. Uma analogia por intersecção, no entanto, admite a percepção dos dilemas estruturados por racismo, sexismo, classismo e as demais práticas que andam por essas vias e, ao se cruzarem, posicionam as mulheres negras no espaço no qual elas simultaneamente sentem o impacto da combinação de raça e gênero, posição social material e demais opressões.

Por essa razão, não há como analisar a situação das mulheres negras na pandemia de Covid-19, no Brasil, sem pensar, criticamente, essas dinâmicas sociais, e para os fins desse trabalho, mais detidamente, gênero, raça e classe, pois, juntos, criam desafios únicos para elas.

Na ordem capitalista brasileira, as expressões atingem a classe trabalhadora, em sua maioria negra, e, vítima do genocídio, da violência doméstica, de um conjunto de políticas casuísticas, fragmentadas e coloniais desenvolvidas pelo Estado. A travessia dessas experiências traz a interseccionalidade como ferramenta teórica analítica e interpretativa da realidade social.

Essa formação teórica foi cunhada, nesses termos, no âmbito das leis anti discriminação, no campo da teoria crítica de raça por Crenshaw (2002), mas, antes dessa sistematização, que revela a inseparabilidade do racismo, do capitalismo e do cisheteropatriarcado, já havia um esforço teórico metodológico das intelectuais negras, na diáspora³⁵ africana, em demonstrar a incompatibilidade da diversidade de experiências impostas as mulheres negras com uma análise centrada em um único aspecto das suas vidas, como, por exemplo, apenas a implicação material referente à classe (CRENSHAW, 2002, p. 172).

Essa sensibilidade analítica de percepção é necessária, uma vez que a sociedade capitalista coloca as mulheres negras em avenidas de identidades e, quando elas se cruzam, agridem-nas por meio da estrutura, havendo inclusive omissão da realidade vivenciada, pois os arcabouços teóricos metodológicos são pensados para socorrer outros agentes políticos (CRENSHAW, 2002, p. 174).

³⁵ Entende-se por diáspora, nesse sentido, a ideia de que os negros formam enquanto um grupo em que a dimensão de raça extrapola qualquer outra condição, ou seja, um negro é antes de tudo um negro, com todas as conotações de subordinação que isto implica em qualquer parte do chamado Novo Mundo. O outro definido em oposição ao sujeito universal tem a ver com o fato de que o racismo anti negro, estabelecido globalmente, permitiu incorporar experiências que dizem respeito não apenas à realidade mais imediata, mas também à de outros negros, mesmo que nunca vivenciada diretamente. Há elementos da identidade negra que são, por assim dizer, globais. E isso ocorre mesmo considerando que ela é mediada por diferenças nacionais, de gênero e de classe social (BAIRROS, 1996, p.173).

A interseccionalidade é uma forma de investigação crítica e prática, focada na união de ideias e de ações conjuntas, fundamentais e críticas para a sobrevivência das pessoas negras. É necessário, então, discutir a pandemia da Covid-19 por meio da interseccionalidade, justamente para analisar as categorias de poder nos termos dos contextos nos quais há sempre a ampliação e a fortificação das fundações de discriminação.

Desigualdades interseccionais são marcadas pelas estruturas de poder da sociedade, que expõem e permitem a sujeição de determinados agentes sociais à morte e à precarização. Existem algumas ideias chave permeando esse pensamento, relevantes por essa conexão entre interseccionalidade e pensamento feminista negro. Uma delas é a noção de raça, classe, gênero como sistemas que abalam uns aos outros. Não há como escolher apenas uma ideia, como raça ou sexismo e reduzir tudo ao capitalismo, argumentando, unicamente que qualquer um desses sistemas explica suficientemente o todo (COLLINS; BILGE, 2021, p. 54).

As experiências reais dos indivíduos demonstram a intersecção em todos os âmbitos, algumas vezes gênero e raça são mais visíveis, para outros, serão classe e sexualidade, mas estão todas lá, ao mesmo tempo, apenas não igualmente salientes. Dessa forma, a interseccionalidade como ferramenta é importante para a história de países com histórico escravocrata, pois, a se olhar apenas para a raça ou apenas para o gênero, quando da análise dos processos determinados pela escravidão, a imagem analítica não seria completa e as mulheres negras jamais seriam livres sem mudanças na forma como a economia funciona, pois, se torna imprescindível pensar o significado de políticas de classe e de sistema de classes (COLLINS; BILGE, 2021, p. 56).

Outra noção chave para se trabalhar com a interseccionalidade é a de resolução de problemas sociais, porquanto um dos modos de trabalho interseccional ou trabalho feminista negro ocorre por meio da resolução de problemas presentes no dia a dia, como a violência, que apesar de ser um problema global, não é igual para todos sendo certo que algumas pessoas não enxergam ou mesmo não experienciam a violência. O trabalho interseccional é coletivo, dialógico, envolve conversas que atravessam diferenças de poder, sendo um trabalho intelectual e político (COLLINS; BILGE, 2021, p. 68).

Nesse sentido, é importante perceber que há um lugar para marcar o racismo estrutural na centralidade da experiência das mulheres negras no Brasil. A dimensão da racialidade do poder é central e dispõe de conexões indissociáveis com o papel do capitalismo para moldar o racismo e o patriarcado.

Ao serem colocadas à margem do que Lorde (2019, p. 143) chama de norma-mítica³⁶, as mulheres negras, até então as outras da universalidade branca ou *outsiders*, após longos períodos de silenciamentos históricos, tornam-se resistentes à imposição hegemônica e questionadoras do *status quo* inviabilizador das pluralidades das mulheres.

Nesse sentido, nenhum discurso neutralizador, repetidor de padrões de dominação do patriarcado, presente nas instituições, nas normas e na forma tradicional de organização social será vislumbrado acriticamente, pois a diferença é a real conexão fundante da interseccionalidade, permitindo um espaço múltiplo para distintas realidades, atento às especificidades das vozes de cada mulher e sua história, “[...] qualquer ataque contra negros, qualquer ataque contra mulheres é um ataque contra todos que sabem que nossos interesses não estão sendo atendidos pelo sistema que sustentamos” (LORDE, 2019, p. 175).

A revisão dessa estrutura é necessária justamente porque propaga a ideia neoliberal de que “[...] em uma sociedade em que o bom é definido em relação ao lucro, e não a necessidades humanas, deve sempre existir um grupo de pessoas que, mediante a opressão sistemática, pode ser levado a se sentir dispensável, ocupando o lugar do inferior desumanizado”. O peso dessa exploração recai violentamente sobre mulheres negras do chamado sul global, como as brasileiras (LORDE, 2019, p. 141).

A subjugação de alguns grupos humanos por outros, definindo escalas de humanidade e de acesso a direitos, deriva da dimensão econômica da opressão, por sua vez conectada com a história das mulheres negras escravizadas como uma mercadoria capaz de reproduzir a unidade humana a mais de trabalho, ou seja, criar outras mercadorias, representando mais lucro ao proprietário. Entender como a escravidão construiu um legado que permitiu a constituição de uma outra possibilidade de ser mulher é também entender o lugar do trabalho na vida das mulheres negras.

Marcadores de gênero na condição específica da escravizada trazem à tona a exploração da capacidade reprodutiva e da violência sexual, designadas aos corpos das mulheres negras, no entanto, nos outros momentos de trabalho, elas tornavam-se indistinguíveis dos homens negros. Por conta dos mitos perpetuados, o gênero não contava na questão do trabalho braçal (DAVIS, 2016, p. 177).

A escravidão feminina era vivida por meio do trabalho, da maternidade e da violência sexual. Mulheres negras e a ocupação profissional, no lugar do mercado de trabalho, revelam um *continuum* histórico que ainda reflete as ocupações do passado, precarizadas, do trabalho

³⁶ Aquela que está vinculada ao padrão branco e cisheterossexual (LORDE, 2019).

doméstico, enquanto uma herança direta do período colonial, como nos mostra Davis sobre o direito do senhor (2016, p. 180):

A escravidão se sustentava tanto na rotina do abuso sexual quanto no tronco e no açoite. Impulsos sexuais excessivos, existentes ou não entre os homens brancos como indivíduos, não tinham nenhuma relação com essa verdadeira institucionalização do estupro. A coerção sexual, em vez disso, era uma dimensão essencial das relações sociais entre senhor e a escrava. Em outras palavras, o direito alegado pelos proprietários e seus agentes sobre o corpo das escravas era uma expressão direta de seu suposto direito de propriedade sobre pessoas negras como um todo. A licença para estuprar emanava da cruel dominação econômica e era por ela facilitada, como marca grotesca da escravidão.

No Brasil, a realidade colonial provocou o mesmo resultado de violação das mulheres negras por parte da minoria branca dominante - os senhores de engenho, e os traficantes de escravos, dentre outros. E este fato deu origem à criação do mito, presente até os dias de hoje, que afirma ser o Brasil uma democracia racial. A consequência desse mito é a crença de que o racismo é inexistente no país, graças ao processo de miscigenação (GONZALES, 1979).

Parte da particularidade do mito da democracia racial tem ligação com a suposta característica benéfica do colonizador que teve relações com mulheres negras. Esse imaginário de que não há racismo porque houve essa relação sexual, ignora a realidade de violência sexual sofrida por essas mulheres. A forma como racismo, patriarcado, sexismo e capitalismo convergem para produzir esse resultado, estão conectadas com “[...] o estupro colonial da mulher negra pelo homem branco no passado e a miscigenação daí decorrente que criaram as bases para a fundação do mito da cordialidade e democracia racial brasileira” (CARNEIRO, 1995, p. 546).

No Brasil, a ideia do embranquecimento social é a de que é possível fabricar brancos a partir do clareamento da população através da miscigenação; assim, a brancura é alcançável, por meio do processo de desumanização dos corpos negros. A auto concessão de privilégios para o sujeito branco, configura-se, assim, como base de sustentação para o racismo, quando utiliza a “[...] manutenção da vantagem estrutural da identidade racial branca [...]” (JESUS, 2017, p. 81), para a execução de uma hierarquização social, pensada para responder ao desejo de uma elite que não tolera abdicar do poder usurpado para si, a partir da exploração de corpos negros. Perpetra-se, então, a naturalização da dominação por meio da estruturação social, buscando deixar de fora todos os que não reflitam a sua própria imagem e interesse.

Embora essa seja a realidade, o mito da democracia racial perpetua-se como ferramenta para abrandar a sensação de anormalidade para quem tem poder e exerce privilégios, ao anunciar o suposto tratamento igual entre sujeitos brancos e negros por parte do Estado, fortalecendo a meritocracia como caminho para a participação pública.

Ao se negar o racismo estrutural, nega-se não apenas a sustentação histórica da construção fundacional brasileira, como também a estratificação social fortemente desenhada desde o período da colônia e reabastecida em todos os outros períodos políticos do Brasil, pois essa característica de categorização social, marcada pelo exercício de vantagens dos homens e, em proporção diferente, também das mulheres brancas, na sociedade brasileira, jamais deixou de existir e de ganhar força. Nesse sentido, ao tratar sobre a negação do racismo, Gonzales (1984, p. 226) descreve:

Racismo? No Brasil? Quem foi que disse? Isso é coisa de americano. Aqui não tem diferença porque todo mundo é brasileiro acima de tudo, graças a Deus. Preto aqui é bem tratado, tem o mesmo direito que a gente tem. Tanto é que, quando se esforça, ele sobe na vida como qualquer um. Conheço um que é médico; educadíssimo, culto, elegante e com suas feições tão finas... Nem parece preto.

Nessa perspectiva, assumir a existência de uma sociedade brasileira pacificadora, garantindo ao corpo negro igualdade, é adotar toda lógica mitológica caracterizadora da “neurose cultural brasileira” (GONZALES, 1984, p. 224), que não admite, em voz alta, a ideologia do branqueamento. É através dessa negação dos privilégios materiais, sociais, individuais e coletivos que o mito da democracia racial vigora, alimentando a normatização do racismo e do sexismo, sobrepostos e interconectados às demais categorias de diferenciação, a cortar as vias identitárias que atingem as mulheres negras.

Por essa lógica, Lugones (2014), ao estudar o cenário latino-americano, acrescenta a “colonialidade de gênero” vivida nas Américas, como conceito essencial para se entender o nascimento e o desenvolvimento dessas sociedades colonizadas. Recorre, então, a uma construção relacional, racializada, baseada em uma perspectiva desumanizante dos ditos colonizados, pois se universalizou o colonizador através de perspectivas eurocêntricas e dicotômicas. As categorias de opressões combinadas permitem à raça, ao gênero e à classe formar uma plataforma de dominação, construída para não oportunizar a legitimação das epistemologias das sujeitas encontradas no centro das opressões cruzadas. É preciso, na concepção formada pela pensadora, descolonizar o gênero, mas, antes, conhecer profundamente a complexidade da colonialidade que o forma.

À vista disso, a ideologia do branqueamento funciona como elemento para a manutenção do mito da superioridade branca e a sua consequente universalização de valores e identidade, diminuindo, assim, por intermédio de todos os mecanismos institucionais e sociais aplicáveis, a possibilidade de composição de um espaço público plural, multifacetado, incorporador da cultura e identidade negras, trazendo para a mulher negra maior prejuízo, pois é quem acumula os processos de restrição de liberdade, de trabalho, de saber e de ser.

Nesse sentido, o projeto instaurador da matriz civilizatória, cuja ideologia de dominação é baseada na manutenção de desigualdades socioeconômicas entre brancos, negros e indígenas, mas não somente, também usa as mulheres negras de forma instrumentalizada, para garantir a miscigenação enquanto política de branqueamento e sustentar o mito da democracia racial, tornando-o o fundador da nacionalidade latino-americana (CURIEL, 2007).

O processo de colonização empregado determinou, portanto, uma relação de saber-poder que se estrutura através da exploração e da dominação, evidenciando a construção de um pensamento de uma ação supostamente neutros, no entanto eurocentrados, que desenham qualquer outro saber epistemológico e agir político como o outro, quando este não corresponde ao padrão adotado e esperado (CURIEL, 2007).

Na lógica descrita, a meritocracia desenha-se como meio de aquecer o travesseiro da negação de reconhecimento do racismo fundacional e “ [...] por esse pensamento, o racismo deixa de operar de modo estruturante e institucionalizado, passando a ser confundido com discriminação pontual e não como algo sistemático” (MIRANDA, 2017, p. 60), levando a branquitude a acreditar que se não ofende de forma direta, violenta e verbal um corpo negro, não pactua com nenhuma prática excludente, opressiva, violenta, desrespeitosa.

É por meio da invisibilidade ou da neutralidade dos privilégios brancos (MIRANDA 2017), ambos, embora diferentes, ricamente prejudiciais aos sujeitos negros, especialmente às mulheres negras, como nos lembra a crítica feminista latino-americana (GONZALES, 1984; MIÑOSO, 2009; CURIEL, 2009), que o método da inconsciência, seja ele por escolha ou não, é usado para “ferrar a cama” do grande mito. Mito esse, existente apenas para quem não vive a violência e o preconceito das práticas racistas, sexistas. Pulsa apenas para a branquitude. Embala unicamente o sono de quem não precisa se preocupar com a violência institucionalmente construída para massacrar corpos, vivências, existências e experiências.

É na experimentação desse contexto que Gonzales (1988) cunha o conceito *América Ladina*³⁷, afirmando a denegação do racismo brasileiro como ação a “[...] se voltar justamente contra aqueles que são testemunho vivo da mesma (os negros), ao mesmo tempo que diz não fazer (‘democracia racial’ brasileira)” (GONZALES, 1988, p. 69). Essa lógica de alijamento traduz-se na forma como se diminui a importância de todas as contribuições negras à formação da identidade brasileira.

³⁷ Gonzales (1988) entende que o Brasil, apesar de se encontrar na América Latina, usa um discurso de formação histórico-cultural eurocentrado, porém, tal discurso não representa a formação do país que é, na realidade, uma América Africana, com o racismo como um sintoma de denegação da sua fundação. Pelo fato de o Brasil negar a sua latinidade, Gonzales (1988, p. 69) sugere a troca “do *t* pelo *d* para, aí sim, ter o seu nome assumido com todas as letras: *América Ladina*”.

Há, nesse sentido, na história brasileira, a perpetuação dos círculos hegemônicos de poder que excluem dos espaços públicos, políticos e decisórios, o saber, a cultura e o corpo negro, ditando um pertencimento racial branco às instituições. A formação cultural do Brasil é violentamente excludente e assentada no racismo (GONZALES, 1988).

Dessa forma, a compreensão da matriz colonial, com relações de poder interconectadas em múltiplas estruturas dinâmicas, intersecciona uma instrumentalidade “[...] teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado – produtores de avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas [...]” (AKOTIRENE, 2018, p. 19).

Como aponta Gonzales (1988), o mito da democracia racial supostamente busca recusar a superioridade eurocristã implementada pela sociedade patriarcal da colonização europeia no Brasil, usando a miscigenação como elemento fundamental de naturalização do racismo e do sexismo institucionais. Por essa razão, estruturalmente, o espaço público brasileiro é pensado para ser excludente, ainda que tenha desenvolvido um mecanismo para mascarar política e socialmente essa diferenciação.

É através dessa experiência do nexo de violência e apagamento, formado pela imbricação de diversos sistemas de dominação, como racismo, sexismo, classismo e heteronormatividade, que feministas racializadas depõem contra a construção colonialista de superioridade (CURIEL, 2007), buscando mostrar, amplamente, como se desenvolve a negação à mulher negra da ocupação do espaço público e, conseqüentemente, a precarização do seu trabalho e a situação de vulnerabilidade a que são expostas, por meio de diversas frentes opressivas.

De maneira geral, os corpos brancos iniciam como propulsores de universalizações dicotomizantes, que determinam o corpo negro como o alvo, o corpo branco como a flecha e as instituições como o arco do racismo estrutural. Todos articulados em uma perpetração da branquitude, usando a sua existência como arma opressiva.

Nesse cenário, a certeza do privilégio masculino, associada à violência de gênero e ao racismo, corroboram para a consolidação da exclusão da mulher negra do espaço público e de trabalho, de forma ainda mais violenta e profunda no momento de crise sanitária, econômica e social da pandemia do novo coronavírus, dificultando a disputa pelas posições de poder e movendo instrumentos para calar as narrativas da vivência, da cultura e dos interesses dessas mulheres, porém, não sem denúncia e resistência.

Figura 30 – Nazareth White



Fonte: Acervo pessoal da fotografa Ana Lu Rocha.

O pacto racial vivido nesse contexto e, em especial, no Brasil, precisa ser quebrado, desestruturado através da consciência da sua presença na formação branca hegemônica de existência. Os privilégios ilegítimos, adquiridos por meio da composição social histórica e violenta, devem ser desconstruídos, desnaturalizados. Nesse sentido, incentivos derivados de movimentos políticos sociais e também filosóficos, como o feminismo não hegemônico latino-americano de resistência, necessitam ser ouvidos, compreendidos e reverberados, pois propõem um processo de descolonização baseado nas experiências de mulheres latino-americanas, resgatando propostas epistemológicas e políticas, a fim de realocar pensamento e ação para o rompimento da universalização humana como branca.

Dessa maneira, na realidade de crise absoluta que se instala no Brasil durante a pandemia, há necessidade de compreender-se que o tratamento dispensado às mulheres negras e as consequências às quais são submetidas, não são equivalentes aos grupos sociais brancos, que detêm privilégios históricos que os colocam em uma situação de maior possibilidade de sobreviver à crise, ou mesmo de ser menos afetados por ela.

O aparato teórico disposto a pensar a dominação e a exclusão da mulher deve levar em consideração a pobreza e o racismo, caso contrário, não terá a potência necessária para discutir a realidade. Pensar a causa das injustiças contra as mulheres e as suas possíveis formas de correção, é falar de uma perspectiva elaborada pelos feminismos. Só faz sentido falar desse tema no Brasil, por intermédio da intersecção entre gênero, raça e classe.

Por isso, interessa particularmente para o contexto brasileiro o feminismo negro, pois revela a tese da natureza interligada da opressão, como uma ponte para entender a discriminação da mulher em sociedades pluriculturais, profundamente marcadas pelas desigualdades. Não se prioriza um eixo como primário, elementar ou central a uma causa de pensar a opressão. Esse é um afastamento importante do marxismo, que prioriza o eixo classe e faz todas as outras formas de dominação serem pensadas como secundárias, dependentes da linha central.

As experiências das mulheres negras ocorrem, justamente, na intersecção das múltiplas estruturas opressivas. Assim, cria-se um mecanismo de ampliação da mentalidade, alargando-se, ainda, o campo da luta política e as agendas, de modo que elas sejam capazes de incluir o combate à desigualdade e à violência contra todas as mulheres.

Sueli Carneiro (2011, s/p) esclarece que as mulheres negras foram submetidas a um modelo de experiência histórica diferente do das mulheres brancas, cujo discurso clássico sobre opressão não permite a análise profunda das diferenças qualitativas determinadas pelas diferentes opressões sofridas, pois aquilo “[...] que poderia ser considerado como história ou reminiscências do período colonial permanece, entretanto, vivo no imaginário social e adquire

novos contornos e funções em uma ordem social supostamente democrática”, mantendo inalteráveis as relações de gênero de acordo com a cor ou a raça constituída no período da escravidão.

Figura 31 - Ana Lu Rocha em autorretrato



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Ana Lu Rocha.

Existem formas de opressão compartilhadas pelas mulheres como categoria geral, enquanto formas de opressão de gênero. Compreende-se bem isso quando se entende a função genérica do estereótipo, como mencionado na subseção acima. A exemplo, somos todas estereotipadas, porque somos mulheres. A função de uma criação de padrão básico para mulheres é, justamente, a de sujeição, de controle de certos grupos desprezados, sobre os quais se pretende exercer dominação, contenção e aprisionamento, como demonstrado na seção em que discutimos o uso da reprodução como sustentáculo do sistema capitalista.

Essas categorizações confinam as mulheres a certos modelos e padrões sociais. Particularmente nos interessam aqueles estereótipos que nos atribuem características incapacitantes à vida social e política na esfera pública. A história opera com dicotomias, nas quais as mulheres são sempre identificadas com os polos que se referem ao domínio do não público, incapacitadas para assumir uma posição social relevante, sobretudo, no mundo da política e no econômico produtivo.

Mostrar que o sexismo é uma construção cultural resultante da opressão, assim como que os marcadores sociais têm a função de gerar exclusão, revela-se, então, como condição para desnaturalizar a sub-representação da mulher. Os estereótipos – como discutimos nas definições das imagens de controle para o exercício do poder - afetam mulheres diferentes de formas diferentes. Carneiro (2011, s/p) reforça essa ideia ao lembrar que as mulheres negras, diferentemente das brancas, nunca foram tratadas como frágeis. A imagem da mulher bela, recatada e do lar aqui não faz sentido:

Nós, mulheres negras, fazemos parte de um contingente de mulheres, provavelmente majoritário, que nunca reconheceram em si mesmas esse mito, porque nunca fomos tratadas como frágeis. Fazemos parte de um contingente de mulheres que trabalharam durante séculos como escravas nas lavouras ou nas ruas, como vendedoras, quituteiras, prostitutas... Mulheres que não entenderam nada quando as feministas disseram que as mulheres deveriam ganhar as ruas e trabalhar! Fazemos parte de um contingente de mulheres com identidade de objeto. Ontem, a serviço de frágeis sinhazinhas e de senhores de engenho tarados. Hoje, empregadas domésticas de mulheres liberadas e dondocas, ou de mulatas tipo exportação.

Logo, pensa-se em uma crítica para a qual o gênero é uma variável teórica, mas não é a única. É, na realidade, uma categoria de diferenciação a ser enfrentada em relação aos demais eixos de opressão. Do ponto de vista teórico, não basta corrigir a cegueira de gênero das teorias morais, políticas e tradicionais contemporâneas. Com efeito, é preciso corrigir também a cegueira em relação raça e classe. Não se enfrenta esse problema mencionando apenas os estereótipos, porque eles estão ligados a circunstâncias materiais e históricas bastante concretas, como já explicitado.

Figura 32 – Mary Rocha



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Ana Lu Rocha.

É, portanto, necessário que conheçamos os caminhos tomados para a edificação da estrutura excludente experienciada até os dias de hoje, para que sejamos capazes de fazer uma leitura do momento de crise da pandemia de Covid-19 minimamente satisfatória, no que diz respeito ao seu impacto sobre as mulheres negras.

Essa via de conhecimento mostrou-se, então, imprescindível, uma vez que, na subseção seguinte, faremos a leitura de inúmeros dados que corroboram os argumentos levantados pelas pensadoras negras e expostos até aqui. Só é possível a leitura verdadeira desses levantamentos, se soubermos a conjuntura de fatores que os sustentam historicamente.

5.3 A REVELAÇÃO ESTATÍSTICA DOS EFEITOS DA PANDEMIA PARA AS MULHERES NEGRAS

Na esteira do que foi apontado até aqui, demarcar, com dados, as vivências sociais integradas à margem da imagem social disponível é para além de necessário, imprescindível, pois define as fronteiras da liberdade impostas às mulheres negras, de forma mais intensa e mais hierarquizante do que as construídas para os demais agentes sociais organizados no espaço público e do trabalho, principalmente, no momento pandêmico.

Nesse sentido, os números que indicam a situação das populações mais vulneráveis e em maior desvantagem social e material durante a pandemia demonstram como a maior parte da carga não é suportada pela população branca, mas sim por aqueles colocados historicamente na periferia social, resultando em menor capacidade de enfrentar a pandemia. Dados coletados em relação à raça, cor e etnia, apesar de subnotificados, reforçam essa disparidade racial, pois, entre as pessoas hospitalizadas pela Covid-19, em levantamento efetuado até o dia 12 de dezembro de 2020 pelo Boletim Epidemiológico nº 50, 202.034 dessas pessoas eram negras enquanto 202.482, eram brancas (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

Indicadores numéricos reunidos pelo Relatório das Desigualdades de Raça, Classe e Gênero do GEMAA – Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa – vinculado à UERJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro, demonstram, ainda, que pessoas negras – o que equivale à soma de pretos e pardos – estão mais presentes nos níveis mais baixos de escolaridade, o que ressalta a subalternidade e vulnerabilidade a que são submetidas, pois, enquanto 18% da população branca tem ensino superior completo, apenas 8% equivale a

peessoas pretas e 7% a pardos, ressaltando-se a dificuldade financeira que as pessoas negras têm para se manter na universidade (GÊNERO E NÚMERO, 2020).

Durante a crise pandêmica, as ocupações com vínculos mais frágeis, justamente as mais afetadas pelas políticas do distanciamento social, correspondem, também, às posições de trabalho equivalentes à menor escolaridade e menor salário, o que, por sua vez, é consequência direta do cenário exposto no parágrafo acima e necessita de uma análise racial e de gênero.

Entretanto, esse não é o todo a ser analisado, uma vez que o gênero implica em diferenças materiais e sociais ainda mais profundas. Uma das dimensões da opressão é a ideológica e tipifica quais papéis podem definir a mulher negra, entre a doméstica e a hipersexualizada, constantemente colocadas como apenas um corpo; por isso, há supressão da produção intelectual dessas mulheres, uma forma de dialética da opressão sustentada pela instrumentalização do corpo negro.

Os estereótipos resultantes da divisão originária dos papéis de gênero, permeados pelo mito da feminilidade, não se encaixam na imagem social moldada para a mulher negra. O ser frágil, feminino, delicado, incapaz de trabalhar e confinado ao espaço doméstico como gerenciador das necessidades do lar e do marido, não descrevem a vida das mulheres negras (CARNEIRO, 2011, p. 113).

Apesar de estereótipos prescreverem condições, essas não são universais, não estão atreladas às experiências de toda a coletividade. A mulher negra, no imaginário brasileiro, não é a mãe, é a procriadora. As prioridades da mulher negra são diferentes; ela quer ver o filho crescer. Quer poder cuidar do filho, pois ela cuida do filho da mulher branca. O estereótipo de esposa também não se aplica; a mulher negra é a chefe do lar. Ela não cabe na imagem de mãe doce, de esposa obediente, pois, desde cedo, ela se reconhece como ser no mundo já na via do trabalho (CARNEIRO, 2011, p. 114).

Nos caminhos destinados à mulher branca, primeiro, há a escolarização, quando se adquire instrução dentro de um marco cronológico posteriormente resultante no ingresso dela no campo do trabalho. Para a mulher negra, desde a infância, fora ou dentro de casa, há o confronto com o trabalho, seguido do processo de escolarização tardia – quando existe essa possibilidade. Ela é, portanto, colocada em dupla violação, da infância e de toda a sua potência como mulher livre, sendo constantemente associada ao trabalho servil, escravizada, como figura da agregada que vem pra morar em casa pra trabalhar e supostamente estudar, vivendo nos insalubres aposentos secundários das residências, conhecidos como quartinho da empregada. A socialização de gênero da mulher negra é, então, diferente daquela da mulher branca. Não é possível olhar para esse processo de forma universal.

Figura 33 – Elizeth Rocha



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Ana Lu Rocha.

Da mesma forma, não há como analisar os números referentes à situação econômica, social e de exclusão do mercado de trabalho das mulheres negras sem levar em conta esse contexto de racismo e sexismo, impregnado na formação do agir e do pensar político, social, institucional e estrutural, presentes, também, no momento da crise pandêmica.

Desse modo, o número correspondente à vulnerabilidade em determinados setores de trabalho durante a pandemia é ainda maior, ocasionando um choque mais profundo aos agentes sociais mais expostos à precarização. Houve afastamentos não remunerados do trabalho extremamente prejudiciais às mulheres negras, como demonstra a PNAD Covid-19, ao revelar que a população negra, correspondente a 52,3% dos ocupados, representa 58,4% dos afastados temporariamente no ano de 2020, o que se revelou mais intenso para o grupo das mulheres negras, porquanto “[...] apesar de corresponderem a 21,5% do total de ocupados, elas representaram 30,9% das pessoas afastadas temporariamente do trabalho”. Diante disso, o grupo de mulheres negras, em particular, permaneceu como o mais afetado pelo afastamento do trabalho (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

Para explicar essas diferenças, é importante perceber a discrepância histórica dessas ocupações, conectadas com as imagens de controle discutidas na subseção 4.1 deste trabalho e a forma como, por exemplo, o trabalho doméstico informal, ao ser imposto como opção possível às mulheres negras, exerce um percentual de “[...] 3,8% das ocupações em 2020, mas correspondia, nesse período, a 6,9% dos trabalhadores ocupados afastados temporariamente. Em outras palavras, foi uma categoria significativamente atingida durante a pandemia” (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

A categoria de trabalho doméstico, “[...] composta majoritariamente por mulheres (92,3%), entre as quais 67,7% são negras, com ampla e crescente atuação na modalidade de diaristas”, é fruto desse desenho cultural, institucional que, no momento pandêmico, exerce maior exclusão sobre essas mulheres. Os estereótipos vinculados à imagem das mulheres negras está presente na estimativa numérica levantada nesse período – ainda vigente – quando nos mostra que “[...] o contingente de pessoas ocupadas no trabalho doméstico passou de 4.458 mil, em maio, para 3.946 mil em julho de 2020, uma perda estimada de 11,5% de postos de trabalho em três meses” (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

As mulheres negras compõem, de forma ampla, a frente do trabalho doméstico, ocupando a modalidade de diaristas em 67,7% dos casos. Logo, os trabalhos com vínculos mais precários são também os mais atingidos pelo distanciamento social imposto no momento pandêmico (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

De acordo com a ONU Mulheres, Informe (2020, s/p), as trabalhadoras domésticas necessitam de máxima proteção durante e após a pandemia e “[...] apesar de a lei Federal 13.979, sancionada para o enfrentamento à pandemia no Brasil, não haver listado o serviço doméstico como essencial, ele foi incluído na lista de serviços essenciais durante a pandemia”, e essa condição foi elencada pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad), como um elemento de exposição dessas mulheres ao vírus. Nesse sentido, a Fenatrad protocolou um pedido para que o Ministério Público do Trabalho (MPT) não permitisse essa inserção indevida nos demais Estados.

Ainda sobre esse cenário, o Ministério Público do Trabalho, em março de 2020 “[...] emitiu uma nota técnica informando que ‘a pessoa que realiza trabalho doméstico seja dispensada do comparecimento ao local de trabalho, com remuneração assegurada, no período em que vigorarem as medidas de contenção da pandemia do coronavírus’. No entanto, segundo a Fenatrad, “[...] as trabalhadoras estão enfrentando coerção para trabalhar, sob pena de demissão. As queixas mais frequentes são de mulheres que “sob coação, ameaça de perder o emprego ou por acharem que elas podem se contaminar no transporte público”, sendo, dessa forma, obrigadas a residir ou pernoitar na casa dos patrões (ONU MULHERES, 2020, s/p).

Estudar esses fatores, dados e vivências, portanto, vai além do empirismo metodológico que a pesquisa científica cobra, entram na esfera do descortinamento da parcela do mundo historicamente escondido em suas dores, cultura, vivências, trabalhos, explorações e expropriações. Revelar como os caminhos do curso das vidas dessas mulheres não se desenrolam ao acaso, mas sistematicamente, é um dos pontos centrais do trabalho como um todo, portanto, essencial nas análises numéricas dispostas a seguir.

Nesse caminho de pensamento, uma questão muito importante para entender não apenas o feminismo negro, mas o lugar imposto à mulher negra, reside precisamente nessa análise do trabalho, pois a colocação da mulher negra no mundo, o existir da mulher negra, é centrado no trabalho e esse âmbito esgota historicamente qualquer outra possibilidade de existência (COLLINS; BILGE, 2021).

A compreensão geral é a de que o trabalho é a base material de sobrevivência, porém, devemos questionar: qual trabalho? A mulher negra tem suas potencialidades reduzidas unicamente ao trabalho que desenvolve, trabalho esse prioritariamente subalternizado.

No período da pandemia, ainda no ano de 2020, o IBGE apurou a diferença de taxa de desemprego entre brancos e negros, constatando o pior nível desde o ano de 2012, pois o índice para pardos é de 15,4%, para pretos 17,8%, enquanto essa taxa para pessoas brancas é de 10,4%. Esse indicador é influenciado pelo fato de a população negra estar mais vinculada aos trabalhos

na área do serviço informal, construção civil, trabalho doméstico, comércio e afins (OXFAM, 2020).

Em estudo do IBGE (2020) a divisão da sociedade brasileira em décimos de renda demonstra que entre os 10% mais pobres, 77% são pessoas negras, no entanto, no décimo mais rico a proporção é de 27,2% de negros, enquanto os brancos são 70,6%. Esses dados mostram ainda uma maior constância branca nos espaços de administração pública e nas ocupações de melhor remuneração e condição de trabalho.

Essa análise nos leva a compreender que as pessoas brancas são, também, as que moram melhor, com mais acesso a saneamento básico e condição de proteção contra a infecção do novo coronavírus, pois, ao longo da crise, as vilas, baixadas, favelas e ocupações são os espaços de mais rápida disseminação da doença em razão das precárias condições de moradia. Note-se que, de acordo com apuração do IBGE (2020), 72% dos moradores de favelas, por exemplo, declaram-se negros.

A pandemia da Covid-19 e a desigualdade racial de renda são revelados pelo IPEA, a partir de apreciação da PNADC - que permite monitorar a evolução trimestral da massa salarial, ou seja, a soma das remunerações efetivas de todos os trabalhos de todos os indivíduos ocupados, equivalendo “[...] por definição, à multiplicação de três termos: o número de ocupados, a jornada média de trabalho e a remuneração média por hora trabalhada”. Em 2020, a PNAD revela um padrão diferente dos apurados até então, pois foram impactados pela pandemia provocando “[...] quedas grandes tanto no número de postos de trabalho (efeito emprego) quanto na média de horas trabalhadas (efeito jornada), enquanto o efeito salários se tornou menos relevante” (SOUZA, 2021, p. 38-40).

A alteração demonstra, ainda, que a massa salarial das pessoas negras como menor do que a dos brancos em decorrência do emprego. Dessa maneira, as pessoas negras foram mais impactadas “[...] por demissões e pela eliminação de postos de trabalho, que provocaram queda de 12% da massa salarial entre trimestres, percentual cerca de duas vezes maior do que entre brancos”. De forma menos acentuada, a implicação da jornada de trabalho também “[...] contribuiu para a maior queda da massa salarial entre pessoas negras, enquanto o efeito salários atuou na direção oposta, o que indica que quem mais sofreu com demissões ou redução da jornada foram os negros com menores salários” (SOUZA, 2021, p. 39).

No plano fático da sobrevivência, a investigação por ocupação é fator-chave para apreender o estabelecimento das pessoas no mundo do trabalho e, conseqüentemente, nas suas estatísticas. Assim, os indivíduos que não trabalharam no período pandêmico estudado e não

buscaram uma ocupação, em outras palavras, estavam fora do mercado de trabalho, mas gostariam de trabalhar, encontravam-se em condição de “desemprego oculto por desalento”, como apurado no PNAD COVID-19, sendo as mulheres negras 26,8% desse percentual de pessoas, enquanto as mulheres brancas eram 17,4% (SILVA; SILVA, 2021, p. 52).

Ainda no que diz respeito às horas de trabalho habituais e efetivas durante a pandemia, na análise feita, as trabalhadoras negras sofreram com reduções da jornada de trabalho, com invariável repercussão nos rendimentos, historicamente inferiores em analogia a outros agentes sociais, uma vez que este grupo ocupa a base da pirâmide social. Os dados mostram ainda “[...] que, mesmo entre os profissionais com nível superior, as mulheres negras foram as únicas que passaram a uma carga horária inferior a 70% da habitual”, tornando-se, portanto, as preferencialmente cortadas no momento de escolha (SILVA; SILVA, 2021, p. 50).

Ao considerarmos a pesquisa do IBGE (2020), percebe-se que 63% das casas chefiadas por mulheres negras se encontram abaixo da linha da pobreza, já sendo uma realidade a de que mulheres chefiam quase a metade das famílias brasileiras, num percentual de 47,5% e em se tratando de mulheres negras, esse número sobe para 55,5%, assim, “[...] como podemos ver, antes da pandemia, a renda do trabalho per capita de famílias chefiadas por homens brancos era quase 2,5 vezes maior do que a de famílias chefiadas por mulheres negras” (FARES; OLIVEIRA; CARDOSO; NASSIF-PIRES, 2021, s/p).

Nesse estudo, “[...] a renda do trabalho de famílias chefiadas por homens brancos, homens negros, e mulheres brancas, respectivamente, chegou a ser 2,55, 1,41 e 1,88 vezes maior que a das famílias chefiadas por pretas e pardas em agosto” de 2020 (FARES; OLIVEIRA; CARDOSO; NASSIF-PIRES, 2021, s/p).

Diretamente relacionado a essa realidade incide outro problema fundamental que envolve a situação de insegurança alimentar, analisada pelo Departamento de Ciência da Nutrição, da Escola de Nutrição, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, no qual se demonstrou que a “[...] pandemia pode levar cerca de 49 milhões de pessoas à extrema pobreza em 2020, ressaltando o imenso desafio de atingir a meta do Fome Zero até 2030”. Na realidade brasileira, “[...] a desnutrição alcançou até 5,2 milhões de brasileiros no triênio 2015-2017¹. A taxa de conceptos nascidos abaixo do peso se manteve em 8,4%” (RIBEIRO-SILVA, 2020, p. 3422).

Essa condição apresenta sérios efeitos para a saúde e o desenvolvimento humanos, com resultados concentrados na condição de vida dos sujeitos. Nesse cenário, “[...] a anemia é um dos problemas nutricionais que representam riscos mais significativos para a saúde, particularmente quando ocorre durante a gravidez. Segundo este mesmo relatório, 27,2% das

mulheres em idade fértil no Brasil (14 a 49 anos) sofriam de anemia” (RIBEIRO-SILVA, 2020, p. 3422).

Considerando-se as mulheres negras como as mais afetadas, material e socialmente, por todas essas implicações, compreende-se “[...] a insegurança alimentar nos domicílios brasileiros, seja nos gradientes leve, moderada ou grave, deve tender à maior magnitude, com o advento da pandemia do vírus SARS-Cov-2” causando mais prejuízos às famílias chefiadas por mulheres negras, uma vez que vivenciam a estrutura racista e sexista que as deixa mais expostas durante a pandemia (RIBEIRO-SILVA, 2020, p. 3422).

O auxílio emergencial, nesse cenário, concentra-se na população mais pobre e envolve maior cobertura das pessoas negras. Em “[...] termos absolutos, em todos os meses, o valor *per capita* do Auxílio foi maior entre negros do que entre brancos. Em julho, por exemplo, era 48% maior (R\$ 158, contra R\$ 107)”. Em consequência, “[...] quase dois terços dos benefícios foram para a população negra, que corresponde a cerca de 55% da população brasileira. Em termos relativos, o benefício variou entre 17% e 19% da renda total dos negros” o que comprova a disparidade em relação a renda das pessoas brancas, a qual contou com apenas 6% ou 7% da renda dos brancos (SOUZA 2021, p. 39-40).

Em comparação, no ano de 2019, “[...] a taxa de extrema pobreza entre mulheres negras era aproximadamente três vezes maior que a taxa entre homens brancos, 9.1% e 3.4% respectivamente, de acordo com IBGE (2020)”. Ao levar-se em conta as simulações usando dados da Pnad-Contínua e da Pnad-COVID, considera-se que o fim do auxílio emergencial levará a taxa de extrema pobreza entre mulheres negras a crescer em percentual entre 10% e 15% em comparação aos 6,5% do ano de 2019, antes da pandemia de Covid-19 (FARES; OLIVEIRA; CARDOSO; NASSIF-PIRES, 2021, s/p).

Nesse diapasão, o auxílio emergencial auxilia a contenção da disparidade de renda média entre a população negra e a branca, pois sem “[...] o auxílio, a renda média dos brancos era quase 90% mais alta que a dos negros. Com o auxílio, esse percentual cai para 70%, valor ainda inaceitavelmente alto, evidentemente” (SOUZA 2021, p. 40).

É imperioso ressaltar, ainda, que a interseccionalidade mencionada na subseção 4.2, influencia a forma como o trabalho é vivido pela mulher negra, incorporando inúmeras camadas que se sobrepõem ao mesmo tempo, quando, por exemplo, essas mulheres, em uma porcentagem de 44%, afirmam acumular mais trabalhos na quarentena, pois, no quesito atividades domésticas, realizam uma quantidade ainda maior de tarefas e de tempo gasto com esse tipo de serviço (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 13).

Cabe referir, ainda, que 40% das mulheres, nessa pesquisa, elencaram o isolamento social como fator de risco para a sustentação da casa e, desse percentual, 55% são mulheres negras com dificuldade na quitação de contas e gastos básicos como comida e moradia. Da situação geral de desemprego na crise pandêmica, 58% das pessoas que vivenciaram essa situação são também mulheres negras (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 15).

A estrutura, então, esmaga essas mulheres, usando diferentes meios e vias historicamente demarcados; o cuidado é fundamentalmente um deles e retorna, constantemente, na análise dos dados que se referem às mulheres negras, que englobam o cuidado remunerado e o não remunerado. No estudo do Gênero e Número (2020, p. 30), demonstra-se que “[...] entre as mulheres responsáveis pelo cuidado de outra pessoa, 57% são responsáveis por filhos de até 12 anos, e 6,4% afirmaram ser responsável por outras crianças. As mulheres negras correspondem a 60% destas últimas”. Esse dado sugere as mulheres negras como cuidadoras de crianças externas ao seu núcleo familiar, “[...] o que pode se dar tanto em famílias estendidas, envolvendo por exemplo sobrinhos, como em redes de cuidado que se formam na vizinhança. Já 27% afirmaram ser responsável por idosos, e 3,5% por pessoas com alguma deficiência”.

A solidão da mulher negra não é um assunto permeado apenas pelos estereótipos ou pelas imagens de controle desenhados para elas, mas se constata também em números, quando se verifica que há um total de 42% de mulheres responsáveis pelo cuidado de outra pessoa exercendo essa atividade sem qualquer apoio e, desse número, as mulheres negras são as que possuem menor base externa, representando 54% dos casos (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 31).

Por consequência, raça enquanto categoria de diferenciação social também é uma dimensão que marca as discrepâncias nas formas de apoio ao cuidado às quais as mulheres recorrem, diante disso, “[...] 32,4% das mulheres disseram encontrar apoio para o cuidado entre parentes ou pessoas da vizinhança, sendo que, destas, 55,5% são mulheres negras. O apoio ao cuidado por instituições foi indicado por 15% das entrevistadas” destas, 56% são mulheres brancas. A pesquisa em voga propunha exemplos de estabelecimentos como “[...] creches e centro-dia, no caso de idosos, sem especificar se se tratavam de instituições públicas ou privadas. Entre as entrevistadas, 12% disseram que contratam uma pessoa para o cuidado, entre as quais, 52,4% são mulheres brancas” (GÊNERO E NÚMERO, 2020, p. 31).

Há discrepância inclusive entre mulheres e homens “[...] mesmo quando consideramos apenas as pessoas ocupadas, nesse caso, as mulheres ocupadas dedicaram em média 8,1 horas a mais às atividades de afazeres e/ou cuidados que os homens ocupados”. As mulheres negras realizam maior proporção do trabalho doméstico, “[...] em 2019, 94,1% das mulheres pretas e

92,3% das pardas relataram fazer tarefas domésticas. A taxa vem crescendo desde 2016, quando foi de 91,7% para as pretas e 91,2% para as pardas” tornando-se, no momento de crise, ainda mais profunda, como já exposto (ONU MULHERES, 2020, s/p).

A crise agravou as disparidades de gênero e de raça e impôs um fardo às mulheres negras. Além de seus empregos mal remunerados, acumulam trabalhos domésticos, cuidados com as crianças, com higiene e alimentação, gerando a difícil situação “[...] das 11 milhões de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, que podem não ter ninguém para compartilhar esse trabalho” (ONU MULHERES, 2020, s/p).

Outra realidade experienciada por mulheres negras diz respeito às que se encontram em comunidades quilombolas, as quais são confrontadas com contratempos característicos em relação ao combate à COVID-19, sendo necessário uma resposta específica e culturalmente respeitosa à crise instalada. Uma das ameaças sensíveis “[...] é a subnotificação de casos de COVID-19 entre suas comunidades. Não existem dados oficiais sobre casos de COVID-19, óbitos, incidência e mortalidade em decorrência da doença para as populações quilombolas” (ONU MULHERES, 2020, s/p).

Por meio desse exame, o monitoramento da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas Rurais Negras (CONAQ) com o Instituto Socioambiental sugere que até, 13 de outubro de 2020, houve 167 mortes pela doença em territórios quilombolas, 4.599 casos confirmados e 1.219 sendo monitorados (ONU MULHERES, 2020, s/p).

As mulheres quilombolas arcam com adversidades conectadas ao seu *status* de mulheres, negras e quilombolas, pois diversas “[...] comunidades, localizadas em regiões rurais ou semirurais, possuem acesso limitado a água potável, saneamento, energia elétrica e insegurança alimentar”. São relatados, ainda, problemas no acesso a ações emergenciais, como “[...] o auxílio emergencial, equipamentos de proteção individual (EPIs), informações adequadas, internet, etc. Mulheres e meninas quilombolas sofrem os efeitos combinados da discriminação de gênero e raça e estão sujeitas a índices alarmantes de violência” como a própria violência sexual (ONU MULHERES, 2020, s/p).

Apresenta-se, ainda, a violência referente às mulheres quilombolas defensoras dos direitos humanos, as quais sofrem com “[...] agressões sexuais ou ameaças de estupro, agravadas pela discriminação étnico-racial, e ataques contra suas famílias são os tipos específicos de violência política a que são submetidas”. No cenário de pandemia, essas mulheres foram obrigadas a adaptar suas ações e rotinas, em grande parte abaladas pelas medidas de distanciamento e isolamento social. Ademais, “[...] têm lidado com uma maior demanda por ações humanitárias, uma vez que ameaças e ataques contra os direitos humanos

das/os quilombolas nas áreas urbana, semiurbana e rural não cessaram” (ONU MULHERES, 2020, s/p).

Assim, fica claro como o racismo e o sexismo são elementos estruturantes da sociedade, geradores de desigualdades relevantes porque reverberam em todas as instâncias da vida das pessoas.

Da análise proposta neste subtópico, constata-se que todas as formas de expressão de racismo suportadas pelas mulheres negras, conduzem à conclusão de ser a pandemia mais excludente para esses indivíduos e apontam para uma manutenção da instrumentalização da pobreza como sustentáculo do *status quo*, de forma a manter determinados grupos em um lugar social e outros, como subalternos, tornando, dessa forma, a pandemia do novo coronavírus mais difícil de ser suportada por esses sujeitos.

Essa é a razão pela qual, na imagem social vigente, a fotografia é composta com o propósito de apagar do centro da imagem as fissuras sociais, os lugares precarizados, os mecanismos de exploração, empurrando para a margem todo modelo de vivência e de trabalho moldado para sustentar o retrato social desigual.

Figura 34 – Elizeth Rocha



Fonte: acervo pessoal da fotógrafa Ana Lu Rocha.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de tudo que foi discutido neste trabalho, expor como as margens da sociedade capitalista neoliberal no Brasil suportam a crise da pandemia de COVID-19 com muito mais dureza do que os demais indivíduos sociais, está conectado ao entendimento sobre como capitalismo, neoliberalismo, patriarcado, classismo e racismo se interconectam, gerando um sistema expropriativo, exploratório e excludente para determinados sujeitos sociais.

Em um recorte entre centro e periferia do capitalismo, a análise desse sistema nos proporciona entender como tem se dado a inserção brasileira no neoliberalismo recente, enquanto país de grande população, localizado na periferia do capitalismo mundial e qual é o papel que tem sido destinado às mulheres nesta imagem.

Nesse sentido, a pandemia é ilustrativa da função central desempenhada pelas mulheres e sistematicamente apagada ou menosprezada na organização neoliberal, vez que é alicerçada no ataque profundo da população sujeita à ampla precarização material, social e estrutural, em razão da desvalorização do investimento social, bem como dos preconceitos, estereótipos, explorações históricas utilizadas para reservar privilégios a alguns indivíduos, enquanto outros, mais especificamente as mulheres e, de forma ainda mais violenta, as negras, sustentam a cadeia econômica que mantém o sistema funcionando.

É por esse motivo que, na primeira seção, buscamos descrever o funcionamento do capitalismo enquanto sistema econômico e social, provedor de uma ordem social institucionalizada que, em países do sul global, como o Brasil, operam de forma específica, periférica, com recursos diminutos em relação aos países do centro do sistema, o que marca a formação social e a maneira como a sociedade brasileira se desenvolve e lida com as crises, como a pandêmica.

No que se refere ao estudo sobre neoliberalismo, como demonstrado, faz-se necessário estabelecer a diferenciação entre as doutrinas neoliberais estudadas no plano teórico e os regimes neoliberais no plano político histórico, em parte porque os regimes são inspirados pelas doutrinas, mas não correspondem perfeitamente a elas, sendo adaptações geopolíticas a circunstâncias históricas, econômicas e sociais, diferentes daquelas elencadas pelas teorias.

Nesse sentido, é imperioso lembrar haver, muitas vezes, uma diferença de 30 a 40 anos entre as teorias e os regimes que as aplicaram, o que nos permite compreender quais são as intenções confessadas que aparecem nas teorias e quais são, também, aquelas não confessadas que aparecem na prática, reveladas por meio das ações concretas dos regimes neoliberais.

Brown (2015; 2019), Foucault (2008; 2020), Dardot e Laval (2016) descrevem isso. Os economistas neoliberais que influenciaram nas mudanças da economia mundial estavam preocupados, no momento do entre guerras e depois da Segunda Guerra Mundial, com o fato de os regimes totalitários fascistas - sejam os regimes socialistas ou os de bem-estar - tenderem para uma escala coletivista de como pensar a sociedade, pois ameaçava os valores clássicos do liberalismo. Preocuparam-se, também, em elaborar uma teoria para demonstrar os males de uma proposição que apostasse no Estado, no coletivo e no público e mostrasse porque as sociedades se encontram, tanto do ponto de vista econômico, quanto do ponto de vista moral, em melhor situação, se tudo for confiado à economia do mercado e à lógica de concorrência.

A desregulamentação e destaxação promoveram a diminuição do papel do Estado em vários países que adotaram regimes neoliberais não apenas na economia, mas no estado em geral. A globalização do capitalismo financeiro, alimentou tal sistema, promovendo uma forte precarização tanto, na dimensão do social quanto na do trabalho e do meio ambiente, associada a regimes com inclinações antidemocráticas, com características da extrema direita, em que fascismo e neoliberalismo atuam juntos para a implementação das características desse novo modelo.

Concluimos que, em aspectos gerais, o neoliberalismo está diretamente interligado com os problemas da forma atual do capitalismo, enquanto linha econômica e social que modula as opressões identitárias e se serve diretamente delas para os fins da exploração e da precarização do trabalho, definidor da nova lógica de dominação colonial, pois a globalização neoliberal é o grande meio de homogeneização cultural, econômica e política.

A onipresença do neoliberalismo restou perceptível durante o período da pandemia do novo coronavírus promovendo caos político, precarização da saúde, *apartheid* sanitário, precarização do trabalho, exploração dos indivíduos subalternizados, maior imposição do trabalho reprodutivo às mulheres e subalternização mais intensa dos agentes sociais já excluídos.

O neoliberalismo funciona por uma progressão de substituição do público pelo privado em todos os aspectos, como nos mostra Brown (2015), submetendo todos os elementos a uma lógica de competição. No que se refere ao Estado, há uma conexão constante de produtividade e de vigilância dessa produtividade. No neoliberalismo, existe a conversão de todos os capitais não econômicos, em capital econômico, de maneira que tudo passa a funcionar dentro da lógica de mercado.

Na abordagem utilizada no estudo, o neoliberalismo não é visto predominantemente como sistema econômico, como fase do capitalismo, mas sim como técnica de governo que

sucedo o liberalismo, em formas de governo na qual existiam o soberano e o poder disciplinar e, assim, o paradigma biopolítico de poder. Passa a ser possível uma nova técnica de governar em que existe, ao mesmo tempo, uma entrega da maioria dos campos de atividade social para a luta concorrencial de mercado e uma transformação do próprio Estado em uma instituição que funciona pela lógica da empresa capitalista.

A diferenciação entre três aspectos que estão ocorrendo no neoliberalismo é importante. O primeiro é a referência de que a vida social passa a ser regulada pela lógica da concorrência, o segundo corresponde ao fato de que as próprias instituições do Estado passam a funcionar como empresa, são medidas pela lógica da sua produtividade e o terceiro, que a transformação ocorre também no nível do sujeito. O neoliberalismo cria uma nova forma de subjetividade que tem como características, a responsabilização do sujeito pelo seu sucesso ou fracasso e a mentalidade segundo a qual o importante na lógica precarizada do mercado, para ser bem sucedido, é investir em si mesmo como se fosse uma empresa; da mesma forma, o sujeito assume todos os riscos da atividade de trabalho, tornando-se empreendedor de si, com o risco também próprio, o que denominamos de o neossujeito.

Apesar de ser essa a defesa do neoliberalismo, na experiência neoliberal de países como o Brasil, o Estado não se torna menor, ele agora gere mais setores do que antes, mas não para aplicar a sua própria lógica e sim para cultivar a lógica de concorrência, a lógica de mercado. Para isso o Estado tem papel central e passa a aproveitar cada vez mais elementos, incluindo desde a gerência sobre a família, até as relações de cuidado e os papéis a serem desempenhados pelas pessoas, para que todos esses elementos possam ser submetidos à dialética gerencial da concorrência.

Por esse motivo, foi imprescindível analisar como a pandemia impactou diretamente as mulheres, considerando o contexto histórico e estrutural do sistema, cujo peso da exploração reprodutiva, do cuidado, foi elaborado para ser por elas suportado. Dessa forma, os efeitos sociais da pandemia de COVID-19, como o isolamento, tiveram maior consequência para as mulheres, na medida em que o desemprego e a queda de renda as afetaram de forma violenta, com ênfase nas mulheres negras pelo lugar reservado a elas na hierarquia social desenhada pelo sistema, sempre na periferia da imagem social.

O *apartheid* sanitário, então, representado por aqueles que podem ficar em casa, que podem fazer *home office*, podem viver das medidas de contenção e higienização em casa e aqueles que precisam ir para a linha de frente dos serviços essenciais, como os profissionais de saúde e, também, os que realizam serviços precarizados - empregadas domésticas, assistentes e técnicos ligados a profissões de saúde, etc – na sua maioria mulheres, vivido no momento de

crise, acontece sob a implicação da distinção fortemente racializada e generificada, partilhando intensamente o elemento de classe na escolha de quem pode e deve se arriscar a morrer e aqueles que podem usufruir dos privilégios concedidos pela estrutura.

Nesse sentido, nos deparamos com o modelo de sociedade construído sobre um duplo conceito de poder, discutido pelo feminismo - como ressaltado nas seções 4 e 5 do trabalho; por um lado, o conceito instrumental de poder - em que há força exercida de um grupo em relação a outro, de dominadores em relação a dominados - utilizado para marginalizar, afastar, explorar e controlar os corpos de determinados atores sociais. Por outro, o conceito relacional de poder típico da análise estruturalista – segundo a qual o poder se manifesta de uma forma impessoal, através de estruturas sociais e culturais independentes da intencionalidade humana – permite que se constate que homens e mulheres estão submetidos ao patriarcado gerador de vantagens e oportunidades assimétricas.

Os grupos sociais são eles próprios formatados pela estrutura do patriarcado dentro da qual os papéis específicos trabalham com vantagens enormes para os indivíduos que ocupam o centro, em relação aos sujeitos colocados à margem, o que colabora para a manutenção dessa mesma estrutura, ocasionando uma situação social de desvantagem para as mulheres, principalmente para aquelas que vivem em países colonizados, como o Brasil.

O poder, nesse contexto, é exercido por grupos privilegiados para explorar um outro grupo dominado, mas também habita em certas estruturas impessoais de natureza social e cultural que formatam todos os grupos envolvidos, inclusive os ditos dominantes, pois não estão imunes às estruturas impessoais de formatação de poder e à imposição cultural da sua normatividade.

Estudar a relação entre opressor e oprimido, pela lente de que há dupla dinâmica de poder na sociedade, e em um momento de crise que intensifica e expande as suas consequências para os sujeitos mais fragilizados nesse cenário, nos ensina que a causalidade estrutural do patriarcado, apesar de impessoal, também partilha responsabilidade com o processo de reprodução das estruturas, vez que, instrumentalmente, alimentam seus lugares de privilégio e de poder. Assim, compreendeu-se que os fenômenos de opressão sustentadores de toda a cadeia social, material, política, institucional e estrutural, presentes na sociedade brasileira no período pandêmico, estão interligados.

Esse raciocínio permite fazer uma combinação entre exploração capitalista e exploração identitária, uma vez que a sociedade não é formada por um único tipo de relação opressiva. Por essa razão, não faz sentido recorrer a um universalismo iluminista eurocêntrico, apagador de todas as diferenças e que não observa as dinâmicas de opressão que estão em jogo no sistema.

Entretanto, de tal forma, também não é possível se concentrar unicamente nos pontos identitários, sob pena de se perpetuar outros pontos cegos extremamente graves.

Apenas a partir de uma lógica múltipla, levando em consideração gênero, raça e classe como a base da estrutura opressiva desenhada no capitalismo, e aprofundada na versão financeirizada vigente, há possibilidade de fazer uma leitura competente dos problemas presentes na situação atual de crise profunda.

O *apartheid* sanitário, e as demais questões da pandemia, precisam dessa lente quando da análise, por exemplo, do porquê as empregadas domésticas, cuja maioria são mulheres negras, fazem parte da linha de frente e têm que se expor aos riscos da contaminação, também, do porquê se considera natural que mulheres e pessoas negras têm a obrigação de se submeterem a riscos maiores e, ainda, o porquê se algum status econômico for imposto à precarização, essa prioridade deve ser destinada a estes grupos sexualizados e racializados. Quanto mais forte for a opressão identitária, mais fácil será exercer a precarização do trabalho e o controle da subjetividade neoliberal. Há uma confluência de agendas nessa imagem, que são estruturais e não conjunturais.

No mesmo caminho explicativo, esse é o motivo pelo qual o tipo de patriarcado montado no início da modernidade tem uma direta relação com o processo de formação capitalista. Nesse processo, foi necessário criar uma classe chamada proletariado responsável pelo trabalho produtivo e reprodutivo, mas também foi necessário fazer com que o trabalho produtivo se fixasse no elemento masculino e assalariado, enquanto o trabalho reprodutivo foi destinado ao elemento feminino, confinado ao trabalho doméstico invisível e não assalariado, de tal maneira que há reforma feminista da análise marxista da mais-valia -aquela que dizia que no assalariamento do proletariado nunca se recebia, em termos de salário, o mesmo que era produzido, em termos de trabalho. O trabalho produtivo garantia, muitas vezes, o valor das mercadorias para o detentor do capital, mas o proletário recebia na forma do salário apenas o necessário para a reprodução da sua vida.

Na análise feminista, empregada na quarta seção deste estudo, conclui-se que o trabalhador não recebia sequer o necessário para a reprodução da sua vida, mas apenas o essencial para a reprodução da sua vida naqueles aspectos que eram mercantilizados enquanto produtos e serviços. Entretanto, existe uma parte da reprodução do trabalhador que não está sendo assalariada, que corresponde ao trabalho doméstico feminino, seja no referente à própria gravidez e atividade sexual envolvendo a reprodução do proletariado, seja na criação dos filhos, no cuidado com os doentes, no cuidado do lar, nas realizações de refeições, na limpeza e na

ordem e na organização da rotina doméstica de todos os envolvidos para que se possa ter indivíduos saudáveis e produtivos.

Compreende-se que, na relação estrutural examinada, há o emprego do patriarcado como tática capitalista, assim como a formatação produtiva do corpo e o papel do trabalho reprodutivo como mecanismo de sustentação do sistema. Essas relações estão conectadas ao neoliberalismo e à construção da opressão identitária, usada como ferramenta para mover a engrenagem da estratégia capitalista, pois as opressões identitárias são parte desse processo de formação e exploração, de tal maneira que o patriarcado existente é o que serve ao capitalismo, da mesma maneira como o racismo serve à precarização do trabalho exercido pelo corpo negro e ao genocídio da população negra dentro dessa estrutura.

Em cada uma das opressões identitárias há a prevalência de um modelo de opressão servindo particularmente bem aos interesses e às dinâmicas do capitalismo dominante. Então, se o capitalismo depende da precarização de determinados grupos em trabalhos subremunerados, ele depende também do sexismo e do racismo. Sem eles, não se consegue justificar e naturalizar a precarização violenta de determinados grupos que recebem salário de fome, e são submetidos a trabalhos subremunerados.

O capitalismo não apenas se aproveita das opressões identitárias, ele depende delas, pois sem racismo, sexismo, classismo e demais vias exploradoras e subalternizantes, não se sustenta, porquanto não se trata de uma força simplesmente econômica, aproveitadora de dinâmicas culturais de opressões identitárias. É, na verdade, uma força abrangente incorporadora das opressões identitárias como parte da sua dinâmica e dependente delas para fins da sua reprodução.

Lembremos, como já dito, que o próprio neoliberalismo funciona como uma forma de gestão da vida e também da morte, é biopolítica e necropolítica ao mesmo tempo, pois, sem necropolítica, não há possibilidade de explicar as características de funcionamento do neoliberalismo e do porquê de alguns grupos terem sua morte instrumentalizada e não serem integrados ao quadro produtivo. Na mesma esteira, compreende-se porque o sistema deixa à sua própria sorte aqueles que dependem da seguridade pública. Essa é a lógica necropolítica pela qual funciona o neoliberalismo, a gestão da vida e a gestão da morte e, ainda, a questão do corpo com a formação da racionalidade neoliberal, sem a qual não é possível demonstrar porque os sujeitos incorporam, na sua vida, uma lógica empresarial e neoliberal que faz com que eles não consigam enxergar a constante precarização da sua própria condição social e de trabalho, naturalizando o processo da sua condição física e psicológica.

Essa é a razão pela qual a crítica feminista, que integra nessa análise as opressões identitárias como parte estrutural desse processo de denúncia anticapitalista e faz a combinação entre exploração capitalista e opressão identitária, mostra como os vínculos estruturais de dependência de um em relação ao outro são onipresentes e históricos.

Essa investigação crítica, não obstante, não subsiste sem a generalização do giro feminista para as outras opressões, em chave interseccional que implica na compreensão da distinção descolonial entre neoliberalismo de centro e de periferia durante a pandemia.

Como não existe a possibilidade dessa análise sem a diferenciação do modo como o neoliberalismo se manifesta em países de centro e em países de periferia, já que muitas vezes se comparam as observações do neoliberalismo, a respeito de como esses regimes se manifestaram nos EUA e na Europa, e utilizam essa análise de modo mais ou menos descontextualizado e acrítico, aplicando-a sobre a América Latina, e, portanto, sobre o Brasil, esquece-se que ambos não desempenham dentro da ordem do trabalho e dentro das divisões de poder caracterizadoras do capitalismo global a mesma função, menos ainda ocupam o mesmo papel e o mesmo espaço. Há a lógica colonial que faz com que o neoliberalismo de periferia seja ainda mais duro para as mulheres negras.

No caso brasileiro, em que o neoliberalismo se implanta com o discurso de produtividade e de livre mercado, nunca realmente realizados na pátria brasileira, tendo como modelo os referenciais europeus onde isso aconteceu ou os norte americanos, de que desconsideram as mesmas circunstâncias do Brasil, o neoliberalismo acaba recuperando uma série de elementos do imaginário iluminista e liberal que nunca se realizaram na história dessa pátria e que foram cunhados em sombras marginais em relação aos ideais americanos e europeus, acentuando as imagens de controle pensadas para as mulheres negras, às quais são impostas estereótipos claramente abusivos, violentos, segregadores e instrumentalizadores da pobreza à qual são submetidas.

Dessa forma, fazer a leitura da situação da exclusão e da exploração das mulheres no Brasil pandêmico depende da compreensão de todo o contexto histórico, social, econômico em que estão inseridas, e só tem espaço para acontecer diante da ideia de que o feminismo padrão, como ferramenta de interpretação crítica da sociedade, tem tomado como experiência metodológica a vivência e os problemas experienciados pelas mulheres brancas – o que não apenas não consegue explicar a situação das mulheres de forma plural, como muitas vezes contribui para a sua invisibilização e opressão ainda maiores.

Nesse sentido, como revelado por dados trazidos na última seção do trabalho, as mulheres negras sofrem mais de uma forma de opressão - opressões cruzadas, que se adicionam

entre si - montando uma situação muito particular, abordada a partir do ponto de vista delas, impassíveis de universalidades abstratas condizentes com os estereótipos apontados para todas as mulheres, ou mesmo, para a categorização de todos os negros.

Existem interseções entre padrões de opressões que precisam ser levadas à tona e superadas; para tanto, há necessidade de pensar padrões igualmente interseccionais de luta. Por conseguinte, as múltiplas formas de opressão, que se cruzam aos corpos dos mesmos sujeitos, criam situações particulares não esclarecidas pelas opressões analisadas individualmente, pelo estudo das opressões isoladas, sendo possíveis somente pela interpretação do efeito conjunto que elas produzem nesses cruzamentos.

Esse pensamento demonstra, também, a esperança e a possibilidade de uma insurgência universal a partir do padrão da opressão, pois, como existem diferentes grupos sociais que sofrem diferentes padrões de opressão, que fazem o capitalismo funcionar e como o capitalismo reserva um lugar diferente para as mulheres, os negros e as mulheres negras, há que se trabalhar com o diálogo entre esses grupos, para poder haver a construção de uma mudança.

Isso cria oportunidades de luta para que os diferentes grupos identitários sujeitos às diferentes formas, às vezes isoladas e, às vezes cruzadas, de opressão possam utilizar as suas configurações específicas de exploração, com as suas vozes particulares, como o meio pelo qual se comunicam e aprendem com os vários outros grupos, identificando quem são os seus aliados e, dessa forma, incentivando transformações mutuamente libertadoras e compensatórias.

Esse também é o motivo pelo qual a mulher negra usa a interseccionalidade para oferecer a análise que não coloca o racismo como mais importante que o sexismo, mas como estrutural, alavancando outras tecnologias de opressão e desmarginalizando a intersecção de raça e de gênero. Esse potencial revolucionário, de voz, demarcador do território e da produção de pensamento, coloca a mulher negra no lugar de refletir a sociedade, porquanto o lugar que ela ocupa, em razão do machismo e do sexismo, é o de marginalidade, porém, ao mesmo tempo, fazendo com que ela construa a capacidade de enxergar a sociedade de outra forma.

Existe capacidade revolucionária para a mudança na mulher negra justamente porque ela teve que compreender o homem branco, a mulher branca e o homem negro, de modo que, uma vitória para a mulher negra é uma vitória para todas as camadas da sociedade, o que permite às mulheres negras pensarem as mudanças sociais profunda e radicalmente, trabalhando o entrelaçamento entre gênero, classe e raça, pois discute como essas opressões afetam a vida material, os corpos e, até mesmo, a subjetividade dessas mulheres negras.

As análises de dados efetuadas ao longo deste estudo, mais especificamente, nas subseções 4.2 e 5.3, referentes ao comportamento social, do mercado de trabalho e da ocupação

do espaço público por mulheres, brancas e negras, durante o período – ainda em curso – da pandemia do novo coronavírus no Brasil, demonstrou que a exploração e a exclusão delas não apenas acontece de maneira efetiva, mas sistemática, normatizando as condutas de opressão que distribuem o poder social e o espaço de produtividade para os homens brancos, dotados de privilégios.

Na mesma esteira, esses achados estatísticos corroboraram a hipótese de que as mulheres são mantidas à margem da imagem social vigente no período pandêmico brasileiro, de forma metódica e histórica, para que o sistema seja capaz de se sustentar do trabalho não remunerado, racializado e precarizado exercido por elas, confirmando que o caminho desenhado para as mulheres na sociedade capitalista, neoliberal, brasileira, durante a pandemia beneficia-se da força de trabalho das mulheres, especialmente das negras, sem que sejam economicamente e socialmente reconhecidas.

Assim, foi imperativo expor como as margens, durante a pandemia do novo coronavírus no Brasil, foram expostas, quando essas mulheres foram usadas, de maneira instrumental, para a reafirmação da pobreza, associada com a racialização e generificação dessa condição social de materialidade deficitária e de reprodução apagada.

Isso nos leva a crer que o cenário de crise permanecerá, mesmo depois que haja o controle do vírus, se essa realidade não for reconhecida e incentivada a mudança. No entanto, este estudo não foi empreendido com a crença de que é necessário dar voz para essas mulheres exploradas, mas sim, recuperar o trabalho e as ideias suprimidas e repensar os conceitos sobre os quais a sociedade se edifica, pois ao se mostrar algo que precisa ser visto, é importante “[...] trazer para mais perto uma realidade dolorosa, produzindo necessariamente o efeito de incitar os espectadores a sentir – a sentir mais” (SONTAG, 2003, p. 68).

Pensar sobre a dor dos outros é exercitar a capacidade de olhar mais profundamente qualquer imagem disposta, mesmo aquelas que o privilégio muitas vezes não permite alcançar. (SONTAG, 2003).

Desobjetificar as mulheres e exercitar a capacidade de transformar a realidade depende, primariamente, do conhecimento sobre a não transparência de determinadas imagens e principalmente, da denúncia do comportamento que demanda mudanças.

A transformação da imagem social marginalizada constrói-se na ação coletiva.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2018.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Ananse tecendo teias na diáspora**: uma narrativa de resistência e luta das herdeiras e dos herdeiros de ananse. Belém: Secult, 2019.

AMADOR DE DEUS, Zélia. **Caminhos trilhados na luta antirracista**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

AUGUSTO, C. Que retornem as garças. In: AUGUSTO, Cristiane Brandão; DULTRA, Rogerio. (Orgs.). **Pandemias e pandemônio no Brasil**. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2002. Disponível em: <http://www.unicap.br/catedradomhelder/wp-content/uploads/2020/05/Pandemias-e-pandemônio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2020.

BAIROS, Luiza. Orfeu e Poder: uma perspectiva Afro-Americana sobre Política Racial no Brasil. **Afro-Ásia.nº 17**. Salvador: EdUFRBA, 1996.

BARBOSA, Ana Luiza Neves de Holanda; COSTA, Joana Simões; HECKSHER, Marcos. Mercado de trabalho e pandemia da Covid-19: ampliação de desigualdades já existentes. **Repositório de Conhecimento do IPEA**, Brasília, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10291/2/BMT_69_mercado_de_trabalho.pdf. Acesso em 22 dez. 2020.

BARBOSA, Ellen do Socorro de Lima; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante. A influência do neoliberalismo na desigualdade social existente no Brasil sob a ótica de Thomas Piketty. In: REYMÃO, Ana Elizabeth Neirão; KOURY, Suzy Elizabeth Cavalcante (Coord.). **O capital no século XXI: Piketty e a economia da desigualdade**. Belo Horizonte: Fórum, 2018.
BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. 3 ed. vol 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016.

BENHABIB, Seyla; CORNELL Drucila. **Feminismo como crítica da modernidade**: releitura dos pensadores contemporâneos do ponto de vista da mulher. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.

BENHABIB, Seyla. **Situating the self. Gender, community and postmodernism in contemporary ethics**. New York: Routledge, 1992.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: CARONE, Iray; BENTO, Maria Silva Aparecida (Orgs.). **Psicologia social do racismo**: Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 2002. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil In: **Psicologia social do racismo. Estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil** / Iray Carone, Maria Aparecida Silva Bento (Organizadoras). Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 25-58. Disponível em: <http://www.media.ceert.org.br/portal-3/pdf/publicacoes/branqueamento-e-branquitude-no-brasil.pdf>. Acesso em: 02 de novembro de 2019.

BERCOVICI, Gilberto. Direito econômico e desenvolvimento: o papel de Juscelino Kubitschek. In: HENRIQUE FILHO, Tarcísio; LELIS, Davi Augusto Santana de; LUZ SEGUNDO, Elpídio Paiva; OLIVEIRA, Fabiano Gomes de. **Direito econômico: estudos em homenagem ao professor Giovani Clark.** (orgs.). Belo Horizonte: D'Plácido, 2015.

BERTH, Joice. **Empoderamento.** São Paulo: Pólen, 2019.

BIANCONI, J. et al. Sem parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia. **Mulheres na Pandemia.** 2020. Disponível em: http://mulheresnapanemia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf. Acesso em: 1 mar. 2021.

BILGE, Sirma. **Interseccionality.** Cambridge; Medford: Polity Press, 2020.

BIROLI, Flavia. **Gênero e Desigualdades: limites da democracia no Brasil.** São Paulo: Boitempo, 2017.

BRESSER-PEREIRA, LUIZ CARLOS. Do desenvolvimentismo clássico e da macroeconomia pós-keynesiana ao novo desenvolvimentismo. **Brazil. J. Polit. Econ.,** São Paulo, v. 39, n. 2, p. 187-210, June 2019. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31572019000200001&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 Fev. 2021. Epub Maio 02, 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/0101-31572019-2966>.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente.** São Paulo: Filosófica Politeia, 2019.

BROWN, Wendy. **Undoing the demos: neoliberalism's stealth revolution.** New York: Zone Books, 2015.

BUENO, Winnie. **Imagens de controle: um conceito do pensamento de Patricia Hill Collins.** Porto Alegre: Zouk, 2020.

BUTLER, Judith. El capitalismo tiene sus limites. In: Sopa de Wuhan: **Pensamiento Contemporáneo en Tiempos de Pandemias.** Buenos Aires: Pablo Amadeu Editor. Editorial ASPO (Aislamiento Social Preventivo y Obligatorio), 2020.

CARDOSO, Cláudia Pons. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzales. **Revista Estudos Feministas,** Florianópolis, 2014, vol. 22, nº 3. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2014000300015. Acesso em: 25 jan. 2020.

CARDOSO, Lourenço. O branco não branco e o branco-branco. In: MULLER, Tania; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil.** Curitiba: Appris, 2017, p. 175-196.

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. 2011. Disponível em:

<https://www.geledes.org.br/enegrecer-o-feminismo-situacao-da-mulher-negra-na-america-latina-partir-de-uma-perspectiva-de-genero/>. Acesso em: 04 jan. 2020.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

CARNEIRO, Sueli. Gênero, Raça e ascensão social. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995. p. 544-552.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARRASCO, Cristina. O paradoxo do cuidado: necessário, porém invisível. In: JÁCOME, Márcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. (Orgs.). **Orçamento sensíveis a gênero: conceitos**. Brasília: ONU Mulheres, 2012. Disponível em: http://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/orcamentos-conceitos.pdf. Acesso em: 12 jun. 2020.

CARVALHO, Maria Regina Viveiros de. **Perfil do professor de educação básica**. Brasília: INEP, 2018. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/486324/Perfil+do+Professor+da+Educação+Básica/6b636752-855f-4402-b7d7-b9a43ccffd3e?version=1.13>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CASAL, Marcelo Jr. Mulheres Negras e pandemia: reflexões sobre raça e gênero. **OXFAM**, 08 out. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/blog/mulheres-negras-e-pandemia/>. Acesso em: 24 mar. 2021.

CESAIRE, Aime. **Discurso sobre o colonialismo**. 2. ed. Florianópolis: Livros & Livros, 2010.

COFEN. **Comissão de bussiness intelligence**. Brasília: Conselho Federal de Enfermagem, 2011. Disponível em: <http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2012/03/pesquisaprofissionais.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2020.

COLLINS, Patricia; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia. **Pensamento Feminista Negro**. São Paulo, Boitempo, 2019.

CONCEIÇÃO, Daniel Negreiros. Keynes e a refutação da Lei de Say. **Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento, Brasília**, 2012, v.2, n.2, p.223-231. Disponível em: https://www.assecor.org.br/files/3613/5896/2757/rbpo_vol_2_num_2_keynes-e-a-refutacao-da-lei-de-say.pdf. Acesso em: 05 fev. 2021.

CONDON R. Nancy Fraser and Rahel Jaeggi, Capitalism: A Conversation in Critical Theory., **Irish Journal of Sociology**, jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0791603520930989>. Acesso em: 17 set. 2020.

COUTINHO, Renata. Terceirização tem “cara”: é preta e feminina. **Carta Capital**, 17 ago. 2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/carta-capital/terceirizacao-tem-cara-e-preta-e-feminina/>. Acesso em: 05 mar. 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, p. 171–188, jan. 2002.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas del feminismo antirracista. **Nômadias**, abr., n. 26, 2007, p. 92-101.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. **Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista**, 2009, Buenos Aires. Disponível em: http://feministas.org/IMG/pdf/Ochy_Curiel.pdf. Acesso em: 01 nov. 2019.

CURTY G. Rethinking Capitalism, Crisis, and Critique: An Interview with Nancy Fraser. **Critical Sociology**, abr. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0896920520918506>. Acesso em: 17 set. 2020.

CYRIL LYNCH, C. E. O Conceito de Liberalismo no Brasil (1750-1850). **Araucaria**, v. 9, n. 17, p. 212-234, abr. 2007. ISSN 1575-6823. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/araucaria/article/view/1156>. Acesso em: 25 jan. 2021.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DAVIS, Ângela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DE JESUS, Carolina M. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. São Paulo: Ática, 2014.

DIEESE. **A inserção das mulheres no mercado de trabalho: as mulheres são fortemente afetadas pela deterioração do mercado de trabalho em 2020**. São Paulo, 2021. Disponível em <https://www.dieese.org.br/outraspublicacoes/2021/graficosMulheresBrasilRegioes2021.html>. Acesso em: 08 mar. 2021.

EIXO 2: economia e trabalho. **Think Olga**, 2020. Disponível em: <https://thinkolga.squarespace.com/economia-trabalho>. Acesso em: 15 dez. 2020.

EM DUAS semanas, número de negros mortos por coronavírus é cinco vezes maior no país. Escola Nacional de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 11 mai. 2020. Disponível em: <http://www.ensp.fiocruz.br/portal-ensp/informe/site/materia/detalhe/48879>. Acesso em: 12 jun. 2020

FANON, Frantz. **Los condenados de la Tierra**. 2 ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.

FARES, Lygia Sabbag; OLIVEIRA, Ana Luíza Matos de; NASSIF-PIRES, Luiza. As políticas econômicas implementadas no Brasil durante a pandemia sob a perspectiva de gênero. **Nota de Política Econômica**, MADE USP, 14 jan. 2021. Disponível em: https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2021/01/NPE006_site.pdf. Acesso em: 20 mai. 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Elefante, 2017.

FEDERICI, Silvia. **Mulheres e a caça às bruxas**. São Paulo: Boitempo, 2019a.

FEDERICI, Silvia. **O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista**. São Paulo: Elefante, 2019b.

FERRARI FILHO, Fernando; PAULA, Luiz Fernando de. Padrões de crescimento e desenvolvimentismo: uma perspectiva keynesiano-institucionalista. **Nova econ.**, Belo Horizonte, v. 26, n. 3, p. 775-807, Dec. 2016. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-63512016000300775&lng=en&nrm=iso. Acessado em: 25 Fev. 2021.

FERREIRA, Lola; SILVA, Vitória Régia da. 2020: o ano da pandemia e seu impacto nas mulheres, pessoas negras e LGBTQ+. **Gênero e Número**, 22 dez. 2020. Disponível em: <http://www.generonumero.media/retrospectiva-2020/>. Acesso em: 20 fev. 2021.

FOCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. 10 ed. São Paulo: Paz&Terra, 2020.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FRANCO, Fábio et al. O sujeito e a ordem do mercado: gênese teórica do neoliberalismo. In: SAFATLE, Vladimir; SILVA JUNIOR, Nelson da; DUNKER, Christian (orgs.). **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. **Redistribution or recognition: a political-philosophical exchange**. Londres: Verso, 2003.

FRASER, Nancy; JAEGGI, Rahel. **Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica**. São Paulo: Boitempo. 2020.

FRASER, Nancy. **Fortunes of feminism: from State-Managed capitalism to neoliberal crisis**. London: Verso, 2013.

FRATESCHI, Yara. Participação social institucionalizada para a democratização da democracia. **DoisPontos**, [S.l.], v. 13, n. 2, aug. 2016. ISSN 2179-7412. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/doispontos/article/view/48007>. Acesso em: 17 sep. 2020.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. 51 ed. São Paulo: Global, 2006.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GAGO, Verónica. **A potência feminista: ou o desejo de transformar tudo**. Elefante: São Paulo, 2020.

GENERO E NUMERO. Na pandemia, mulheres ficam mais vulneráveis e são maioria entre desempregados. **Hub Gênero e Número**, 08 mar. 2021. Disponível em: <http://www.generonumero.media/mulheres-trabalho/>. Acesso em: 10 mar. 2021

GONZALES, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1988, n. 92/93, jan., jun., p. 69-82. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>. Acesso em: 04 nov. 2019.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 237-256.

GONZALES, Lélia. Racismo e Sexismo na cultura brasileira. **Revista em Ciências Sociais Hoje**, Caxambu, MG, Anpocs, 1984, p. 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.

GUIMARÃES, Sandra Suely; VERBICARO, Loiane. Mulheres negras e o mercado de trabalho em tempos de pandemia no Brasil. **Rede Brasileira de Mulheres Filósofas**, mai. 2020, Filósofas em Quarentena. Disponível em: <https://www.filosofas.org/forum/filosofas-em-quarentena/mulheres-negras-e-o-mercado-de-trabalho-em-tempos-da-pandemia-no-brasil>. Acesso em: 28 ago. 2020.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HILL COLLINS, Patricia. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

HIRANO, Sedi. **Formação do Brasil colonial: pré-capitalismo e capitalismo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOOKS, Bell. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020

INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA (IPEA). **Texto para discussão 2528**. Brasília: IPEA, 2019. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2528.pdf. Acesso em: 11 out. 2020.

JESUS, Camila Moreira. A persistência do privilégio da brancura: notas sobre os desafios da construção da luta antirracista. In: MULLER, Tania; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 69-90.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: memórias de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2019.

LAWSON, M. et al. Tempo de cuidar: o trabalho de cuidado não remunerado e mal pago e a crise global da desigualdade. **OXFAM Internacional**, Oxford, jan. 2020. DOI 10.21201/2020.5419. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/tempo-de-cuidar/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã outsider**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, 2014, vol. 22, nº 3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>. Acesso em: 22 jan. 2020.

MACHADO, Juliana Pantoja; SIMÕES, Sandro Alex de Souza; VERBICARO, Loiane Prado. O universalismo interativo de Seyla Benhabib como uma resposta à crise política moderna apontada por Simone de Goyard-Fabre. **Revista Opinião Jurídica (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 18, n. 29, p. 28-48, set. 2020. ISSN 2447-6641. Disponível em: <https://periodicos.unichristus.edu.br/opiniaojuridica/article/view/3151>. Acesso em: 15 set. 2020.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia**: uma visão feminista. São Paulo: Alaúde, 2017.

MARCUSE, Herbert. **A ideologia da sociedade industrial**: o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MATOS, Adriana P. Diálogos entre a teoria e a prática social: Seyla Benhabib e a fundamentação normativa da crítica. **Dissonância**, Campinas, SP: Unicamp, v. 1, n. 2, p. 50-73, dez. 2017.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e burguesia no Brasil**: origens da autocracia burguesa. 3 ed. São Paulo: Boitempo, 2015.

MBEMBE, Achile. **Crítica da razão negra**. São Paulo: N-1 Edições, 2018a.

MBEMBE, Achile. **Necropolítica**. São Paulo: N-1 Edições, 2018b.

MELLO, João Manoel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Unesp, 2009.

MELO, Maria Luisa. Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon. **Portal UOL**, São Paulo, 19 mar. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm>. Acesso em: 12 jun. 2020.

MIES, Maria. Origens sociais da divisão sexual do trabalho. A busca pelas origens sob uma perspectiva feminista. **Direito & Praxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, p. 838-973, 2016.

MIÑOSO, Yuderkys Espinosa. Etnocentrismo y colonialidad em los feminismos latinoamericanos: complicidades y consolidación de las hegemonías feministas em lo espacio transnacional. **Revista Venezolana de Estudios de La Mujer**, jul. dec., v. 14, n. 33, 2009, p. 37-54.

MIRANDA, Jorge Hilton de Assis. Branquitude invisível – pessoas brancas e a não percepção dos privilégios: verdade ou hipocrisia?. In: MULLER, Tania; CARDOSO, Lourenço (Orgs.). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017. p. 53-68.

MOLINIER, Pascale. O ódio e o amor, caixa preta do feminismo? Uma crítica da ética do devotamento. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 10, n. 16, p. 227-242, dez. 2004. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/210>. Acesso em: 05 jun. 2020.

NASCIMENTO, Abadias. **O genocídio do povo negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. São Paulo: Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, Beatriz. A mulher negra no mercado de trabalho. In: HOLLANDA, Heloisa B. (Org.). **Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019. p. 259-263.

NIETZSCHE, Friedrich. **A vontade de poder**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.

NUNES, Antônio José Avelãs. **Economia e Direito. Direito e Economia**. Belém: Editora Cesupa, 2019.

OIT. **Care work and care jobs for the future of decent work**. Geneva: ILO, 2018. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---dcomm/---publ/documents/publication/wcms_633135.pdf. Acesso em: 23 fev. 2021.

ONU Mulheres. Gênero e Covid-19 na América Latina e no Caribe: dimensões de gênero na resposta. **Brief**, mar. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/03/ONU-MULHERES-COVID19_LAC.pdf. Acesso em: 12 dez. 2020.

ONU MULHERES. Mulheres negras e COVID-19. **Informe**, v. 12, 15 out. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf. Acesso em: 25 mai. 2021.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1993.

PIKETTY T. **Capital in the twenty-first century**. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

PINHEIRO, Luana; TOKARSKI, Carolina; VASCONCELOS, Márcia. **Vulnerabilidade das trabalhadoras domésticas no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10077/1/NT_75_Disoc_Vulnerabilidades%20das%20Trabalhadoras%20Domesticas.pdf. Acesso em: 20 dez. 2020.

POBREZA, substantivo feminino. **Observatório das Desigualdade**, n. 8, abr. 2020. Disponível em: <http://observatoriodesigualdades.fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2019/11/OD6.pdf>. Acesso em: 4 dez. 2020.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens políticas e econômicas do nosso tempo. Lisboa: Edições 70, 2012.

PRADO, Júnior Caio. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PRIMEIRO CASO, de morte por covid-19 no Rio é o retrato da vulnerabilidade das mulheres na pandemia. **OXFAM**. São Paulo, 28 de mai. 2020. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/primeiro-caso-de-morte-por-covid-19-no-rio-e-o-retrato-da-vulnerabilidade-das-mulheres-na-pandemia/>. Acesso em: 25 abr. 2021.

PROFISSIONAIS de limpeza estão da linha de frente, mas não recebem o devido destaque. **CEBRASSE**, 2020. Disponível em: <https://www.cebrasse.org.br/artigos/profissionais-de-limpeza-estao-na-linha-de-frente-mas-nao-recebem-o-devido-destaque-afirma-renato-fortuna/>. Acesso em: 28 dez. 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (Org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf. Acesso em: 02 jan. 2020.

Revista Divulgação em Saúde para Debate, No.45 maio 2010, Rio de Janeiro, pp54-70. Disponível em:

<http://www.ensp.fiocruz.br/observarh/arquivos/A%20Forca%20de%20Trabalho%20do%20Setor%20de%20Saude%20no%20Brasil%20.pdf>

RIBEIRO-SILVA, Rita de Cássia et al. Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, 2020, v. 25, n. 9, pp. 3421-3430. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232020259.22152020>. Acesso em: 25 mai. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SAAD, Alfredo Filho. **Brasil**: neoliberalismo *versus* democracia. São Paulo: Boitempo, 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Editora Almedina, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O futuro começa agora: da pandemia à utopia**. São Paulo: Boitempo, 2021.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SILVA, Tatiana D.; Silva, Sandro P. Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD Covid-19. **Boletim de Análise Político-Institucional**, IPEA, Brasília, n. 26, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10520/1/BAPI_26_TrabPopNegra.pdf. Acesso em: 24 mai 2021.

SMITH, Adam. **A mão invisível**. São Paulo: Penguin-Companhia das Letras, 2013.

SONTAG, Susan. **Diante da dor dos outros**. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SORJ, Bila. Arenas de cuidado nas interseções entre gênero e classe social no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 478-491, mai. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v43n149/06.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2020.

SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. A pandemia de COVID-19 e a desigualdade racial de renda. **Boletim de Análise Político-Institucional**, IPEA, Brasília, n. 26, mar. 2021. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10519/1/BAPI_26_DesRacial.pdf. Acesso em: 24 mai. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?**. Trad. Sandra Regina Goulart Almeida; Marcos Pereira Feitosa; André Pereira. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2010.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum: para todas, todes e todos**. 10 ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

TORRES, Ernani, T.F. Poder monetário estrutural: do padrão ouro ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**. V.28, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/r9R8ngybXz8xk4kCmDypCCH/?lang=pt#>. Acesso em: 06 fev. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Informação e dados estatísticos sobre as eleições de 2020**. Brasília: Tribunal Superior Eleitoras, 2020. Disponível em: https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/catalogo-dados-estatisticos-eleicoes-2020/rybena_pdf?file=https://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/arquivos/catalogo-dados-estatisticos-eleicoes-2020/at_download/file. Acesso em: 15 jan. 2021.

VERBICARO, Loiane Prado. Pandemia e o colapso do neoliberalismo. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, Santa Maria, v. 11, p. 1-9, 2020.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WOOD, Ellen Meikesins. **O império do capital**. São Paulo: Boitempo, 2014.

ANEXOS

Anexo 01

Nosso Manifesto. Nós somos, antes de tudo, inquietação... | by Punho Coletivo | Medium

01/06/21, 13:58

Punho Coletivo

Sign in

Get started



7 Followers

About

Follow

Nosso Manifesto



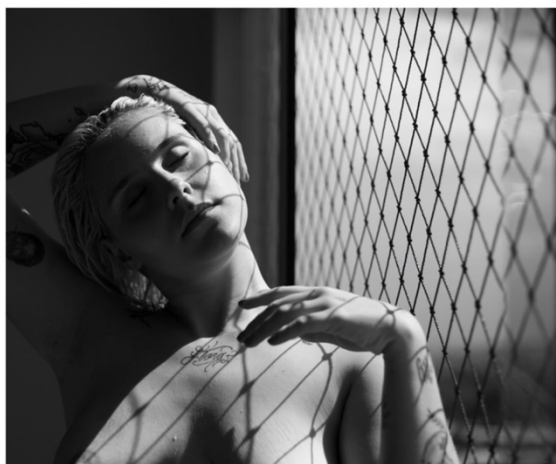
Punho Coletivo Sep 23, 2019 · 3 min read



Créditos: Minne Santos (@minnesantoss)

Nós somos, antes de tudo, inquietação. E para falar da inquietação primeira, é preciso lembrar a importância de

compreender o que habita o espaço entre a mulher fotografada e o olhar que registra.



Créditos: Bruna Raposo (@brsolari)

Por muito tempo, a possibilidade de registrar e criar imagens era predominante e irrestritamente dominada por homens. Fotografar era, sobretudo, poder. Poder institucionalizado, de quem detinha não só capital, mas também passe livre na esfera pública. Poder, por tabela, marcado por um olhar

sexista, que refletia, em luz e sombra, toda a podridão da estrutura patriarcal.

Aos poucos, esse olhar virou mercado, moeda de troca, em preto e branco ou colorido, estampado nas capas de revista, nos outdoors, na tv, nas telas de cinema, bem grande, quase tangível, impossível perder de vista. Esse olhar seria responsável, pouco a pouco, por criar um outro ser a partir daquele que se encontrava na frente da câmera. Ele fabricaria o ser mulher, enfiando goela abaixo uma imagem já saturada de tão velha. Nos faria querer — e muitas vezes tentar — conseguir apagar tudo de mais subjetivo que levamos por dentro e por fora para imitar a imagem que não somos, que não

nos é e que sequer existe. Aquela inalcançável, que nem todos os produtos de beleza da loja mais cara do mundo e nem todas as dietas e levantamentos de pesos e *fitdances* vão conseguir esculpir.



créditos: Vitória de Alencar (@powervitoria)

No meio do caminho, esse olhar passaria a sexualizar o nosso corpo. Nós, em pouco tempo, viraríamos mercadoria para outros olhares, também de homens. A nossa carne, imprópria, tarjada de nascença para nós mesmas, tabu. Para os homens, objeto e propriedade. O mundo mudou de uns tempos pra cá. Mas as coisas continuam as mesmas. Voltamos a ser expostas e desnudas pelo mesmo olhar, só que agora é pior. Dessa vez, vem com um

discurso diferente. Eles falam de liberdade e aceitação, empoderamento. Os corpos, entretanto, são os mesmos, os de antes. Quem sustenta o olhar, vê e registra, também. Eles ganham likes, fazem carreira, dão aula, se reproduzem. Assediam, estupram, pedem desculpas, choram, somem, voltam, ganham likes, fazem carreira, dão aula, se reproduzem,

assediam, estupram, pedem desculpas, choram, somem, voltam. Estão sempre voltando.

O Punho nasceu daí. Da revolta de ver homens encontrando na fotografia e nos corpos de mulheres um caminho mais fácil para sustentar e abafar seus crimes. Da inquietação e do cansaço de acompanhar todos os dias uma tentativa constante de universalizar o que é ser mulher. Do desgaste de presenciar a invisibilização institucionalizada dos nossos corpos, como eles são, e de quem somos, como somos. Da repulsa de assistir à sexualização, agora falsamente revestida de liberdade, de corpos exaustivamente repetidos e milimetricamente parametrizados, que não comportam tudo o que somos.



Créditos: Mik Moreira (@mikmoreira)

O Punho nasceu da **inquietação que move**. E da sororidade. Da admiração que nós, mulheres da e pela imagem, temos por outras mulheres que também o são e que, não de hoje, nos retratam mesmo sem nunca nos ter fotografado. Nasceu da necessidade e do querer unir forças, multiplicar conhecimento, trocar vivências, ocupar espaços. Nasceu da **busca pela compreensão, desconstrução e reconstrução** das mulheres que somos e que lutamos, dia a dia, para ser.

O Punho é sobre coletivo, sobre criar uma rede de mulheres que entende a importância daquilo que habita o espaço-entre a mulher fotografada e o olhar que está por trás de tudo e registra. O Punho é sobre imagem, mas é, acima de tudo, sobre **o que acontece quando mulheres se juntam**.

[Fotografia](#) [Feminismo](#) [Mulheres](#) [Coletivo](#) [Empoderamento Feminino](#)

[About](#) [Help](#) [Legal](#)

Anexo 02

Manifesto contra referência! Vivemos um momento histórico. As referências mudaram. E essa mudança é urgente! Populações marginalizadas e socialmente vistas como minoritárias passam a ocupar locais antes delegados as elites. Propor uma reflexão a partir do olhar de quem teve a imagem massivamente explorada e roubada, é inadiável. Na última segunda-feira, dia 07 de dezembro de 2020, a Folha de São Paulo publicou: “Miguel Rio Branco, um fotógrafo gigante diz que imagens se tornaram banais”. E a gente se pergunta: banais pra quem? Para os comunicadores/multiartistas que estão começando a ter visibilidade? Para aqueles que estão usando câmeras de celular, tablets e equipamentos semi-profissionais para retratar o seu próprio lugar? O que fotógrafos que incentivam esse tipo de discurso tem a perder: privilégio.

Até hoje, as populações originais e tradicionais, os corpos negros, as mulheres, corpos com deficiência, gordos, LGBTQIA+ estiveram, majoritariamente, a frente das câmeras como alvo e não como corpo pensante e parte dessas narrativas. Foram marginalizados, sofreram com apagamento, abuso de uma profissão essencialmente colonialista, machista, misógina e hegemonicamente protagonizada por homens brancos e de classe média/alta. Homens esses que ocupam e protagonizam histórias a partir de suas percepções, do olhar desbravador – a salvação sobre um lugar, um corpo, uma raça, um gênero desde sua origem.

Retirar a possibilidade de quem não teve acesso as mesmas oportunidades, institucionaliza o discurso e a produção imagética, perpetuando um olhar colonizador viciado e violento. Quando colocamos a fotografia como ferramenta de extração, falamos a partir de uma relação de poder – que reforça os estereótipos, romantiza a pobreza, expõe uma população/território a uma história única. Histórias únicas não são mais bem-vindas porque congelam grupos e pessoas à caricaturas que não correspondem a realidade diversa e complexa. Populações marginalizadas estão para além da fantasia e do imaginário popular, quase sempre preconceituosos.

Acessibilizar a fotografia é possibilitar a todos que contem sobre suas realidades, denunciando o que enxergam de acordo com suas demandas. Possibilitar que o indígena possa fazer a documentação do próprio povo, que o quilombola comunique como se vê diante do mundo, é ampliar as narrativas e repensar o que já foi contado, como e por quem. Popularizar o discurso de que todos podem fazer suas documentações coloca em risco um lugar que historicamente sempre foi ocupado por homens com suas tele objetivas, apontadas pro “exótico” ou/e para a “terra inexplorada”, desumanizando tudo em nome da arte/estética,

transformando tudo em produto. Aliar-se a luta por direitos é também questionar essa produção de imagens que rotula existências. A fotografia não é neutra e quando ela se furta em narrar as diversas facetas de uma história ela é selvagem. Não é mais possível narrar as histórias a partir de uma única perspectiva, uma ótica explicitamente embranquecida. As referências mudaram.

Convidamos outras coletivas, outras mulheres e homens que se alinham com nossos posicionamentos para construirmos juntos alternativas a esse modelo falido, da fotografia e das artes e das mídias, de um modo geral. Vamos construir novos caminhos e novas referências! Mamana Coletiva.

Texto extraído do instagram @mamanacoletiva e publicado no dia 11 de dezembro de 2020.